SCIENTIFIC MAGAZINE .online

Ano: XIX , V. 14. -nº 129

Scientific Magazine

SCIENTIFIC MAGAZINE-,
Ano: XIX , V. 14. -nº 129/- 2021– São Paulo. SP.

Publicação contínua
E-mail: scientificmagazine@hotmail.com
ISSN: 2177-8574
Versão online
Resumo português
Resumo inglês

Anual: 2006-2008. Semestral: 2009-2016.
Quadrimestral: 2017- Mensal: 2018

Modo de acesso:
http://scientificmagazine.com.br/

A SCIENTIFIC MAGAZINE (On-line)
Registro no **ISSN: 2177-8574.**
A fim de cumprir com a periodicidade contínua corresponde ao Ano XIII, n° 129/Março/ 2021.

As opiniões emitidas nos textos publicados são de responsabilidade de seus respectivos autores.
de pareceristas *ad hoc e* consultores sobre compreensibilidade, sendo publicada ininterruptamente desde 2006.

ORGANIZADORES
Fabiana Catellan Erich
Walmir Chagas
Luiz Carlos Fabian
Revisão:
Joel Farias Pettiere
Angela Costa Filage
Marcondes Ferreira Lopes

PROGRAMAÇÃO VISUAL
Rubens Ranzinny
Aparício Francis Ribeiro

DOI: 10.29327/218457

CONSELHO EDITORIAL
Prof. Dr. Paulo César Ribamar Martins
Prof. Dr. Fabio Marques Barros
Prof. Dr. José Contenatto
Prof. Dr. Luiz Paulo Barbosa
Prof. Dr. Marcos Silvestre Trivellato
Prof. Ms. Demetrio Casanova Mamani
Prof. Ms. Fábio Sabino de Sousa
Prof. Ms. Jair Pereira da Cruz
Profª Ms. Mara Cristina da Conceição
Profa. Doutoranda Rosana Erenice Xavier da Silva Lucas
Profa. Dra Paula Lerner Marques
Profa. Dra. Maria Antônia Costa Pereira

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL
Profa. Dra. Lemert Hernandez Paz
Profa. Esp. Juliana Luz Rodrigues
Profa. Dra. Pilar Castillo
Profa. Dra. Llena Sánchez
Profa. Dra. Ivet García Dussel
Profa. Dra. Esther Muñoz Carriego

DIRETORES
Prof. Ms. Mauricio Furlanetto
Prof. Dr. Jonas Ferreira Soutto

SECRETÁRIOS/EDUCACIONAIS
Ms. André Luís
Ms. Francisca Lira Schummer

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profº Ms. Luiz Zeferino Neves
Profa. Sonia Macária da Silva
Profª. Viviane Silvano Borges Alves
Profª. Lucélia Alves Correa
Profa. Esp. Elizangela Aparecida Lima Menezes
Profa. Esp. Silvana Alves Trindade Oliveira
Profa. Esp. Iraci Nogueira da Rocha Campos
Profa. Esp. Ana Maria da Silva Reis
Profa. Esp. Mariza da Silva Santos
Profa. Esp. Rosemary Cristina da Silva Santos
Profa. Esp. Mônica Stuy
Profº. Esp. Fábio Aparecido Ramos

SUMÁRIO

A INDISCIPLINA NA SALA DE AULA E O APRENDIZADO 11

Luiz Zeferino Neves 11

QUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE O MUNICÍPIO DE CUIABÁ ESTÁ DESENVOLVENDO PARA MANTER O IDOSO NA FAMÍLIA 23
Sonia Macária Da Silva 23
Viviane Silvano Borges Alves 23
Lucélia Alves Correa 23

POLÍTICAS EDUCATIVAS E QUALIDADE DO ENSINO 39
Elizangela Aparecida Lima Menezes 39
Silvana Alves Trindade Oliveira 39
Iraci Nogueira da Rocha Campos 39
Ana Maria da Silva Reis 39

OS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS DO ENSINO ESCOLAR EM CÁCERES 55

Mariza da Silva Santos 55

A EDUCAÇÃO E AS NOVAS TECNOLOGIAS NO SÉCULO XX 66
Ana Maria da Silva Reis 66
Silvana Alves Trindade Oliveira 66
Elizangela Aparecida Lima Menezes 66
Iraci Nogueira da Rocha Campos 66

A RELAÇÃO ENTRE DISCIPLINA ESCOLAR E APRENDIZAGEM 77

Luiz Zeferino Neves 77

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: análise dos avanços no processo avaliativo 87
Silvana Alves Trindade Oliveira 87
Elizangela Aparecida Lima Menezes 87
Ana Maria da Silva Reis 87
Iraci Nogueira da Rocha Campos 87

A HISTORIOGRAFIA DA MOEDA 100
Sonia Macária da Silva 100
Rosemary Cristina da Silva Santos 100
Mônica Stuy 100
Fábio Aparecido Ramos 100

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS QUE A INDISCIPLINA PODE TRAZER 114

Luiz Zeferino Neves 114

A INDISCIPLINA NA SALA DE AULA E O APRENDIZADO

Luiz Zeferino Neves[1]

RESUMO

Este artigo traz como objetivo discorrer sobre a indisciplina na sala de aula e suas influências no ensino e aprendizagem. O estudo pautou por uma pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa. A indisciplina e consequentemente a perda de autoridade por parte dos professores são provavelmente os maiores desafios que enfrentam no ambiente escolar no dia a dia no cumprimento das tarefas de ensino. As interrupções na sala de aula interferem no desempenho da aprendizagem, os professores e gestores devem manter a disciplina e, se necessário, aplicar as sanções adequadas, visto que as regras de convivência e respeito são essenciais para o sucesso do ensino-aprendizagem. Conclui-se que os alunos adquiriram hábitos inadequados, pouca prática de valores, uso de tecnologia em atividades não acadêmicas, sendo prejudicial no ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Indisciplina, Fatores Indisciplinares. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

This article aims to discuss the indiscipline in the classroom and its influences on teaching and learning. The study was guided by a bibliographic, descriptive and qualitative research. Indiscipline and, consequently, the loss of authority on the part of teachers are probably the biggest challenges they face in the school environment on a daily basis in the fulfillment of teaching tasks. Interruptions in the classroom interfere with learning performance, teachers and managers must maintain discipline and, if necessary, apply appropriate sanctions, since the rules of coexistence and respect are essential for the success of teaching-learning. It is concluded that the students acquired inadequate habits, little practice of values, use of technology in non-academic activities, being harmful in teaching-learning.

Keywords: Indiscipline, Indisciplinary Factors. Teaching-learning.

[1] Graduação: Licenciatura Plena Em Letras/UNEMAT. Pós-graduação: Planejamento Educacional/ UNIVERSO. UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA. RIO DE JANEIRO-RJ. Mestrado: Ciências da Educação/ UNIVERSIDADE INTERNACIONAL TRÊS FRONTEIRAS – UNINTER Paraguai PY.

1. INTRODUÇÃO

A indisciplina é um comportamento destrutivo que não promove a paz e a convivência na sociedade. Esse comportamento é um câncer para muitas nações do mundo, pois é uma ameaça à vida de jovens. Muitos esforços têm sido feitos por diversos líderes mundiais para reduzir essa crescente notoriedade, principalmente entre os escolares, mas infelizmente pode-se observar que a indisciplina não tem sido capaz de combater por uma série de fatores que não ajudam a erradicá-la.

A indisciplina está presente nas escolas em todo país, por isso devem ser tomadas medidas para intervir nesses casos que prejudicam o desenvolvimento curricular normal. Os maus comportamentos dos alunos refletem a pouca prática de valores, motivos esses que não permitem o bom desenvolvimento do ensino-aprendizagem, devido aos problemas que surgem.

A indisciplina pode ser observada de diferentes formas, seja porque o aluno está atrasado, o professor permite que ele entre nas aulas, mas desde que ele não sabe as instruções que deu para determinada tarefa, começa a perguntar, não traz o material que precisa para realizar suas atividades, outro motivo é ficar atento às notificações que chegam ao seu celular e tentar responder. Às vezes ele não tem a intenção de assistir às aulas então começa a incomodar os colegas; o professor chama a atenção deles e o aluno responde de forma inadequada, então o professor é forçado a pedir que ele saia da sala de aula. A indisciplina dos alunos resulta em situações prejudiciais ao desenvolvimento normal de seus estudos, devido à falta de maturidade.

Normalmente, o aluno que não frequenta determinada aula, ou tem que sair da sala por qualquer motivo, e não se preocupa em ter as informações necessárias sobre os temas abordados e analisá-los, acumula lacunas em seus conhecimentos, portanto, terá repercussões, ou reprove e isso acarrete a evasão escolar temporária ou definitiva.

Referindo-se à palavra indisciplina ou indisciplinado, entende-se que um indivíduo faz o contrário do que lhe é ordenado, ou que não aceita respeitosamente a ordem de uma autoridade. Em outras palavras, a palavra indisciplina é entendida como falta de disciplina, ou seja, a ausência total de comportamentos adequados que devem ser observados seja em casa, na instituição de ensino ou em qualquer lugar que o indivíduo esteja. Se em algum desses contextos o indivíduo não respeitar as regras de comportamento que deve ter, pode ser considerado indisciplina.

Portanto, a indisciplina afeta muito o que o aluno deseja alcançar, pois ser irresponsável, desorganizado, não saber controlar os impulsos, não respeitar regras, são fatores atenuantes que dificultam a capacidade perceptível de atingir objetivos. É necessário que este aspecto seja controlado desde o início do ano letivo, pois, continuando a permitir, estender-se-á a todo o ciclo e os alunos criarão hábitos para os ciclos subsequentes. Como há uma série de razões possíveis pelas quais os alunos chegam atrasados às aulas, é necessário considerar as causas que produzem esse problema e neutralizá-lo desde a raiz, para que os professores possam aplicar as medidas e estratégias apropriadas. O estudo tem por objetivo: discorrer sobre a indisciplina na sala de aula e suas influências no ensino e aprendizagem.

CONCEITO DE INDISCIPLINA

Não existe uma definição específica e generalizada do termo disciplina, pois cada educador formula sua definição com base em propósitos educacionais pessoais. Mesmo assim, há uma extensa documentação a esse respeito, que abordaremos nesta seção.

A indisciplina, na opinião de Benette e Costa (2008), é um tipo de comportamento que se desvia do que é geralmente aceito pelas regras, visto em quase todas as facetas da sociedade; em casa, em centros educacionais, lugares públicos e religiosos.

Banaletti e Damento (2015) afirmam que a indisciplina nas escolas tornou-se um problema geral. Devido ao aumento de distratores, como pertencer a um grupo, priorizar tarefas não relacionadas ao estudo, o uso constante do celular durante o horário de aula, para citar alguns fatores atenuantes.

Para Justo (2010), a indisciplina hoje é comum entre os alunos, e também enfatiza que os eventos de indisciplina são observados em todos os lugares e que esse comportamento da indisciplina exige a aplicação de sanções, pelo fato de a indisciplina nos alunos ser valorizada como um ser humano. ato antiético que não corresponde às normas e valores da sociedade.

Por outro lado, Foucault (2002) acredita que indisciplina são todas as ações, palavras, atitudes e gestos de rebelião que impedem as normas disciplinares estabelecidas em uma instituição de ensino, ou que representam ataques à integridade, autoridade, desempenho, a harmonia e costumes da instituição, intolerância e comportamento indisciplinar causam desordem, destruição e ansiedade entre os alunos. Os comportamentos indisciplinares, portanto, não criam um ambiente propício à aprendizagem, mas levam a um trabalho acadêmico insatisfatório.

Um aluno tem características próprias e isso deve ser levado em consideração para determinar os fatores que produzem as possíveis causas que culminam em comportamentos disruptivos, que podem ser devidos a (insegurança, adaptação inadequada, problema de integração com os pares, isolamento, agressividade, não aceitar valores educacionais, marginalização) bem como ter dificuldade de aprender e tirar boas notas ou ter reprovado em matérias.

Todos os conceitos estudados estão relacionados ao fato de que qualquer comportamento que afete o desenvolvimento da vida normal nos centros educacionais e que impeça a convivência e o aprendizado é aceito como falta de disciplina, devido à existência de uma grande diversidade de termos

para conceituar a indisciplina escolar. É claro que se for possível estabelecer os fatores que levam à indisciplina, na medida em que se tomem as medidas necessárias para corrigir e prevenir esses eventos.

2.1. Compreensão da Indisciplina

Segundo Aquino (1996) *Apud* Garcia (1999), a indisciplina escolar não é um fenômeno estático que tem mantido as mesmas características ao longo do tempo das últimas décadas. Ao contrário, está "evoluindo" nas escolas sob diversos aspectos. A indisciplina escolar, hoje, se diferencia daquela observada em década anterior. As expressões e o caráter desta, por exemplo, apresentam mudanças. Não se trata apenas de uma ampliação quanto à intensidade de manifestação. A indisciplina escolar apresenta, atualmente, expressões diferentes, é mais complexa e "criativa", e parecem aos professores, situações mais difíceis de equacionar e resolver de um modo efetivo. Considerando o que afirma Garcia (1999):

> [...] A indisciplina escolar não apresenta uma causa única, ou mesmo principal. Eventos de indisciplina, mesmo envolvendo um sujeito único, costumam ter origem em um conjunto de causas diversas, e muito comumente reflete uma combinação complexa de causas. Esta complexidade é parte do perfil da indisciplina e deve ser considerada, se desejamos compreendê-la e estabelecer soluções efetivas. (GARCIA, 1999, p. 66).

Compreende-se que as causas da indisciplina são diversas e complexas dentre estas podemos destacar a violência social e indisciplina que muitas vezes são confundidas no espaço escolar. Muitas atitudes indesejadas praticadas por alunos no interior da escola não se identificam como ato de indisciplina. Como por exemplo, a escola que falta ter uma estrutura adequada na parte pedagógica, espacial, administrativa e de uma "política disciplinar institucional".

> [...] Para fins de sistematização, as diversas causas da indisciplina escolar podem ser reunidas em dois grupos gerais: as causas externas à escola e as causas internas. Entre as primeiras vamos encontrar, por exemplo, a influência hoje exercida pelos meios de comunicação, a violência social e o ambiente familiar. As causas encontradas no interior da escola, por sua vez, incluem o ambiente escolar e as condições de

> ensino-aprendizagem, os modos de relacionamento humano, o perfil dos alunos e sua capacidade de se adaptar aos esquemas da escola. Assim, na própria relação entre professores e alunos habitam motivos para a indisciplina, e as formas de intervenção disciplinar que os professores praticam podem reforçar ou mesmo gerar modos de indisciplina (GARCIA, 1999, p. 71).

Este autor, fala de duas causas que os educandos passam por elas sendo: A causa externa e a causa interna. A externa é a convivência com a família e a sociedade que cada ser humano tem e adquire alguns tipos de aprendizagens aqui fora levando consigo para dentro da escola. Quando é uma educação firme e correta devemos aproveitá-la, abraçá-la da melhor forma possível, caso contrário, temos problemas sérios a enfrentar na sala de aula com a indisciplina, tentando de uma forma ou outra disciplinar as crianças e os adolescentes. Uma tarefa que precisa ser coletiva, cobrando mais responsabilidade da direção, coordenação, professores, pais e outras autoridades que envolvam o setor educativo, portanto, é necessária uma participação maciça com muito empenho, dedicação e vontade de resolver esta situação.

A causa interna refere-se ao ensinamento em que o aluno depara com ele dentro da escola devendo ser muito bem-organizado, estudado, orientado por parte da equipe pedagógica com um trabalho coletivo da comunidade escolar para que tenha um planejamento coeso e bem relacionado para atender as expectativas dos alunos. Os educadores de hoje devem ser criativos e terem estratégias para saber lidar com as crianças e os jovens da atualidade porque eles estão inteirados no setor tecnológicos que, às vezes, podem até ensinar os seus professores, dessa maneira é importante cada professor, diretor, coordenador e os profissionais da educação aprimorar os conhecimentos com imensa vontade e determinação desta nova vivência da família e da sociedade perante o novo sistema educacional.

Na literatura é relatado que muitos educadores consideram que a sua incapacidade de lidar com a disciplina os impede de desfrutar do exercício da profissão, desenvolvendo sentimento de frustração e inadequação. Esta

situação não só é frustrante para o professor como ser humano, mas também provoca situações de tensão na sala de aula ou, enfim, o abandono que faz da docência e o investimento econômico que tem feito para se formar.

Visto de uma perspectiva histórica, o conceito de disciplina é muito dinâmico. Nele, são delineados os valores e intenções da sociedade no campo educacional. A concepção de homem e menino fica claramente evidenciada nas orientações sobre a disciplina, tanto em casa, na escola e na comunidade. Stenhouse (1974, p. 24), afirma referindo-se a este conceito:

> [...] Sempre que um grande número de pessoas se reúne para viver e trabalhar em grupos, certas normas são essenciais para regular seu comportamento e garantir uma ordem social elementar. Isso é especialmente verdadeiro na escola, e a responsabilidade final por cumprir essa ordem cabe ao corpo docente ...

Por sua vez, Howard afirma que a disciplina é essencial para que um grupo e indivíduos funcionem:

> [...] boa disciplina é importante porque nenhum grupo de pessoas pode trabalhar junto, com sucesso, sem estabelecer normas ou regras de conduta, respeito mútuo e um sistema de valores conveniente que orienta cada pessoa no grupo a desenvolver autocontrole e autodireção.

A escola como instituição de ordem social não é alheia a este pensamento e, por isso, a disciplina tem sido um espaço de estudo, discussão e procura de abordagens que facilitem a convivência e a promoção da boa saúde mental de professores e alunos.

Araújo (2018) coloca que a escola geralmente possui um conjunto de normas explícitas e implícitas que regulam a atividade e as inter-relações dos membros da comunidade que a compõe. Nessas normas podemos observar várias tendências, entre elas, a segurança pessoal de crianças, adolescentes e adultos nas aulas e recreios, e a possibilidade de trabalhar em um ambiente que favoreça a aprendizagem. Tanto as normas implícitas como as explícitas podem ser transgredidas e, o resultado disso produz um ambiente caótico onde é quase impossível ensinar e aprender e onde as relações humanas são violadas.

A busca por uma disciplina adequada e a importância dela residem principalmente no fato de que ela é:

> [...] É imprescindível que exista, para que a organização da sala de aula e de toda a escola facilite os processos de socialização e ensino-aprendizagem, que não podem ser realizados em ambientes educacionais carentes de normas que garantam a possibilidade de realização desses processos em a sala de aula da maneira mais eficiente possível. (AQUINO, 2008, p. 9).

As causas da indisciplina dos alunos não são encontradas apenas na escola, segundo Aquino elas podem estar localizadas em cinco níveis, tais como: a casa, a própria sociedade, as condições da escola, os procedimentos administrativos da escola e o professor.

É preciso não perder de vista que as questões disciplinares são complexas e, portanto, seu tratamento também deve exigir muita clareza e empenho no ambiente educacional. É imperativo dedicar tempo à sua atenção.

É necessário que o diretor e a equipe docente de uma escola se preocupem em estabelecer um sistema disciplinar que proporcione segurança, ordem e respeito ao professor e aos alunos. As normas ou regras de conduta que se estabelecem devem basear-se em um parâmetro padrão de comportamento, conforme proposto por Rocha (2011) pois, dessa forma, é facilitada a compreensão dos limites necessários para atender às necessidades. o professor, o grupo e a comunidade educacional. Essa delimitação do que é permitido e do que não é permitido na sala de aula ou na escola dá muita segurança aos alunos, pois lhes diz claramente o que se espera e o que não se espera deles e por quê.

2.2. Normas e regras devem ser revistas sempre:

Conforme Carvalho (2004), a ausência das bases democráticas como se articulam as relações entre professores e alunos podem desencadear a indisciplina em sala de aula, tornando-se uma situação difícil para contornar

esse obstáculo que será defrontado no cotidiano escolar e poderá atrapalhar o processo de ensino e aprendizagem dos educandos. Portanto, é preciso o bom senso, tanto do professor e como também do aluno para que haja um ambiente propício em todos os aspectos educacionais é necessário que tenha normas e regras:

a) A importância da participação dos alunos na formulação das regras de convivência. Isso é necessário, pois assim se constrói a responsabilidade coletiva e individual pela sua aplicação;

b) As regras devem ser poucas, simples e claras de forma que todos os membros do grupo as compreendam em todo o seu âmbito. A comunicação com um vocabulário adequado ao nível intelectual dos alunos é um requisito essencial;

c) Os alunos devem ser muito claros e o professor deve garantir que todos compreenderam que a aplicação das regras é para todos, incluindo o professor, visto que essas regras devem ser para a convivência;

d) Ao estabelecer as regras, o professor e o grupo devem estipular as consequências que se aplicam, se forem cumpridas, bem como o que acontecerá, se o acordo não for cumprido. Também é muito importante que essas consequências sejam estabelecidas desde o início, para que as crianças possam ser ajudadas a internalizá-las;

e) As regras para serem eficazes, devem ser aplicadas de forma consistente, isto significa que sempre que ocorrer uma determinada situação, regem as orientações acordadas, o que dá solidez aos regulamentos e permite que as pessoas saibam como se espera que se comportem. Esse aspecto é fundamental se você deseja ajudar as crianças a estabelecer mecanismos de autocontrole. Quando a norma não é consistente, sentimentos de insegurança são criados na criança, pois ela não tem certeza sobre o que se espera que faça e quando algo é permitido e quando não é;

f) As regras devem ser compatíveis com a situação, quer se trate de reconhecer o seu cumprimento, quer de aplicar uma sanção pela sua violação. Por esse motivo, as consequências devem ser estabelecidas com antecedência, pois, dessa forma, evita-se o subjetivismo e o agir sob a influência da raiva no momento em que ocorre a transgressão;

g) As normas ou regras devem ser revistas periodicamente, não é conveniente que um comportamento que se tornou rotineiro e que as crianças incorporaram ao seu comportamento, continue a ser objeto de trabalho em sala de aula. É conveniente lembrar que muitos dos comportamentos de convivência que os seres humanos têm se incorporado e são realizados naturalmente. Esse é o objetivo final dos padrões de conduta, tanto na sala de aula quanto em casa.

Quando há uma dificuldade disciplinar, porque as regras e normas não é clara e específica, é aconselhável que o professor (pai, mãe, responsável, diretor da escola) aprenda a reconhecer o problema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que toda norma determina a conduta, é criada por um ato que se realiza em um determinado espaço e tempo e se aplica aos indivíduos forçando-os. A característica essencial das normas é a sua validade, pois uma norma positiva só existe quando é válida. Assim as percepções que os sujeitos têm sobre as relações interpessoais que estabelecem no contexto escolar e do contexto ou da escola não é apenas uma dimensão secundária que afeta externamente as práticas, processos de aprendizagem e experiências de seus agentes, mas é, por si só, constitutivo destes.

Considerar as normas como parte do funcionamento normal da escola, um contexto propenso a gerar padrões duplos característicos da operação de

normas perversas. As sanções escolares são aquelas consequências negativas que seu comportamento tem para uma criança naquele contexto. As sanções são reguladas por lei, são reconhecidas ou devem estar no ordenamento jurídico nacional e internacional, no caso de menores, as sanções aplicadas devem respeitar os direitos da criança estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Criança. No caso de sanções ou punições aplicadas por professores e especificamente em sala de aula, são sanções disciplinares, que não são legisladas, ou regulamentadas, simplesmente depende de cada professor e do seu estilo de ensino e em alguns casos do seu estilo pessoal.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio G. (orgs.) **Indisciplina na Escola: alternativas teóricas e práticas**. In: LAJONQUIÉRE, Leandro de. A criança, "sua" (in)disciplina e a psicanálise. In: TAILLE, Yves de La. A indisciplina e o sentimento de vergonha. São Paulo: Sumus, 2008.

ARAÚJO, Ulisses F. (coor.) **Disciplina, Indisciplina e a complexidade do cotidiano Escolar**. In: OLIVEIRA, Marta k. (comp.) Psicologia, Educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2012, p.215-232.

TIBA, Içami. **Disciplina: limite na medida certa. Novos paradigmas**/ Içami Tiba. – Ed. Ver. Atual e ampli. – São Paulo: Integrare Editora, 2006.

ROCHA, M. L. **Educação e saúde: coletivização das ações e gestão participativa**. In: MACIEL, I. M. (Org.). **Psicologia e educação:** novos caminhos para a formação. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011, p. 213-229.

CARVALHO, Lejeune Mato Grosso. **A trajetória histórica da luta pela introdução da disciplina de sociologia no ensino médio no Brasil**. IN: CARVALHO, L.M.G. (Org.). Sociologia e ensino em debate. Experiências e discussões de sociologia no ensino médio. Ijuí, Ed. Unijuí: 2004.

GARCIA, J. **Indisciplina na escola**: uma reflexão sobre a dimensão preventiva. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 95, p. 101-108, jan./abr. 1999.

ARAUJO, Aparecida Carneiro de; Divani Alves Bezarra Moreira. **A indisciplina na sala de aula: uma reflexão sobre as práticas educativas atuais.** Maringá, PR, 2006. http://revista.soet.com.br/ Acesso em: 11 de setembro de 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Os desafios da indisciplina em sala de aula e na escola.** In: Series Ideias (n. 28). São Paulo: FDE, 2003.

QUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE O MUNICÍPIO DE CUIABÁ ESTÁ DESENVOLVENDO PARA MANTER O IDOSO NA FAMÍLIA

Sonia Macária da Silva
Viviane Silvano Borges Alves
Lucélia Alves Correa

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar o conceito de pessoa idosa e/ou velha, suas necessidades específicas, os recursos disponíveis nas diversas classes sociais, sua posição dentro das famílias e as políticas públicas disponíveis no município de Cuiabá em apoio aos próprios idosos e as famílias para o cumprimento de sua obrigação de zelar pelo bem-estar dos mesmos. Cita literatura especializada e legislação ligada ao tema, visando esclarecer a natureza das necessidades da pessoa idosa, as limitações delas próprias e das famílias em cumprir suas obrigações e as lacunas do poder público em apoiar e fiscalizar de forma eficiente estas atividades.

Palavras-chaves: Políticas Públicas. Idoso. Família. Cuiabá.

ABSTRACT

This article aims to analyze the concept of elderly and / or elderly, their specific needs, the resources available in the different social classes, their position within the families and the public policies available in the municipality of Cuiabá in support of the elderly and the families for the fulfillment of their obligation to care for their welfare. It cites specialized literature and legislation related to the subject, aiming to clarify the nature of the needs of the elderly, their limitations and the families to fulfill their obligations and the shortcomings of the public power to support and fiscally supervise these activities.

Keywords: Public policy. Elderly. Family. Cuiabá.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa científica tem relevância no mundo acadêmico e social, no município de Cuiabá, dado que, cada pessoa envelhece como pode, por que muitos não têm recursos materiais suficientes para envelhecer de forma mais saudável ou menos traumática. Enquanto outra parcela da sociedade é abastada de recursos, o que lhes proporcionam tranquilidade no envelhecer.

* Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT.
** Bacharel em Direito pela Faculdade Cândido Rondon.
*** Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT, e Direito pela Faculdade Cândido Rondon.
***Formação em Pedagogia pela EaD UNIP.

A velhice na época atual é investigada, estritamente no município de Cuiabá Capital do Estado de Mato Grosso, e são pesquisadas indagações a respeito da posição do idoso na sociedade, cuiabana.

Uma pequena parcela da população cuiabana tem condições de chegar à velhice paulatinamente e de forma digna, enquanto a um arcabouço de pessoas que não tem as mínimas condições financeiras de cuidar da alimentação, da saúde, do repouso adequado, pois o seu meio de vida é extenuante e consequentemente o seu processo de envelhecimento é acelerado e quando chega sua ancianidade piora ainda mais porque os medicamente são de alto custo e sua alimentação fica mais limitada, com isso a sua saúde fica mais fragilizada.

Geralmente as famílias mais pobres são mais numerosas e com isso as dificuldades financeiras também são maiores, o que torna difícil manter a pessoa idosa no seio familiar, pois nem sempre a família tem condições de cuidar do seu idoso, em outros casos não querem essa responsabilidade, pois são vários fatores que influenciam direta e indiretamente os cuidados com o idoso. É o que a sociedade médica denomina de INSUFICIÊNCIA FAMILIAR.

> [...] A insuficiência familiar se caracteriza como um processo de interação psicossocial de estrutura complexa, fundado especialmente no baixo apoio social da pessoa idosa e no vínculo familiar prejudicado. Tem como antecedentes as transformações contemporâneas no sistema familiar, os conflitos intergeracionais, o comprometimento das relações familiares e a vulnerabilidade social da família. As consequências da insuficiência familiar incluem a vulnerabilidade social da pessoa idosa, o declínio da saúde psicológica e funcional, a menor qualidade de vida e o envelhecimento malsucedido. Elaborou-se uma proposta teórica inédita para o conceito de insuficiência familiar na pessoa idosa com os atributos, antecedentes e consequentes identificados. (Revista brasileira de enfermagem vol. 68, p. 06)

Assim, de acordo com a citação acima entende-se que o idoso carece de apoio social em primeiro lugar, esse apoio social se traduz por meio das políticas públicas de proteção social a família e consequentemente fortalecimento do vínculo familiar, para que esses indivíduos permaneçam no seio familiar e não em asilos sucateados e superlotados, casas de repouso ou mesmo à margem da sociedade discriminados por essa geração.

Como o Município de Cuiabá tem lidado com esses problemas? O que ele tem feito em termos de políticas públicas para resolver ou pelo menos amenizar o

sofrimento dessa parcela da população cuiabana? Este artigo tem por objetivo pesquisar e analisar essas políticas públicas dedicadas as pessoas idosas no município.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

É inescusável explicar um ponto sobre terminologia empregada nesse artigo científico. Os escritores estudados e utilizados para a elaboração deste trabalho de Conclusão de Curso estabeleceram um padrão de idade mínima às pessoas em processo de envelhecimento, em regra dos sessenta anos em diante, alguns desses autores utilizam a palavra *velho,* outros o termo *idoso,* por conseguinte utilizaremos os mesmos nessa tese. Quando se utilizar o vocábulo *velho,* o que se pretende é referir-se à pessoa em processo de envelhecimento. Porque no decorrer do tempo esse vocábulo foi substituído pela palavra *idoso,* pois, achavam que o anterior era um termo pejorativo. "Para a sociedade, a velhice aparece como uma espécie de segredo vergonhoso, do qual é indecente falar" (BEAUVOIR, 1970).

A primeira obra estudada foi o livro *A Velhice* cuja autora é Simone de Beauvoir, ela foi à percussora no estudo desse tema, essa obra literária é muito esclarecedora, pois, traz um panorama a nível mundial do que é envelhecer, e como as sociedades encaram o envelhecimento.

> [...] Faz-se necessário dizer que a velhice era uma regalia dos indivíduos endinheirados até o século XIX. Os velhos pobres não estão na história, nem na literatura. Ao se falar dos velhos, fala-se principalmente dos homens; as mulheres, por terem sido inferiorizadas ao longo da história não estão em evidência nos registros mais antigos sobre o envelhecimento humano (Beauvoir, 1970, p. 96).

Nesta obra a velhice apresenta-se como um período em que os deleites da existência do ser humano já não pode ser vivido e a senectude da estrutura física por vezes torna a vida pior que a morte.

> [...] A situação dos velhos, em todos os setores da sociedade, aparece, portanto, como extremamente desfavorecida. Tanto entre os nobres, quanto entre os camponeses, a força física prevalecia: os fracos não tinham lugar. A juventude constituía uma classe de idade de considerável importância (Beauvoir, 1970, p. 94).

Entende-se que apesar dessa obra ter quase meio século ela continua muito atual e relevante para o embasamento do tema proposto.

> [...] Os velhos que não constituem qualquer força econômica não têm como fazer valer seus direitos: o interesse dos exploradores é o de quebrar a solidariedade entre os trabalhadores e os improdutivos, de maneira que estes últimos não sejam defendidos por ninguém. O material humano só interessa enquanto produz. Num mundo em mutação, em que as máquinas têm vida muito curta, não é necessário que os homens sirvam durante um tempo demasiadamente longo. Tudo que ultrapassa 55 anos deve ser descartado como refugo. Antes do definitivo afastamento do idoso do mercado de trabalho, este vai sofrendo um declínio lento, acompanhado de uma dolorosa lucidez. Muitas vezes, segundo esta autora, o idoso absorve a ideologia do capitalismo que tem como objetivo a obtenção do lucro, e repete: É assim mesmo que deve acontecer, a gente perde a serventia, dá lugar aos moços. Para que serve um velho, só para dar trabalho as famílias. (BEAUVOIR, 1970. p. 98).

É importante notabilizar que o lugar que o idoso ocupa na sua comunidade não é apenas uma aglutinação das mutações biológicas e do seu embate nas relações da pessoa com a sociedade. Existem algumas variantes que particularizam a condição do idoso.

> [...] A velhice, tema em voga no século XXI, não pode ser compreendida apenas no âmbito das modificações orgânicas advindas da idade. além de ser um destino do indivíduo, a velhice é uma categoria social." (LEME E SILVA, 2002. p. 77).

A autora Eneida Goncalves de Macedo *Haddad*, em sua obra Ideologia da velhice: "o envelhecimento no Brasil, visto que este é um país que adota uma estrutura de produção capitalista, é um fenômeno particularmente complexo, que não pode ser analisado apenas da perspectiva do envelhecimento individual".

Segundo Eneida Haddad (2017), os autores que escreveram sobre a velhice, filósofos, sociólogos, psiquiatras, psicólogos expõem que a pessoa idosa carece de ser instruída sobre sua situação biológica, dos problemas que virão da exigência de manter-se ativo e integrar-se socialmente. Sendo assim, ao *idoso* é imputada a responsabilidade de resolver os problemas advindos da idade, e de preparar-se para a velhice, que lhe é também imposta socialmente.

> [...] O idoso inativo é tido como responsável por sua condição de afastamento das atividades de produção na sociedade e é discriminado

> por isso. O preconceito ignora as condições sociais envolvidas no destino do idoso e perpetua a ideologia da velhice (HADDAD, 2017, p. 80).

Luiz Leme e Geovane Silva (2002), afirmam que a família é o alicerce e a estrutura social de qualquer pessoa, o abandono da pessoa idosa, está ligado ao relacionamento do idoso com a família. Com o passar dos anos os membros da família vão envelhecendo e então se inicia uma fase em que entra em cena o idoso, que, por sua vez, exige um cuidado especial e uma maior atenção. Devido à pessoa passar por um processo de diminuição da capacidade adaptativa paralelamente há um aumento de sua dependência familiar. Como se deu o relacionamento dessa pessoa agora idosa com seus familiares, esse fator é determinante para essa pessoa idosa continuar ou não no seio familiar.

> [...] Ninguém ignora a importância que tem no desenvolvimento ulterior de sua personalidade a maneira como é tratada uma criança. Carente de alimento, de proteção e de ternura, ela cresce cheia de rancor, de medo e até de ódio; quando adulta, suas relações com os demais são agressivas e não cuidará de seus velhos pais quando estes se tornarem incapazes de cuidarem de si mesmos. Ao contrário, quando os pais alimentam convenientemente e dão carinho a seus filhos, fazem deles criaturas felizes, expansivas, benevolentes e nas quais se desenvolvem sentimentos altruístas: serão especialmente apegadas a seus ascendentes, reconhecem e cumprem seus deveres para com eles" (LEME E SILVA, 2002, p. 48).

Os autores nos chamam atenção para uma transformação sem volta que as famílias vêm sofrendo em relação a quantidade de filhos, pois, de acordo com eles, já passamos da era chamada Síndrome do Filho Único, e entramos na era denominada casal sem filhos e tais mudanças nos leva ao problema: há cinco, seis décadas atrás as famílias tinham cinco ou mais filhos e, por sua vez, quando os filhos cresciam e ficavam adultos não tinham as condições básicas para cuidar dos seus pais, e agora com filho um único filho ou mesmo sem nenhum. Ocorre a radical diminuição do tamanho das famílias, agravaram-se os casos de abandono dos idosos, e as perspectivas não são boas, pois a tendência é piorar e virar um caso de saúde pública.

> [...] Hoje, apesar dos membros das famílias continuarem dando atenção a seus idosos, comparando-se com a família tradicional das décadas passadas, percebe-se já certo grau de abandono ou de isolamento de algumas pessoas idosas (LEME E SILVA, p. 48, 2002).

Continuando a árdua tarefa de referenciar o trabalho científico necessita-se trazermos agora algumas leis que trata desse tema, a lei maior traz em seu artigo 230 o direito do idoso:

> Artigo 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.
> § 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.
> § 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

As leis infraconstitucionais que tratam desse direito, em primeiro lugar a lei federal 10.741/2003 "Estatuto do Idoso" que regulamenta o artigo 230 da Constituição Federal/88. Seu terceiro artigo é uma cópia do aludido artigo da CF/88. Nos demais artigos estão sistematizados todos os direitos e penalidade para quem os infringir.

> Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo Único. A garantia de prioridade compreende:

> I – atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população; II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas; III – destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso; IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais V – priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência; VI – capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos; VII – estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento; VIII – garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.
> Art. 4º Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

É dever legal do Estado promover e garantir o cumprimento do Estatuto.

> Art. 9º É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

Como as mulheres têm uma sobrecarga em trabalhar fora, cuidar da casa, da família e do idoso:

> [...] Mais da metade das mulheres que dão atenção a familiares idosos, tem filhos adolescente que ainda moram em casa. Solicitada por duas gerações, essas mulheres pertencem ao que se costuma dizer de geração sanduiche." (ABRAMSON, 2006. p. 32).

Concernente às políticas pesquisou-se alguns autores que deram fundamentação científica ao artigo:

> [...] A construção de políticas públicas para o idoso deve engajar-se para além de ser um mero benefício e ser tornar um provedor do desenvolvimento social, ele precisa de saúde, boa alimentação, moradia, educação e espaços sociais e políticos aberto para o seu trânsito." (Azevedo 2006, p. 50).
> "Em função das enormes disparidades sociais existentes, somadas à enorme heterogeneidade socioeconômica dos idosos brasileiros, o ideal de se construir um modelo de idoso engajado e produtivo é, em si, um desafio, cuja solução ainda espera ser equacionada. (AZEVEDO, 2006. p. 58).

Segundo Gabriel Azevedo em sua obra: Do velho ao idoso trás que é "preciso recolocar o idoso, no seio da família e na sociedade, o idoso em estado de isolamento e abandono de modo a resgatar o interesse do idoso pelo seu cotidiano social e torná-lo mais satisfeito, do ponto de vista emocional e afetivo.".

2.1. A velhice e as relações familiares

O avanço da ciência proporcionou uma revolução na humanidade em quase todas as áreas, as novas tecnologias causaram um aumento significativo na expectativa de vida do homem. Hoje se vive mais. Ao tempo em que houve o aumento na expectativa de vida na sociedade brasileira, tanto quanto na Cuiabana, e um consequente aumento no contingente de pessoas idosas em nosso município, não houve na mesma proporção uma capacitação dessa sociedade para receber essa nova demanda, portanto, a tecnologia e a ciência evoluíram, mas a mentalidade da sociedade não acompanhou essa evolução.

Assim, sociedade Cuiabana ainda associa a ancianidade com morte. Assistimos diariamente nas mídias a falta de espaço para os idosos na comunidade local. Há uma cultura que o velho está obsoleto. O descaso ocorre em todas as esferas: social, familiar, emocional e cuidados com a saúde, onde muito pouco se faz. Eliane Brum jornalista, escritora e documentarista brasileira diz que: "Cuidar é escutar a demanda, da vida. É não tratar como morte o que é vida e como coisa o que é gente". Seu pensamento traduz exatamente a realidade do que é envelhecer nos dias atuais.

A constituição de 1988 delega à família o "amparo às pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, o bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida".

Em contrapeso, em alguns casos, o governo não salvaguarda a subsistência dessas famílias, que se encontram em estado de vulnerabilidade social e econômica, exonerando-as da sua função de provedora ao ancião que se encontra neste seio familiar. Esse é um cenário que tem se manifestado em maior número na atualidade, devido primordialmente a alta porcentagem de desemprego.

Estatuto do Idoso, no Título I das Disposições Preliminares no Artigo 3º, diz que:

> [...] É obrigação da família, da comunidade, da sociedade, do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Os vínculos sociais e emocionais são essenciais para assegurar o equilíbrio emocional dessa pessoa idosa. Uma das razões que estão ligadas de modo direto ao bom envelhecimento é o espaço familiar, pois simboliza um papel significativo na vida da pessoa idosa. Nela desenrolam-se os convívios e sedimentam os vínculos, onde cada familiar busca exercer a sua função respeitando a individualidade dos demais membros da família.

Isso é o que a Lei traz de forma abstrata, porém a realidade das famílias é outra bem diferente, exemplifica a citação:

> [...] A mudança radical com relação ao número de filhos, pois, segundo eles, podemos estar entrando na era chamada Síndrome do Filho Único, e tal mudança nos leva a várias questões como: se há quarenta anos as famílias tinham cinco ou mais filhos e, por sua vez, quando os filhos

> cresciam e ficavam adultos tinham poucas condições básicas para cuidar dos seus pais, imagine agora com filho único? Bem, com essa progressiva diminuição do tamanho das famílias, é de se esperar que a gravidade do abandono dos idosos seja uma situação que venha a se transformar numa verdadeira epidemia mundial nas próximas décadas. (Leme e Silva 2002. p. 55).

Então a situação dos idosos que nunca foi confortável, vem piorando diuturnamente na era moderna.

> [...] Os velhos que não constituem qualquer força econômica não têm como fazer valer seus direitos: o interesse dos exploradores é o de quebrar a solidariedade entre os trabalhadores e os improdutivos, de maneira que estes últimos não sejam defendidos por ninguém. O material humano só interessa enquanto produz. Num mundo em mutação, em que as máquinas têm vida muito curta, não é necessário que os homens sirvam durante um tempo demasiadamente longo. Tudo que ultrapassa 55 anos deve ser descartado como refugo. Antes do definitivo afastamento do idoso do mercado de trabalho, este vai sofrendo um declínio lento, acompanhado de uma dolorosa lucidez. Muitas vezes, segundo esta autora, o idoso absorve a ideologia do capitalismo que tem como objetivo a obtenção do lucro, e repete: É assim mesmo que deve acontecer, a gente perde a serventia, dá lugar aos moços. Para que serve um velho, só para dar trabalho as famílias. (BEAUVIOR. 1970, p. 98.)

Ponderando o valor da família no desenvolvimento de qualquer pessoa, pode-se reconhecer que sua ausência configura enorme prejuízo para a pessoa idosa. Porque nenhum arranjo que o poder público venha a fazer para dar um lugar para essa pessoa idosa suprirá o lugar que só a família preenche.

2.2. A Dura realidade do abandono aos idosos no município de Cuiabá

Georges Eugêne Marcel Proust em sua obra Em busca do tempo perdido nos diz que: "a vida fabrica velhos". E nas palavras de Simone de Beauvoir "a sociedade substitui a consciência infeliz por uma consciência feliz e rejeita a sensação de culpabilidade." Então a sociedade com frieza e tranquilidade silencia a voz da pessoa idosa, pois é mais cômodo esse proceder, e quando ouve, o faz forçadamente.

No que diz respeito às leis nacionais e locais é como se os considera-se como uma classe estranha porque reconhecem as suas necessidades no texto da norma, porém na prática acham suficiente conceder-lhes uma mínima ajuda e já se consideram desobrigados a seu respeito. Aqueles que legislam asseguram essa conveniente utopia, quando lastimam o peso que é para os trabalhadores ativos, os idosos que já não

produzem. Assim inexiste solidariedade entre trabalhadores ativos e inativos, porque de acordo com essa cultura o idoso é um fardo. E se é dessa forma entre classes, por que seria diferente dentro de suas famílias?

São muitos os casos de idosos que se sentem rejeitados pela família em Cuiabá. A rejeição traz angústia e depressão. É como se fosse uma planta que não resiste a falta de sol. Uma grande parcela de idosos vive isolada, aqueles que têm aposentadoria sobrevivem com valores irrisórios. O sentimento mais comum é de inutilidade.

> [...] Entre os fatores mais poderosos para o desenvolvimento de problemas afetivos entre nossos concidadãos avançados em anos, é preciso apontar o abandono de que são vítimas, a redução de seu círculo de amizades, a intensa solidão, diminuição e a perda de respeito humano e o sentimento de desgosto com relação a si mesmo (JERÔNIMO UREI presidente do conselho Municipal do idoso de Cuiabá).

O presidente elenca que as infrações mais comuns em Cuiabá são os de abandono e questões de natureza financeira; inclusive em unidades de saúde; os familiares internam seu idoso e depois os abandona dentro da unidade de saúde. Agressões físicas e psicológicas também são comuns. Frisa que noventa por cento dos casos são cometidos da porta para dentro, no ambiente familiar por familiares e pessoas próximas. O grande problema do Estatuto do Idoso não ser respeitado é o desconhecimento da lei até por parte de quem tem que aplicá-las ressalta. (disponível em: https://circuitomt.com.br/editorias/cidades/93309)

Em 2012, o Ministério Público Estadual instaurou Inquérito Civil através da Portaria nº 018/2012 com o objetivo de reduzir a violência praticada contra o idoso sendo que o abandono é um tipo de violência, apuração prévia a partir da realidade atual que a pessoa idosa vive nessa cidade, se faz urgente a implantação de uma rede de proteção no município de Cuiabá para a redução dessa incidência. (disponível em: https://www.mpmt.mp.br/conteudo/249/6035)

Em uma rápida pesquisa feita no site do Ministério Público percebe-se que é rotineira a instauração de inquéritos civis nessa capital voltados à proteção dos idosos, como demostra a informação retirada do site do MP. Ocorre contra os familiares, contra o município e até contra os asilos, esses são o último refúgio de um idoso abandonado pela família.

Porque nenhum arranjo que o poder público venha a fazer para dar um lugar para essa pessoa idosa suprirá o lugar que só a família preenche.

2.3. Políticas Públicas de Inclusão Social do Idoso no Município de Cuiabá no Âmbito da Saúde

Elaborar políticas públicas que resolva as necessidades da população idosa de Cuiabá/ MT, é uma das dificuldades encontradas atualmente nos campos: da saúde, da educação, no âmbito familiar e social que o Estado precisa formular, implementar, executar e verificar na atualidade, para que os idosos cuiabanos possam usufruir do seu direito de qualidade de vida.

> [...] O sistema de saúde brasileiro tradicionalmente está organizado para atender à saúde materno-infantil e não tem considerado o envelhecimento como uma de suas prioridades. Uma importante consequência do aumento do número de pessoas idosas em uma população é um maior número de doenças e/ou condições crônicas que requerem mais serviços sociais e médicos e por mais tempo. (FIRMO et al., 2003)

Em dois mil e três, foi sancionado o Estatuto do Idoso, sistematizado com o apoio de entidades de defesa dos interesses dos idosos. O Estatuto veio como resposta do Estado às necessidades do idoso, porém não trouxe consigo meios para formular e financiar as ações proposta encontradas no corpo desta lei, as diretrizes definidas no estatuto do idoso implica um desenvolvimento de um amplo conjunto de ações, que requerem esforços e responsabilidades de vários setores: tais como justiça, saúde, educação e assistência social.

Em Cuiabá/MT existe como já foi pincelada no primeiro parágrafo desse tópico uma escassez de políticas públicas para atender a pessoa idosa nos campos da saúde, da assistência social, justiça e da educação e *inexistem* políticas publicas para manter o idoso no *âmbito familiar*. A condição da pessoa envelhecida na capital de Mato Grosso é delicada.

Atualmente Cuiabá possui aproximadamente 142 bairros reconhecidos pelo município, existe nesta cidade 87 UBS Unidade de Básica Saúde o que representa um déficit de aproximadamente 48% de atendimento à saúde, essa unidades oferecem

consultas de rotina somente com clinico geral, ginecologista e pediatra, as consultas com médicos especialistas devem ser solicitadas pela central de regulação de vagas através do encaminhamento dado pelo clinico geral, medicamentos comuns são oferecidos já e os de altos custos devem ser retirados em locais especializados que obedecem um tramite especifico e algumas unidades colhem materiais para exames simples.

Olhando para este déficit percebe que prejudica diretamente a pessoa idosa, por que para esta a locomoção de um bairro para o outro é muito mais difícil e o tempo de espera pela consulta também, porque o idoso não pode esperar. A quantidade de serviço oferecido pela UBS está definida na portaria de 340 de 4 de março de 2013 do mistério da saúde, e sua organização e estrutura são previstos no manual de estrutura físicas das Unidades Básicas de Saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Normalmente nas famílias apenas um membro fica responsável pelo papel de cuidador do idoso e quase sempre é uma pessoa do sexo feminino, o que torna mais árdua essa tarefa. Nos dias atuais é normal que se sinta culpa por não conseguir cuidar do seu idoso, até porque não fomos preparados para encarar a velhice e suas limitações. Diante disto percebemos o tamanho da falha de nossa sociedade que carrega o estigma de que a velhice é algo descartável, que a pessoa ao envelhecer perde a capacidade de demostrar seus anseios e desejos e torna-se um fardo.

O Estado é o executor de soluções para estas situações de despreparos da sociedade e da família, criando políticas que se fundamentem na estruturação familiar. O fortalecimento dos laços afetivos e familiares, podem fazer com que a família se torne o maior responsável em diminuir a vulnerabilidade da pessoa idosa. Unir gerações para este fim pode ser algo difícil, mas não impossível de acontecer.

Para que aconteça o que foi falado no parágrafo anterior, o Estado na pessoa do executivo do município de Cuiabá precisa promover o equilíbrio necessário executando o seu papel de regulador, fiscalizador, orientador social e executor de

políticas públicas para garantir o processo de desenvolvimento equilibrado e justo para a sociedade.

A lei de diretrizes e bases da educação traz em seu artigo 1ª que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho e nas instituições de ensino e pesquisa. Apesar da legislação dar todo o fundamento legal para que aconteça a inclusão familiar na escola isso não tem sido obstante porque a educação não é uma tarefa que a escola possa realizar sem a participação da família. A família tem o dever de preparar a criança para a escola e a escola encontra partida tem o dever de internalizar os valores éticos e morais.

O cotidiano escolar e o cotidiano familiar se entrecruzam, é muito difícil separar as figuras aluno e filho, porque todo aluno é filho de alguém, diante disto quanto maior for a consolidação dessa relação família e escola muito melhor será o desempenho escolar dessas crianças, por conta disso é primordial que a escola e a família saibam usufruir dos benefícios dessa relação, pois isto irá facilitar na aprendizagem e formação social da criança.

A formação social do indivíduo é um processo contínuo, essa criança quando chega na sua juventude é preciso estar preparada para o mercado de trabalho aqui existe várias políticas públicas, porém em muitos casos não tem tido o êxito desejado que é inserir o jovem efetivamente no mercado de trabalho.

Segundo o Dr. em Educação Gabriel Grabowski que faz parte do Conselho estatual de educação do Rio Grande do Sul existe no brasil 50 milhões de jovens aproximadamente e os jovens hoje têm remuneração mais baixa se comparada as gerações anteriores e o setor que mais contrata é o de serviços, de acordo com o Dr. Pessoas com mais experiências e idade mais eleva ao assumir novas funções costuma ter remuneração melhor do que o jovem em início de carreira.

Dados do PNADE mostram que as ocupações cresceram de forma geral entre os grupos do ensino fundamental, médio e superior completo para o PNADE isso se deve ao fato dos empregadores exigirem formação mínima, o problema reside na qualidade do trabalho que muitas vezes é informal, temporário e não regulamentado, ocorre também, de muitos jovens estarem empregados em posição inferior a sua qualificação

ai percebemos que o problema não reside só na falta de qualificação, mas também na falta de políticas públicas que garantam o ingresso desses jovens qualificados no mercado de trabalho efetivamente.

Devido à falta de incentivo do Estado e das empresas no Brasil assiste- se muito frequentemente um revezamento de ambos gerando claros empecilhos aos jovens, sobretudo quando pretendem dar início a novos projetos e responsabilidades na esfera familiar, essa situação dramatizou de forma reforçada nos processos de transição para vida adulta, muitos jovem casam-se quando ainda estão em processo de entrada no mercado de trabalho, dessa forma os conflitos se acumulam, pois sem uma vida financeira definida essa nova família enfrentará diversos problemas.

> [...] Ensinar o adulto a cuidar do seu idoso nunca foi necessário como nos dias atuais. Muito brasileiros estão enfrentando dificuldades trazidas pela velhice dos pais. Este isolamento tem um preço alto: por desconhecerem a realidade comum a todos os cuidadores, sofrem por coisas que não deveriam fazê-los sofrer. É um mundo de dor solitária e desnecessária. (SILVA, 2017, p. 9)

Baseado na citação acima, se afirma que é necessário que o ente público crie políticas públicas que ensine o adulto a cuidar do idoso, pois neste momento da vida acontece um processo inverso àquele que recebeu cuidado agora se torna o *cuidador*. Atualmente devido à sobrecarga do SUS testemunha-se que para diminuir o máximo possível o tempo de permanência dos idosos nas unidades de saúde transfere-se essa responsabilidade para as famílias. Este familiar passa a ter como responsabilidade de proporcionar ao idoso assistência a nível domiciliar. Dessa forma o trabalho do cuidador acaba criando dificuldades e necessidades.

A PNI (Política Nacional do Idoso) diz que a família é responsável pelo atendimento às necessidades do idoso até o momento o projeto de um sistema de apoio as famílias e das definições da responsabilidade das instancias de cuidados formais e informais não aconteceram. A nível de exemplo: quando a saúde transfere os cuidados do idoso aos familiares não viabilizando apoio, orientação e informações claras de como o familiar deve prosseguir com o tratamento do idoso.

> [...] No Brasil, essa tomada de consciência se faz presente na grande maioria das Políticas Públicas, especialmente as relacionadas à área da saúde e do envelhecimento. Porém, não basta reprivatizar o cuidado. É

> necessário condições de infraestrutura e de suporte, para que as famílias possam efetivamente exercer o papel de cuidadores informais [...]. Para que se implemente ações efetivas neste sentido, é necessário que, além de conhecer as necessidades de cuidado da pessoa dependente, também se conheça a realidade dessas famílias, suas demandas, suas crenças, seus valores e suas práticas socioculturais, para que se possa apropriá-las de modo mais eficaz. É necessário ainda que se saiba os significados dessa vivência para os membros dessas famílias e como eles os interpretam e constroem seu quotidiano de "cuidador". (SANTOS, 2006, p. 10)

Percebe-se que no instante que um familiar se torna o cuidador do idoso este constata várias mudanças em sua vida, como também nas suas relações do dia- a -dia e na sua estrutura familiar. Há muitos problemas a serem encarados por aqueles que tomaram para si a responsabilidade de cuidar da pessoa idosa: a distribuição das atividades do cuidar entre os membros da família, deixar ou não o emprego, a inversão de papeis a sobrecarga de trabalho e responsabilidade a ausência de momentos de lazer são estes os fatores que afeta o cuidador.

Conclui-se este artigo científico sugerindo-se que os poderes legislativo e executivo do município de Cuiabá viabilizem e disponibilize Políticas Públicas de preparação da família para o cuidado com o idoso, desde a infância que é o preparar a criança para a escola, passando pela qualificação do jovem para o trabalho, preparando o jovem para o casamento e ensinando o adulto a cuidar do seu idoso. Sabendo-se que as sugestões aqui descritas não surtirão efeitos a curto prazo, porém a longo prazo com certeza.

REFERÊNCIAS

ABRAMSON, Alexis; DUNKIN, Mary Anne. **Nossos Pais envelheceram e precisam de nós como cuidar deles sem enlouquecer.** Tradução: Vinicius Medeiros Caldevilha – São Paulo: Editora landescape, 2006.

BEAUVIOR, Simone de**. A velhice: realidade incômoda.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1990.

BRUM Eliana. **Pensamentos**. Disponível em: <https://pensador.uol.com.br/autor/eliane_brum/>. Acesso em: 16 de Outubro. 2018.

Conceito de insuficiência familiar na pessoa idosa: análise crítica da literatura. *Rev. Bras. Enferm.* [online]. 2015, vol.68, n.6, pp.1176-1185. ISSN 0034-7167. http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2015680625i.

COSTA LIMA, Gabriel Azevedo**. Do Velho ao Idoso: Uma transmutação Socioidentitária**. Jundiaí/SP, Paco Editorial, 2014.

FIRMO J. O. A.; BARRETO S. M.; LIMA-COSTA. **The Bambuí Health and Aging Study (BHAS): factors associated with the treatment of hypertf hypertension inolder adults in the community**. Cadernos de Saúde Pública; v. 19, n. 3, p. 817-827, mai/jun. 2003.

HADDAD, Eneida Gonçalves Macedo de. **A ideologia da velhice.** São Paulo: Cortez. 1986.

https://circuitomt.com.br/editorias/cidades/93309 acessado em 19/10/2018.

https://www.mpmt.mp.br/conteudo/249/56035, acessado em 19/10/2018.

LEME, Luiz E. G; SILVA, Paulo S. C. Pereira**. O idoso e a família. In: PAPALÈO NETTO. Gerontologia**. São Paulo: Atheneu, 2002.

SANTOS, S. M. A. **Idosos, família e cultura: Um estudo sobre a construção do papel do cuidador**. Campinas, SP: Editora Alínia, 2006.

SILVA, J. C. **Velhos ou Idosos? In: A Terceira Idade**. São Paulo, SESC, p.95 a 111, 2003.

TEIXEIRA. F**. O idoso e a família: os dois lados da mesma moeda**. Revista Partes – Ano I – Número 8 – Novembro de 2000.

POLÍTICAS EDUCATIVAS E QUALIDADE DO ENSINO

Elizangela Aparecida Lima Menezes [2]
Silvana Alves Trindade Oliveira[3]
Iraci Nogueira da Rocha Campos [4]
Ana Maria da Silva Reis [5]

RESUMO

Embora a política de educação inclusiva seja amplamente disseminada, a partir de levantamento feito neste estudo, pode verificar que o interesse pelos temas que envolvem o processo de ensino-aprendizagem de pessoas com deficiência ainda é inexpressivo. Além disso, diversos outros autores apontam que há poucos estudos voltados para a descrição e análise de práticas pedagógicas usadas por professores/as de classes comuns do ensino regular com alunos/as com surdez. O que de fato se torna preocupante, e as pesquisas voltadas para o uso da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos e alunas surdos/as, ainda é bem escasso as pesquisas nesta área. Nesse contexto, numa abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica e descritiva, com o objetivo de descrever sobra a importância da política de educação inclusiva nas escolas e visando que o processo de ensino-aprendizagem dessa clientela, tornando-se perceptível e para que haja sucesso no processo ensino/aprendizado, o/a professor/a deve propor ações para despertar o interesse dos/as alunos/as surdos/as pela Língua Portuguesa.

Palavras – chave: Inclusão Políticas Educativas. Surdos. Língua Portuguesa.

ABSTRACT

Although the policy of inclusive education is widely disseminated, based on the survey carried out in this study, it can be verified that the interest in the subjects that involve the teaching-learning process of people with disabilities is still inexpressive. In addition, several other authors point out that there are few studies focused on the description and analysis of pedagogical practices used by teachers of ordinary classes of regular education with students with deafness. What is really worrying, and the research focused on the use of Portuguese as a second language for students and deaf students, is still very scarce research in this area. In this context, in a qualitative, bibliographical and descriptive research, with the objective of describing the importance of inclusive education policy in schools and aiming that the teaching-learning process of this clientele, becoming perceptible and for success in the process

[2] Professora graduada em Pedagogia, Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional e Pós em Interpretação e Tradução.
[3] Graduada em Pedagogia. Pós-Graduação em Supervisão, Psicopedagogia Clínica e Institucional.
[4] Graduada em Pedagogia. Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Alfabetização e Letramento Infantil, Séries Iniciais com Ênfase em Psicologia Educacional Interpretação e Tradução em Libras, Orientação Gestão e Supervisão, Metodologia do Ensino Superior, Serviço Social, Educação Gestão e Saúde, Perícia Criminal.
[5] Graduada Pedagogia. Pós- graduação em Coordenação Pedagógica;

teaching / learning, the teacher should propose actions to arouse the interest of the deaf students through the Portuguese Language.

Keywords: Inclusion of Educational Policies. Deaf People. Portuguese Language.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, se têm observado várias mudanças no cenário da educação dos surdos e no ensino da língua Portuguesa, com a aprovação de leis que estabelecem entre outros a obrigatoriedade do surdo/a de ingressarem na escola regular, isso possibilitou a inclusão dos mesmos em salas bilíngues onde são ensinados tanto o português como a Libras. Sendo que a Libras é considerada a primeira língua e o português é ensinado como segunda língua dos surdos/as.

Embora tenham ocorrido várias mudanças no decorrer dos anos com a língua Portuguesa escrita no ensino/aprendizagem dos surdos/as no Brasil, considerando que no passado era utilizado a oralização como única forma de aprendizado ainda há uma constante preocupação com o processo ensino/aprendizado, o sucesso desse processo depende muito da didática que o/a professor/a irá utilizar para despertar o interesse dos/as alunos/as surdos/as pela Língua Portuguesa. Neste contexto José Geraldo Silveira Bueno (1997):

> [...] A educação especial vem recebendo, nas últimas décadas, importantes contribuições nos âmbitos da pesquisa educacional e da discussão de políticas de participação social das crianças, adolescentes e adultos que possuem deficiência física e/ou mental. O avanço teórico e político vem modificando o lugar que a deficiência ocupa socialmente, mas a construção de projetos educacionais que questionem a população ainda é um desafio a ser enfrentado pelos educadores (JOSÉ GERALDO SILVEIRA BUENO, 1997, p. 39).

Aprender é fundamental, pois apesar de ter a Libras como primeira língua, o/a surdo/a necessita aprender o português na modalidade escrita como segunda língua, para se comunicar e ter acesso ao conhecimento e a cultura local. Com isso a sua busca pela interação e atuação no convívio social,

sem a atitude fundamental de aprender o português na modalidade escrita, é praticamente impossível ter uma boa comunicação, não permitindo que haja conhecimento e envolvimento com a cultura local.

Para que aconteça a integração e aceitação e atender as necessidades de comunicação e evolução, o método a ser utilizado deve explorar o mundo visual do/a surdo/a, que é seu maior meio de comunicação. A sociedade, a família e a escola compreendem que o aprendizado para acontecer precisa utilizar uma metodologia muito visual, pois sua visão é comparada aos nossos ouvidos e assim sendo um processo a ser desenvolvido na transformação visual para a aprendizagem da escrita, permitindo a utilização desta estratégia para ensinar conceitos, apresentar textos e construir o conhecimento e apropriação da escrita pela criança surda.

Nesse entendimento, este estudo teve como objetivo descrever sobra a importância da política de educação inclusiva nas escolas, considerando que o desenvolvimento do estudante com surdez depende dos métodos e representações utilizados, assim como o professor/a deve ter um bom conhecimento de ambas as áreas educacionais, sendo assim, capaz de transmitir e desenvolver no/a surdo/a o interesse de se aprofundar no conhecimento de uma segunda língua, no caso a Língua Portuguesa.

2.1 Políticas educativas e qualidade do ensino

A qualidade de ensino de uma escola é representada pela estrutura que esta oferece para receber o/a aluno/a, se adaptando de acordo com as necessidades de cada um, lembrando que não é o aluno que deve se adaptar a rotina da escola. Os conteúdos disciplinares devem preparar os/as alunos/as para a vida, de forma que estes possam ter entendimento, construindo o seu próprio saber, assim o/a professor/a se torna um mediador entre os saberes básicos e o mundo.

Um dos maiores desafios dos sistemas educativos é garantir a conquista de uma educação de qualidade para todos e todas. Em vários países a qualidade de ensino é utilizada como base para formulação de políticas

educativas. O novo delineamento dos sistemas educacionais visa buscar os grupos marginalizados, a minoria, os setores mais críticos da sociedade, respeitando a identidade cultural do meio em que cada indivíduo estão envolvidos.

A melhoria na qualidade de ensino deve abranger a aprendizagem, nas metodologias de ensino e desenvolver formas de se ensinar mais eficazes e criativas, que cative o pensamento dos/as alunos/as sem que se torne um aprendizado mecanizado. Infelizmente no sistema vigente, o caráter instrutivo e disciplinar é o principal método aplicado nas práticas de ensino, isso faz com que vários alunos/as saiam prejudicados e menos desfavorecidos no aprendizado.

Após realizar um levantamento de vários sistemas educacionais, Zabalza (1998) sintetiza quatro indicadores para avaliar a qualidade de ensino de instituições escolares:

> [...] Liderança - diz respeito ao papel da gestão que deve estar voltada para a melhoria progressiva da atuação dos profissionais da escola onde o dinamismo supera o papel meramente burocrático de muitos gestores; A organização e o desenvolvimento efetivo do currículo - A ênfase deve ser dada na riqueza e atualidade dos objetivos e conteúdos normativos da instituição, acompanhamento e mecanismos adequados de avaliação das atividades; Relações com a comunidade - Relaciona-se basicamente à participação da família na dinâmica formativa da escola e o reconhecimento e o apoio da comunidade à ação escolar; Atuações específicas de desenvolvimento institucional - Diz respeito a iniciativas e programas dirigidos especificamente para a melhoria da escola, devendo necessariamente incluir programas de formação continuada de professores e do pessoal da escola e também a programas de equipamento e transformação em médio prazo.

Neste contexto, é notório que as qualidades do ensino na educação dos alunos não podem estar relacionadas apenas ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, nem mesmo considerar apenas as notas alcançadas pelos alunos/as, as escolas devem ir mais além, ensinando valores pessoais, afetivos, culturais, morais, artísticos e éticos.

Ainda sobre o conceito de qualidade, Marchesi & Martin (2003) ampliam mais a compreensão considerando os seguintes aspectos:

> [...] Uma escola de qualidade é aquela que estimula o desenvolvimento das capacidades cognitivas, sociais, afetivas e morais dos alunos, contribui para a participação e a satisfação da comunidade educativa, promove o desenvolvimento profissional dos docentes e influi com sua oferta educativa em seu ambiente social. Uma escola de qualidade leva em conta as características de seus alunos e de seu meio social. Um sistema educacional de qualidade favorece o funcionamento desse tipo de escola e apoia particularmente aquelas que escolarizam alunos com necessidades educativas especiais ou que estão situados em zonas socialmente ou culturalmente desfavorecidas. (p.22).

Para alcançar a qualidade de ensino é necessário que se utilize métodos de avaliação que busque comunicação, autocrítica, confiança e diálogo, que tenha clareza sobre missão, valores e objetivos de onde se pretende alcançar. Assim, os objetivos buscam estimular os/as alunos/as a buscarem o máximo de desenvolvimento cognitivo, de acordo com as particularidades de cada um.

O desafio da direção é construir uma gestão de forma democrática, onde todos tenham voz ativa, e de opiniões que contribuem para os princípios da partilha, de equilíbrio, de poder e responsabilidades. A escola deve se preocupar com a elaboração de um currículo que atenda todas as demandas de uma sala de aula, utilizando práticas pedagógicas que reconheçam diferenças cognitivas, sociais e culturais dentro de um só grupo.

2.2 Educação e Inclusão

As práticas pedagógicas devem se adequar para atender a heterogeneidade, independentemente da dificuldade ou particularidade de cada indivíduo. Nesse contexto, o autor Poulim (2006) sugere que o educador deve valorizar o papel social do/a aluno/a na sala de aula e na escola. O ensino tradicional deve ser substituído por um projeto pedagógico que atenda as diferentes formas de organização de uma classe e dos espaços didáticos, propondo um novo sentido para as atividades escolares.

No ambiente escolar, alunos e alunas estão sempre em contato com diferentes culturas e grupos sociais, assim a escola deve fazer um elo de comunicação entre os/as alunos/as, valorizando a capacidade de expressão e compreensão de mensagens escritas e orais. A maior dificuldade dos educadores é tratar cada indivíduo com suas diferenças, e fazê-los reconhecerem que cada característica é o que tornam os sujeitos singulares.

Conforme Briones (2000):

> [...] La sociedad del conocimiento establece nuevas demandas al sistema educativo en términos de una redefinición del contenido de la socialización escolar, de la concepción de sujeto y de las relaciones formativas y, por lo mismo, de una reconceptualización de las políticas educativas en curso. [...] "Se observan procesos de deconstrucción y reconstrucción de conocimientos que justifican el axioma de que los actores sociales resignifican cualquier objeto de conocimiento y que sus prácticas no necesariamente participan de la prescripción política que intenta enmarcarlas. De ahí la emergencia de modos específicos -hábitus- de interactuar con el conocimiento y de aproximar a los estudiantes a las nuevas problemáticas de las ciencias, de la sociedad y de la vida cotidiana (BRIONES, 2000).

Vale lembrar que as políticas educativas não são responsabilidades apenas dos/as professores/as, é necessário que este trabalho educativo seja responsabilidade de uma equipe multidisciplinar. Porém, nem sempre esta equipe acompanha o plano pedagógico de cada professor, normalmente essa equipe só é procurada quando o/a professor/a já esgotou todos os seus recursos, então como última tentativa o/a aluno/a que está com dificuldades extremas é encaminhado para essa equipe.

Essa prática utilizada como último recurso coloca uma divisão entre os/as alunos/as, apontando que apenas alguns do grupo que necessitam de intervenção de uma equipe. Isso acaba fazendo com que o aluno fique marcado como problemático, dificultando a sua inclusão no grupo.

> [...] O princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo. (KUNC, 1992 apud SASSAKI, 1999).

A educação inclusiva deve ser fundamentada na compreensão de que todos e todas têm direito de acesso à educação, sem distinção de raças, gêneros e outros fatores que podem gerar ou desencadear uma exclusão de um indivíduo do grupo social. Desta forma, a educação inclusiva serve como base para formar uma sociedade compreensiva, onde todos tenham possibilidades de crescimento e desenvolvimento sendo respeitadas as individualidades de cada um, assim a escola e os professores/as e sociedade devem se unir e

discutir políticas educacionais a fim de garantir o acesso a educação de forma eficaz.

O maior desafio da escola não está em lidar com a inclusão de crianças com disfunções neurológicas, mas em entender que cada aluno/a tem suas uma maneira de ser diferente. O que normalmente acontece em salas de aula é todos os alunos serem organizados em fileira, e ali ficam por horas escutando o professor/a falar e sempre realizando as mesmas atividades. Segundo Poso (2002) o modelo educacional não atende a realidade dos estudantes do século 21, fato este que é evidenciado que necessita de políticas de inclusão em ensino regular para crianças com deficiência.

O processo de inclusão vai muito além de infraestrutura, ele implica mudanças sociais e culturais caracterizados pela diversidade de processos de aprendizagem e desenvolvimento, envolvendo todos os participantes do sistema educacional.

Muitas escolas estão fazendo um excelente trabalho, inovando os seus projetos pedagógicos o acolhimento e respeito às singularidades. Essas mudanças exigem esforço e colaboração de todos/as, assim a escola serve como um local para a desconstrução da discriminação pelas diferenças, sendo construído o conhecimento independentemente das dificuldades de cada aluno/a. Ao invés de apontar os defeitos, devem ser analisadas maneiras de criar oportunidades adequadas para instigar o desenvolvimento.

Para garantir a inclusão, ainda há uma enorme barreira, que vai desde políticas de inclusão à práticas pedagógicas utilizadas para os processos de avaliação. As novas tecnologias podem ajudar em capacitações, atualização e sensibilização envolvendo toda escola e sociedade. Dar subsídios aos professores para que estes possam focar em uma formação profissional com práticas voltadas em associar o ensino com atividades do cotidiano. Investir na proposta de diversificação de conteúdos e práticas que possam melhorar as relações entre professor e alunos. Avaliar a qualidade do conhecimento e não a quantidade, sem comparar com o desenvolvimento do restante da calasse, pois

cada aluno/a tem dificuldades e facilidades diferentes dos demais colegas. Priorizando as metas e não as dificuldades encontradas pelo percurso.

É importante que as escolas estejam abertas para diálogos, de forma que possa ocorrer trocas de diferentes conhecimentos, tanto de equipes de escolas quanto da comunidade, priorizando a construção de um processo de inclusão válido, de forma que transforme o sistema de ensino e o prepare para receber qualquer pessoa independentemente de suas limitações.

2.3 Teorias de Inclusão escolar

No Brasil, no que tange a essa questão, a Política Nacional de Educação Especial proposta pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC), através da Secretaria de Educação Especial (SEESP) apresenta para o termo integração o seguinte conceito:

> [...] Um processo de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A integração implica em reciprocidade. E sob o enfoque escolar é processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos. (BRASIL, 1994, p. 18).

Faz-se necessário verificar em qual contexto do tempo começou a existir essa integração de surdos/as na sociedade. Observa-se nas tabelas do tópico (em anexo) parte do processo histórico das ações que fundamentaram as políticas públicas para os/as surdos/as, nesta parte evidencia onde estavam os/as surdos/as em diferentes épocas e como eram seus tratamentos nesta cronologia.

> [...] A presença do povo surdo é tão antiga quanto a humanidade. Sempre existiram surdos. O que acontece, porém, é que nos diferentes momentos históricos nem sempre eles foram respeitados em suas diferenças ou mesmo reconhecidos como seres humanos. (STROBEL, 2008)

Historicamente, as pessoas com deficiência foram consideradas como amaldiçoadas, seres divinos, porém, sempre foram excluídos do contexto social e também eram vistas com piedade pelos outros membros da sociedade (PERELLO, TORTOSA, 1978; GHIRARDI, 1999). Nesse contexto, os surdos

eram considerados dignos de pena e vítimas da incompreensão da sociedade e também da própria família (SACKS, 1998; RABELO, 2001; LADD, 2003).

A surdez vem sendo pensada e definida historicamente por ouvintes, logo, é instigante o questionamento de o surdo faz parte de um grupo linguisticamente minoritário, não tem no contexto histórico um valor significativo culturalmente. Destacamos por exemplo os poucos registros sobre as pessoas com deficiências na Pré-história incluindo os surdos nesta deficiência.

A vida inóspita enfrentada pelos seres humanos indica que a sobrevivência dos integrantes dos grupos e tribos dependia basicamente da força e resistência física, e surda, assim como os ouvintes, possuíam essas semelhanças físicas. Quem não possuísse essas habilidades dificilmente sobrevivia. Dentro dos grupos primitivos, ter saúde era um requisito essencial. As crianças deficientes apresentavam fragilidades, caracterizando um fardo para o grupo.

Era comum que os grupos eliminassem os deficientes, não há registros históricos que possam assegurar até que ponto, nesse contexto, os surdos sobreviviam (PERELLO, TORTOSA, 1978; PADDEN, HUMPRIES, 1996; GUGEL, 2007). Há informações históricas de que os surdos foram tratados de diferentes maneiras pelas primeiras civilizações.

> [...] No Egito e na Pérsia, os surdos eram considerados como sujeitos privilegiados, enviados dos deuses, porque pelo fato de os surdos não falarem e viverem em silêncio, eles achavam que os sujeitos surdos conversavam em segredo com os deuses, numa espécie de meditação espiritual. Havia um possante sentimento de respeito, protegiam e 'adoravam' os surdos, todavia os sujeitos surdos eram mantidos acomodados sem serem instruídos e não tinham vida social. (STROBEL, 2008, p. 82)

O conhecimento e a reflexão sobre os espaços e tempos que delinearam a história dos surdos foram desde sacrifícios em praças públicas, adorações com ênfase em deuses, reclusão em instituições, políticas integracionistas até os discursos atuais de inclusão, ampliam a compreensão de quem é esse sujeito e revelam o quanto essa trajetória está imbricada em relações de poder e politicagens.

Na atualidade essa visão vem se modificando e muitos profissionais da área do conhecimento pedagógicos e outras especialidades educacionais e também a área da saúde buscam a cada dia novos conhecimentos e novos caminhos no ato do ensino-aprendizagem. A aceitação social da deficiência auditiva contribui para que este grupo de pessoas se torne mais evoluído, mesmo que a aquisição da língua oral não aconteça naturalmente para os surdos.

A abordagem oralista trabalha com a aprendizagem da fala para a função de emissão e o treino da leitura labial para a recepção da mensagem. Suas práticas reabilitadoras lidam com o fato de que nem todo surdo possui as competências necessárias para desempenhar esse processo com eficiência. Só 20% do conteúdo recebido pelo surdo podem ser assimilados pela leitura labial e neste sentido a recepção da mensagem acaba se tornando um processo bastante complexo. (QUADROS, 1997).

A comunicação e os processos comunicativos assim como as suas expressões próprias promovem a compreensão e permitem a interação com a comunidade tanto surda como a sociedade em geral e neste processo comunicativo a língua de sinais sendo modalidade viso espacial, onde os sinais são observados pelos olhos e realizados pelas mãos em seu próprio espaço, utiliza configurações de mãos, signos e processos. Assim a utilização do bilinguismo é reconhecida pela linguística e são atribuídas ao conceito de língua materna ou língua natural. (SKLIAR, 2001)

No Brasil a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS foi reconhecida como expressão e comunicação da comunidade surda com a promulgação da lei federal n° 10.436, de 24 de Abril de 2002, que permitiu a comunidade surda ter vez e voz na sociedade, mas a realidade deles não mudou instantaneamente houve mudanças lentas mas continuas e até hoje são vários os obstáculo que precisam transpor para que possam se relacionar com efetividade em todos os âmbitos socialmente.

Essa aceitação e preocupação com esse público-alvo, deve envolver os diversos profissionais, adequando e organizando suas competências para

atender esse público. Inicialmente um/uma profissional e de suma importância, o diretamente ligado ao sistema de saúde. O otorrinolaringologista tem seu papel fundamental em todos os processos de inclusão, pois e ele que vai avaliar e classificar o grau de surdez e quais os meios que ela será tratada, possibilitando assim a nos profissionais em educação buscar técnicas e metodologias para aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendeu-se neste estudo que os/as surdos/as aprendem na escola o básico da alfabetização em Língua Portuguesa. O/a ouvinte, contudo, em sua alfabetização, experimenta maior compatibilidade entre os sistemas de representação linguística, tanto da língua falada quanto da língua escrita. Sendo assim, ao ler e escrever, o/a ouvinte tem maior possibilidade de compreender o vocabulário, a estrutura da narrativa e a fonologia. Em consequência, também é maior o seu conhecimento de mundo, pois a leitura amplia sua capacidade de observar e interpretar a realidade. Quanto maior o acesso à língua, seja no contexto escrito, seja na comunicação interpessoal, maior a possibilidade de o sujeito compreender os textos que lê e o mundo onde vive. Ou seja, quanto mais a pessoa lê maior será o seu conhecimento.

Conclui-se que os aspectos devem ser valorizados e explorados para o ensino da língua Portuguesa como segunda língua, podemos dar ênfase no estabelecimento de olhar, nas expressões faciais, configuração de mãos, exploração da assimetria nos sinais que exigem algum movimento, datilologia (alfabeto manual), classificadores entre outros, com o intuito de tornar lúdica a exploração da língua de sinais no ensino da língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

MARCHESI, Alvaro. **El desarrollo cognitivo y lingüístico de los niños sordos.** Madrid: Alianza Editorial, 1991.

POULIN, Jean Robert. **Da formação a pesquisa-ação:** uma contribuição essencial do meio universitário à formação contínua dos professores. Anais do Colóquio realizado nos dias 10, 11 e 12 de junho de 2005 no Centro Diocesano de Treinamento de Líderes em Senhor do Bonfim – Bahia. Salvador: EDUNEB, 2006

QUADROS, Ronice Müller. **Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina**: espaço de negociações. Cad. CEDES, Campinas, v. 26, n. 69, p. 141-161, ago. 2006.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão:** Construindo Um a Sociedade Para Todos. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p.

SKLIAR, C. **Alteridades e pedagogías. O...¿**Y si el outro no estuviera ahí? In: Dossiê "Diferenças". Cadernos de Educação e Sociedade, Campinas, ano 13, ago. 2002. Revista Quadrimestral de Ciência da Educação.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade na educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

ANEXO

Tabela 1. Datas e histórias verídicas dos antecedentes de políticas públicas nacionais, publicado por Charles Anderson Azevedo.

1855 - O professor francês surdo Ernest Huet veio Para o Brasil a convite de D. Pedro II, trouxe consigo o alfabeto manual e a Língua de sinais da França, foi a primeira tentativa de educação dos/as surdos/as no país. Encontrou grande dificuldade, pois não havia ainda uma escola especial para ensino da Língua de Sinais. Solicitou ao então Imperador um prédio para fundar uma escola.
1857 - No dia 26 de setembro, através da Lei 939, assinada por D. Pedro II, fundou-se o então Instituto Nacional de Educação dos Surdos-Mudos, atualmente Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES) no Rio deJaneiro. Huet foi Diretor do Instituto de Surdos de Paris e do INES.
1873 - Surge a publicação do mais importante documento encontrado até hoje sobre a Língua Brasileira de Sinais, o *"Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos"*, de autoria do aluno surdo Flausino José da Gama, ex-aluno do INSM com ilustrações de sinais separados por categorias (animais, objetos, etc). Esta Línguagem não é mais usada atualmente.
1913 - Em 24 de Maio, é fundada por João Brasil Silvado Jr. a Associação Brasileira dos Surdos-mudos (ABSM.
1911 - O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) passou a seguir a tendência mundial, utilizando o oralismo puro.
1930 a 1947 - Dr. Armando Paiva Lacerda ex-diretor do INES exige que os alunos não usem a Língua de Sinais, podendo apenas utilizar o alfabeto manual e um bloco de papel com lápis no bolso para escrever as palavras que quisessem falar.
1950 - Os surdos não conseguem adaptar-se a essa imposição do oralismo e continuam a usar a Língua de Sinais e o alfabeto manual. Os professores e inspetores burlam as ordens na comunicação com os alunos surdos.
1957 - Proibida totalmente a utilização da língua de sinais no INES.

Tabela 2. Caminhada histórica com a chegada da Comunicação total no Brasil

1975 - Chega ao Brasil a Comunicação Total.
1977 - Criado no Rio de Janeiro a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos, FENEIDA, com diretoria de ouvintes.
1980 - Chega ao Brasil o Bilinguismo.
1981 - Início das pesquisas sistematizadas sobre a Língua de Sinais no Brasil.
1982 - Lucinda Ferreira Brito inicia seus importantes estudos linguísticos sobre a Língua de Sinais dos índios *Urubu-Kaapor* da floresta amazônica brasileira, após um mês de convivência com os mesmos, documenta em filme sua experiência. No estudo, a Língua de Sinais dos Urubu-Kaapor se diferenciaria da PlainsSignLanguage – PSL/Língua de Sinais das Planícies Norte-Americanas por constituir um veículo de

comunicação intratribal e não como meio de transação comercial. A autora constatou que a mesma se tratava de uma legítima Língua de Sinais dos surdos, pelos mesmos criada.
1982 - Elaboração em equipe de um projeto subsidiado pela ANPOCS e pelo CNPQ intitulado "Levantamento linguístico da Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros (LSCB) e sua aplicação na educação". A partir desta data, diversos estudos linguísticos sobre LIBRAS são efetuados sobre a orientação da linguista L. Brito, principalmente na UFRJ. A problemática da surdez passa a ser alvo de estudos para diversas Dissertações de Mestrado.
1983 - Criação no Brasil da Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos.
1986 - O Centro SUVAG (PE) faz sua opção metodológica pelo Bilinguismo, tornando-se o primeiro lugar no Brasil em que efetivamente esta orientação passou a ser praticada.
1987 - Criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos -FENEIS, em 16/05/87, sob a direção de surdos.
1991 -A LIBRAS é reconhecida oficialmente pelo Governo do Estado de Minas Gerais (lei nº 10.397 de 10/01/91).
1994 - Começa a ser exibido na TV Educativa o programa VEJO VOZES (out/94 a fev/95), usando a Língua de Sinais Brasileira.
1995 - Criado por surdos/as no Rio de Janeiro o Comitê Pró-Oficialização da Língua de Sinais.
1996 - São iniciadas, no Instituto Nacional de Educação de Surdos, em convênio com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisas que envolvem a implantação da abordagem educacional com Bilinguismo em turmas da pré-escola, sob a coordenação da linguista E. Fernandes.
1998 - TELERJ - do Rio de janeiro, em parceria com a FENEIS, inauguraram a Central de atendimento ao surdo/a - através do número 1402, o surdo/a em seu TS, pode se comunicar com o ouvinte em telefone convencional.
1999 - Em março, começam a ser instaladas em todo Brasil Tele Salas com o Telecurso 2000 legendado.

Tabela 2. Século XXI analisando a caminhada histórica desses indivíduos.

2000 - Closed Caption, ou legenda oculta. Após três anos de funcionamento no Jornal Nacional ela é disponibilizada aos surdos/as também nos programas Fantástico, Bom Dia Brasil, Jornal Hoje, Jornal da Globo e programa do JÔ.
2002 - É promulgada a lei 10.436 em 24 de abril, reconhecendo a Libras como língua oficial das comunidades surdas do Brasil.

2005 - O Decreto nº 5626 em 22 de dezembro veio regulamentar a lei 10436, reconhecendo como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.
2006 - Exame de Certificação Tradutor Intérprete de Libras – ProLibras, instrutor de Libras e o Curso de Letras-Libras Bacharelado e Licenciatura EaD.
2010 - Curso Superior de Letras-Libras Bacharelado e Licenciatura presencial UFSC e promulgação da lei 12.319 em 01 de Setembro, que regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.
2015-Publicação da Lei Brasileira de Inclusão (ou Estatuto da Pessoa com Deficiência), que trata da acessibilidade em áreas como educação, saúde, lazer, cultura, trabalho etc.
2016-Anatel publica resolução com as regras para o atendimento das pessoas com deficiência por parte das empresas de telecomunicações;
2017 - Tema da redação do Enem é "Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil". O tema foi divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

OS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS DO ENSINO ESCOLAR EM CÁCERES

Mariza da Silva Santos[6]

RESUMO

O artigo tem por objetivo descrever sobre letramento e definir as concepções de alfabetização, procurando averiguar as práticas educativas relacionadas a habilidades e competências que envolvem capacidade de ler e escrever diferentes gêneros de textos, para atingir diferentes interlocutores e objetivos, atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, atitudes que demonstrem prazer e interesse em ler, habilidades de uso da leitura e escrita. O estudo é amparado por uma pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa.

Palavras-chave: Letramento. Alfabetização. Práticas. Educativas.

ABSTRACT

The article aims to describe literacy and define literacy concepts, seeking to ascertain educational practices related to skills and competencies that involve the ability to read and write different genres of texts, to achieve different interlocutors and objectives, attitudes of effective insertion in the world writing, attitudes that demonstrate pleasure and interest in reading, reading and writing skills. The study is supported by bibliographic, descriptive and qualitative research.

Keywords: Literacy. Literacy. Practices. Educational.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, o termo letramento foi usado pela primeira vez por Mary Kato em 1986, numa obra intitulada "No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística". Depois disso, muitos autores se interessaram pelo tema, tendo como consequência diversas pesquisas científicas (COLELLO, 2004b).

> [...] Se alfabetizar significa orientar a própria criança para o domínio da tecnologia da escrita, letrar significa levá-la ao exercício das práticas sociais de leitura e escrita. Alfabetizar letrando significa orientar a criança para que aprenda a ler e a escrever levando-a a conviver com práticas reais de leitura e de escrita (Moreira 2013 p. 10 *apud* Soares 2000).

[6] Graduação: História (UNEMAT) - Pedagogia (FAEL) - Letras Português (UNOPAR)- Pós-graduação: Educação do Campo (Universidade Candido Mendes) - Psicopedagogia e Educação Infantil (Universidade Candido Mendes) - Interdisciplinaridade e o Currículo da Educação Básica (Faculdade de Ciências, Educação e Tecnologia Darwin).

Essa autora Colello (2004b), define bem as concepções de alfabetização e letramento, sendo que um lado trata-se da "aquisição de uma tecnologia – o sistema de escrita e as técnicas para seu uso" que envolve habilidades de decodificação de grafemas em fonemas, habilidades motoras de manipulação dos instrumentos de escrita, habilidades de ler e escrever segundo orientação convencional, habilidades de uso disposição espacial do texto na página, habilidades de manipulação correta dos suportes de escrita dentre outras habilidades e práticas educativas relacionadas estamos no âmbito da alfabetização.

Enquanto, no âmbito do letramento ao desenvolver práticas educativas relacionadas a habilidades e competências que envolvem capacidade de ler e escrever diferentes gêneros de textos, para atingir diferentes interlocutores e objetivos, atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, atitudes que demonstrem prazer e interesse em ler, habilidades de uso da leitura e escrita para encontrar informações, etc.

Neste contexto, acrescenta Rebello Viegas (2007), uma criança que vive num contexto de letramento, que convive com livros, que ouve histórias lidas por adultos, que vê adultos lendo e escrevendo, cultiva e exerce práticas de leitura e de escrita: toma um livro e finge que está lendo, toma papel e lápis e "escreve" uma carta, uma história. Ainda não aprendeu a ler e escrever, mas é, de certa forma, *letrada*, tem já um certo nível de letramento. Compreendemos, neste contexto que uma criança alfabetizada é aquela que sabe ler e escrever, enquanto letrada é aquela que sabe ler e produzir textos, dos mais variados gêneros e temas, considerando o letramento como responsável por produzir resultados importantes no desenvolvimento cognitivo e econômico, mobilidade social, progresso profissional e cidadania.

Outro autor muito importante foi Paulo Freire que utilizou o termo alfabetização com um sentido aproximado de letramento para designar uma prática sociocultural de uso da língua escrita que vai transformando-se ao longo

do tempo, segundo a época e as pessoas que a usam, podendo vir a ser libertadora.

Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade (Varela 2008 pág. 21 apud PAULO FREIRE 2001). Sendo que o letramento inicia-se muito antes da alfabetização, ou seja, quando uma pessoa começa a interagir socialmente com as práticas de letramento no seu mundo social (REBELLO VIEGAS, 2007).

A partir da década de 90, o conceito de alfabetização passou a ser vinculado ao conceito de letramento, oportunizando inúmeros estudos sobre essa relação. Alfabetização e letramento são conceitos frequentemente confundidos e sobrepostos, é importante distingui-los, ao mesmo tempo em que é importante também aproximá-los: a distinção é necessária porque a introdução, no campo da educação, do conceito de letramento tem ameaçado perigosamente a especificidade do processo de alfabetização; por outro lado, a aproximação é necessária porque não só o processo de alfabetização, embora distinto e específico, altera-se e reconfigura-se no quadro do conceito de letramento, como também este é dependente daquele (MOREIRA, 2013 pág. 1 *apud* Soares 2003).

Desde o início do processo de alfabetização devemos dar espaço para que a criança se expresse, pense e resolva certas situações, levando a questionar e buscar resposta e que possa também interagir com outras crianças considerando que nenhuma criança é igual a outra, cada uma percorre seu próprio caminho. Essa compreensão e prática auxilia o processo de letramento que está relacionado com o uso da escrita na sociedade e com o impacto da língua escrita na vida moderna com a abrangência dos desenvolvimentos históricos da escrita refletindo em outras mudanças sociais e tecnológicas como alfabetização universal, a democratização do ensino, acessam aparentemente ilimitadas do papel, o surgimento da internet. Neste contexto, a prática de letramento fora da

escola é essencialmente colaborativa, em contraste com o caráter individual do processo de aquisição da língua e da escrita em ambiente escolar próprio da alfabetização. (KLEIMAN, 2005)

Entretanto, o ensino da leitura e da escrita sofreu mudanças diversas ao longo da história, nas três últimas décadas, variados aspectos têm influenciado e transformado bastante as formas segundo as quais esse ensino tem sido concebido e posto em prática. Em decorrência de fatores como os avanços teóricos na área, mudanças nas práticas sociais de comunicação e o desenvolvimento de novas tecnologias têm forjado novas propostas pedagógicas e a produção de novos materiais didáticos relacionados à alfabetização inicial e ao ensino de línguas em geral. No contexto brasileiro, vivemos desde o início da década de 1980 um amplo debate sobre esses temas com pesquisadores em distintos campos – psicologia, linguística, pedagogia etc.

Na busca em redefinir a leitura e a escrita, bem como seu ensino e sua aprendizagem. Apesar das radicais mudanças teóricas produzidas, estudos recentes demonstram a manutenção de práticas didáticas tradicionais nas formas de alfabetizar, tanto crianças como adultos (ALBUQUERQUE *et al*, 2008).

Entre os teóricos e teorias ressalvo neste trabalho a contribuição no campo da Psicologia, como os estudos sobre a psicogênese da língua escrita desenvolvidos por Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1979), que ocuparam lugar especial, inclusive nos currículos nacionais e em materiais pedagógicos produzidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para a formação de professores. Pois, a Psicogênese demonstrou que as crianças se apropriam do sistema alfabético de escrita por meio de um processo construtivo e com isso, nas escolas começaram a defender a importância que aprendam interagindo com os textos escritos.

Neste contexto, devendo o ensino estar centrado em práticas que promovessem a reflexão sobre como funciona o Sistema de Escrita Alfabética

(SEA) e nas quais os aprendizes se apropriassem da linguagem convencional dos diferentes gêneros textuais escritos (ALBUQUERQUE *et al*, 2008).

Portanto, e através dessa pesquisa consideramos que são necessárias mudanças didáticas e pedagógicas nas práticas de alfabetização: na construção/fabricação de saberes no cotidiano da sala de aula (ALBUQUERQUE *et al*, 2008).

Apoiando na importância surpreendente do papel da linguagem e da percepção visual dadas às tendências opostas implícitas na natureza dos processos. Numa, a fala requer um processamento sequencial, sendo os elementos separadamente rotulados e conectados numa estrutura de sentença, tornando a fala essencialmente analítica. Enquanto a outra, com elementos independentes - num campo visual são percebidos simultaneamente; nesse sentido, a percepção visual é integral (VIGOTSKY, 1989)

Conforme Soares (2004) numa perspectiva pedagógica o problema da aprendizagem da leitura e da escrita tem sido exposto como uma questão de métodos, os:

- Método Tradicional: Esse método tradicional tem seu ensino de forma dividida por partes.
- Método Sintético: É o método considerado um dos mais rápidos, simples e antigo de alfabetização, podendo ser aplicado a qualquer criança. O método sintético estabelece uma correspondência entre o som e a grafia, entre o oral e a escrita.
- Método Silábico: A sílaba é a unidade fonética para o ponto de partida do ensino da leitura.
- Método Analítico: O método analítico tem por objetivo, fazer com que as crianças compreendam o sentido de um texto.

Entretanto, a preocupação dos educadores tem-se voltado para a busca do melhor ou mais eficaz deles, levantando-se, assim, uma polêmica em torno de dois tipos fundamentais: métodos *sintéticos* que partem de elementos menores que a palavra; métodos *analíticos*, que partem da palavra ou de unidades maiores; método sintético insiste, fundamentalmente, na correspondência entre o oral e o escrito, entre o som e a grafia.

O problema é que nenhum dos diferentes métodos acima apresentados têm considerado a bagagem de conhecimentos adquiridos pela criança, isto é, suas ideias e hipóteses sobre a escrita, antes desta entrar na escola e ser alfabetizada. Estudos recentes têm demonstrado que a criança tem conhecimentos e concepções acerca da escrita antes de ingressar na escola, adquiridos em seus contatos diários com o mundo da escrita.

Pode-se observar também, nas análises dessas abordagens, que há uma desconsideração da capacidade que os aprendizes têm de formular hipóteses, analisar o sistema da língua escrita e usar diferentes estratégias e indícios auxiliares no seu processo de descoberta. (FERREIRO & TEBEROSKY, 1991; GALVÃO, 2005)

Neste contexto, destacamos que **LER** é um conjunto de habilidades e comportamentos que se estendem desde simplesmente decodificar sílabas ou palavras até ler GRANDE SERTÃO DE VEREDAS DE QUIMARÃES ROSA... uma pessoa pode ser capaz de ler um romance, em editorial de jornal... ASSIM: LER é um conjunto de habilidades, comportamentos, conhecimentos que compõem um longo e complexo contínuo.

E que **ESCREVER** é também um conjunto de habilidades e comportamentos que se estendem desde simplesmente escrever o próprio nome até escrever uma tese de doutorado... uma pessoa pode ser capaz de escrever um bilhete, uma carta, mas não ser capaz de escrever uma argumentação defendendo um ponto de vista, escrever um ensaio sobre determinado assunto. Assim,

escrever também um conjunto de habilidades, comportamentos, conhecimentos que compõem um longo e complexo contínuo (THOMAZ, 2009).

Considerando esses limites, propomos não uma rejeição ao uso de métodos, e sim, uma reinvenção da alfabetização, com estratégias didáticas sistemáticas para ensinar os alunos a ler e a produzir textos com autonomia (GALVÃO, 2005).

2. DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DA ESCRITA

De acordo com Antunes (1999), as dificuldades de aprendizagem, envolvem alunos comuns, ou seja, aparentemente sem danos de natureza médica ou psicológica que necessitam de práticas educativas especiais. Apresentam dificuldades de aprendizagem crianças que não rendem de acordo com o seu nível escolar em uma ou mais áreas, dentre as seguintes: expressão oral, compreensão oral, expressão escrita com ortografia adequada, habilidade básica de leitura, compreensão da leitura, cálculo matemático.

Alguns comportamentos surgem a partir das mesmas condições neurológicas que causam dificuldade de aprendizagem. Embora muitos alunos apresentem dificuldades de aprendizagem sentem-se felizes e ajustados, alguns desenvolvem problemas emocionais e muitos desistem de aprender e desenvolvem estratégicas para evitar a escola, questionam sobre sua própria inteligência, tendem a isolar-se socialmente com frequência, sofrem de solidão e baixa autoestima.

Segundo Kauark et al (2008) e Santos (2009) os fatores relacionados ao e fracasso escolar se dividem em três variáveis interligadas, denominadas de ambiental, psicológica e metodológica. O contexto ambiental engloba fatores relativos ao nível socioeconômico e suas relações com ocupação dos pais, número

de filhos, escolaridade dos pais. Esse contexto é o mais amplo em que vive o indivíduo.

O contexto psicológico refere-se aos fatores envolvidos na organização familiar, ordem de nascimento dos filhos, nível de expectativa e as relações desses fatores são respostas como ansiedade, agressão, autoestima, atitudes de desatenção, isolamento, não concentração. O contexto metodológico engloba o que é ensinado nas escolas e sua relação com valores como pertinência e significado. A consequência do fracasso escolar, devido à inadequação para a aprendizagem, a criança é envolvida por sentimentos de inferioridade, frustração e perturbação emocional, o que torna sua autoimagem anulada, principalmente se este sentimento já fora instalado no seu ambiente de origem.

O educador desempenha um papel importante no papel na identificação da dificuldade. Aquela criança que não adquire conhecimento como os colegas deve ser identificada e acompanhada de perto. Após alguns meses de trabalho dentro da sala de aula sem um progresso na aprendizagem o aluno merece uma atenção especial. Por exemplo uma criança de 5 anos que não apresenta capacidade para identificar e desenhar alguns símbolos como círculos ou quadrados, que não percebem cores básicas, deve ser vista como um quadro mais preocupantes. O diagnóstico da dificuldade pode ser muito precoce, a nível do Jardim de infância. O desenvolvimento da linguagem e do grafismo ajudam muito a Educadora identificar estes problemas (NUNES et al, 2001).

A concepção que o professor tem acerca do que seja dificuldade de aprendizagem está relacionada a três fatores considerados mais evidentes: o ritmo de cada criança em desempenhar as tarefas determinadas por ele; está relacionado também à atuação da família que não participa da educação dos filhos, que não ajuda na resolução das tarefas de casa; e ainda, está relacionada às deficiências culturais da criança, causadas pela classe social de origem, pela necessidade dos pais em trabalhar, ou ainda, por pertencerem a famílias fora da estrutura padrão (PATTO, 1999).

As dificuldades de aprendizagem, normalmente, estão relacionadas a fatores externos que acabam interferindo no processo do aprender do estudante, como a metodologia da escola e dos professores, a influência dos colegas (BEZERRA DE MENEZES, 2014).

No artigo Dificuldades de Aprendizagem: uma análise das causas e implicações no processo pedagógico em alunos nas séries iniciais do ensino fundamental os autores salientam como um dos fatores que dificulta também este processo de aprendizagem é a prática pedagógica do professor. E além desses fatores descritos até aqui, ainda há o fato de que muitas crianças poderão apresentar dificuldade de relacionamento e de fazer amizades, seus altos e baixos emocionais podem levar a família a um tumulto, pois é difícil para muitos pais verem seus filhos desistirem de si mesmos, de seus sonhos. O mais indicado para os pais que tem filhos com essas dificuldades é estabelecer uma parceria com os professores e com toda a equipe escolar envolvida no processo para o enfrentamento do problema (MATOS *et al*, 2018).

Quando uma criança ingressa na escola, sua primeira tarefa explícita é aprender a ler e escrever. Embora se espere que a criança aprenda muitas outras coisas em seu primeiro ano de escola, a alfabetização é sem dúvida alguma, o centro das expectativas de pais e professores, porém algumas crianças apresentam dificuldades de expressão linguística, inversão de letras, dificuldades em relembrar as letras do alfabeto, dificuldades em memorizar e reproduzir números, sílabas, palavras frases, pequenas histórias (FONSECA, 2007).

Certamente essa perda de especificidade da alfabetização é fator explicativo – evidentemente, não o único, mas talvez um dos mais relevantes do atual fracasso na aprendizagem e, portanto, também no ensino da língua escrita nas escolas brasileiras, fracasso hoje tão reiterado e amplamente denunciado. Espera-se ao longo de todo o ensino fundamental, chegando mesmo ao ensino médio, e se traduz em altos índices de precário ou nulo desempenho em provas

de leitura, denunciando grandes contingentes de alunos não alfabetizados ou semialfabetizados depois de quatro, seis, oito anos de escolarização. O que parece ter acontecido, ao longo das duas últimas décadas, é que, em lugar de se fugir a essa "excessiva especificidade", apagou-se a necessária especificidade do processo de alfabetização (SOARES, 2004).

CONCLUSÃO:

Compreende-se que uma interpretação da teoria da psicogênese da escrita e uma hegemonia do discurso do letramento, concluí, que não era preciso ensinar de modo sistemático e planejado a escrita alfabética, porque os alunos espontaneamente a aprendem participando de práticas de leitura e produção de texto. Na realidade o ensino não ocorre para a grande maioria das crianças de grupos socioculturais favorecidos, mesmo crianças de classe média e da burguesia são alfabetizadas recebendo ensino específico sobre a escrita alfabética. Portanto, devendo o ensino estar centrado em práticas que promovam a reflexão sobre como funciona a aprendizagem da linguagem convencional dos diferentes gêneros textuais escritos.

REFERÊNCIAS

COUTO, Glicélia de Barros. História de Vida. Cáceres – MT. 04/08/2005.

http:wwwfaced.ufjf.br/educacaoemfoco/integraartigo

Jornal A Fronteira, nº 1. Cáceres 10 de fevereiro de 1935.

Jornal A Fronteira, nº 5. Cáceres 28 de julho de 1935.

Jornal A Fronteira, nº 12. Cáceres 28 de abril de 1935.

Jornal A Fronteira, nº 22. Cáceres 7 de julho de 1935.

Jornal A Fronteira, nº 03. Cáceres 24 de fevereiro de 1935.

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História: Experiências, Reflexões e Aprendizados. Editora Papirus. Campinas – SP, 2003.

JAGUARIBE, Hélio. A Crise Brasileira. Cadernos do Nosso Tempo. Fundo de Cultura. Rio de Janeiro 1953.

VIANA, F. J. O. Instituições Políticas Brasileiras. Itatiaia/Edusp/Eduff. Belo Horizonte. MG. 1987.

FREITA G, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. Editora Moraes. Ed. 6ª. São Paulo – SP. 1980

A EDUCAÇÃO E AS NOVAS TECNOLOGIAS NO SÉCULO XX

Ana Maria da Silva Reis[7]

Silvana Alves Trindade Oliveira[8]

Elizangela Aparecida Lima Menezes[9]

Iraci Nogueira da Rocha Campos[10]

RESUMO

Este artigo tem por objetivo descrever a respeito da importância das novas tecnologias-TIC que integram no contexto global nas diversas modalidades de ensino dos educandos como desenvolvimento de competências que possibilitem os alunos enveredarem nas áreas tecnológicas. A escola, ao utilizar as tecnologias educacionais, é necessária obter os resultados satisfatórios alcançando o objetivo principal que é a aquisição de conhecimento, pois os recursos tecnológicos devem estar fundamentados no processo e currículo da escola. Atualmente os alunos estão inseridos num ambiente tecnológico, tanto no meio social, como cultural. As TICs são um dos fatores potenciais das profundas mudanças operadas no meio educacional. Com a aceleração na inovação e na dinamização da mudança, as TICs são hoje inseridas diariamente na educação mundial e dos fenômenos físicos e humanos em geral. Os conhecimentos das suas ferramentas de suporte são viáveis. Nesta perspectiva, as TICs são indispensáveis para o desenvolvimento acelerado no contexto educacional. Dessa forma, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, descritiva de cunho qualitativa trazendo a importância das novas tecnologias para o século XX.

Palavras- chave: Novas Tecnologias. Conhecimento. Aprendizagem.

ABSTRACT

This article aims to describe the importance of the new ICT technologies that integrate in the global context in the diverse teaching modalities of students as the development of skills that enable students to enter the technological areas. The school, when using educational technologies, it is necessary to obtain satisfactory results reaching the main objective, which is the acquisition of knowledge, since technological resources must be based on the school's process

[7]Pedagogia - Faculdade Metropolitana. Pós – Graduação em: Coordenação Pedagógica - Faculdade - Fael. Mestrado em: Ciências da Educação- Universidad Desarrollo Sustentable–UDS-Assunção / Paraguai.

[8] Pedagogia. Pela Faculdade Faro. Pós em: Supervisão Faculdade ESAB. Psicopedagogia Clinica e Institucional- Faculdade Santa Fé. Mestre em Ciências da Educação, Universidad Desarrollo Sustentable–UDS-Assunção/Paraguai.

[9]Pedagogia - Faculdade Fael. Pós em: Psicopedagogia Clinica Institucional- Faculdade Fasa. Pós em: Interpretação e Tradução - Faculdade Fasa, e Mestre em Ciências da Educação, Universidad Desarrollo Sustentable – UDS-Assunção/Paraguai.

[10]Pedagogia. Faculdade Unijipa: Pós em: Psicopedagogia Clinica e Institucional, Alfabetização e Letramento, Educação Infantil, Séries Iniciais, Tradução e Interpretação de Libras, Supervisão, Orientação e Gestão Escolar, Metodologia do Ensino Superior, Serviço Social Educação, Gestão, Saúde e Políticas Pública: Pela Faculdade Santo André. Mestre em Ciências da Educação, Universidad Desarrollo Sustentable –UDS- Assunção/Paraguai.

and curriculum. Currently students are inserted in a technological environment, both in the social and cultural environment. ICTs are one of the potential factors for profound changes in the educational environment. With the acceleration in innovation and the dynamism of change, ICTs are now inserted daily in the world education and in physical and human phenomena in general. Knowledge of your support tools is workable. In this perspective, ICTs are indispensable for accelerated development in the educational context. Thus, a bibliographic, descriptive qualitative research was carried out, bringing the importance of new technologies to the 20th century.

Keywords: New Technologies. Knowledge. Learning.

1. INTRODUÇÃO

Na educação, as novas ferramentas tecnológicas, interagem no meio social e escolar, possibilitando novos desafios de aprendizagem, em especial para os alunos. Além do mais tendo diversas capacidades de envolver o aprendizado significativo com dinâmicas, pesquisas entre outras, porém antes de surgir essas tecnologias nas escolas, era totalmente diferente do mundo atual, era tudo muito mais difícil, atualmente as tecnologias modernizaram de maneira grandiosa, favorecendo todo o universo, e a educação não ficou de fora, na escola privada ou pública as ferramentas tecnologias têm sido de grande relevância no contexto educacional.

O presente estudo tem como cerne refletir sobre educação e novas tecnologias com cunho da demanda contemporânea no ambiente escolar, cuja discussão está motivada através de documentos de índole internacional e nacional. A educação a as novas tecnologias como ciência, constitui um produto típico do século XX, mas em contra partida o mundo atual impõe exigências que motiva os organismos internacionais e nacionais, a debruçarem-se sobre a Educação para todos, como satisfação que fundamentam a aprendizagem dos alunos (UNESCO) e diferentes princípios e teorias que intencionam salvar a temática em abordagem, pois parte-se do pressuposto no qual a Educação é um direito fundamental de todo ser humano, de todas as idades, sem distinção de cor, política, cultura, língua, crença religiosa.

Portanto, a escola não pode ignorar a influência da internet na vida das pessoas da sociedade moderna. Ao contrário, a escola pode utilizar a internet

como mais um recurso para dinamizar e facilitar o processo de ensino-aprendizagem. Deste modo, o que não se pode negar é que, as TIC invadiram também o âmbito educacional, e através delas os indivíduos têm maior acesso a dados e informações nunca vistos em outros tempos.

2. Importância do uso da tecnologia no ambiente escolar

No mundo atual a informática vem conquistando espaço em vários setores da sociedade, na educação ampliou o conhecimento de docentes e discentes. De acordo com Tajra (2012, p. 39):

> [...] A implantação da informática na escola é algo novo, mas não deve ser utilizada somente como recurso de passa tempo e sim como uma ferramenta pedagógica, tendo uma ampla visão de suma utilidade em trabalhos escolares, pesquisas e até mesmo o lado técnico, ou seja, há professores formados na área desse conhecimento.

As exigências sociais requerem uma escola viva, dinâmica e de um educador produtor e organizador de conhecimento e que desenvolva competências e habilidades na busca, de algo novo que se transforma num diferencial competitivo dos indivíduos. Não somente ter uma grande quantidade de informação, mas sim que essa informação seja tratada, analisada e armazenada de forma que todas as pessoas envolvidas tenham acesso sem restrição de tempo e localização geográfica e que essa informação agregue valor a tomada de decisão.

Através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, encontramos a /contribuição legal da escola na preparação da sua proposta pedagógica. De acordo com os artigos 12, 13 e 14 da LDB, a escola tem autonomia para elaborar e executar sua proposta pedagógica, no entanto, necessita contar com a participação dos profissionais da educação e dos conselhos ou equivalentes na sua elaboração. Memória é o bem maior de qualquer organização, é o conhecimento gerado pelas pessoas que fazem parte desta.

Conforme Levy (1999, p. 159), as competências adquiridas por uma pessoa não podem ficar no mesmo percurso, e sim, procurar novos caminhos de conhecimentos para não parar de crescer, pois a tecnologia está à nossa frente.

Trabalhar apenas nesse enfoque pode provocar um desconhecimento por parte dos alunos, sobre como relacionar as ferramentas tecnológicas aprendidas com suas tarefas, como aliadas para suas atividades básicas do dia a dia.

É importante lembrar que o projeto pedagógico deve ser elaborado em conjunto pela comunidade escolar, pois deve refletir os anseios, as opiniões e os objetivos da maioria. Além do mais, deve ser periodicamente discutido, revisto e atualizado a partir das necessidades e dos interesses dos envolvidos no processo educacional, surgidos da própria prática pedagógica e da evolução do conhecimento e das tecnologias.

Para implementar o projeto pedagógico, principalmente no que diz respeito à informática, precisa-se, evidentemente, identificar os recursos materiais e financeiros necessários e os já disponíveis. Nesse ponto, o envolvimento de toda a comunidade escolar também é importante na definição de estratégias para obtenção e uso dos recursos que viabilizarão a execução do projeto.

> [...] A importância da utilização da tecnologia computacional na área educacional é indiscutível e necessária, seja no sentido pedagógico, seja no sentido social. Não cabe mais à escola preparar o aluno apenas nas habilidades de linguística e lógico-matemática, apresentar o conhecimento dividido em partes, fazer do professor o grande detentor de todo o conhecimento e valorizar apenas a memorização. Hoje, com o novo conceito de inteligência, em que podemos desenvolver as pessoas em suas diversas habilidades, o computador aparece num momento bastante oportuno, inclusive para facilitar o desenvolvimento dessas habilidades – lógico-matemática, linguística, interpessoal, intrapessoal, espacial, musical, corpo-cenestésica, naturista e pictórica (TAJRA, 2000, p. 143).

De acordo com Tajra (2012, p. 17), diz que Gardner define a inteligência como "a capacidade de resolver problemas ou elaborar produtos que sejam valorizados em um ou mais ambientes culturais e apresenta sete competências intelectuais e autônomas do ser humano". Entende-se que a inteligência não pode ser medida, pois está em constante fase de desenvolvimento psicológico e biológico do ser humano e assim descobrindo as diversas áreas do cérebro. De fato, encontramos pessoas com facilidade para desenvolverem, porém, neste estudo de pesquisa, destacamos os estudantes por estarem em fase de aprendizagem, desempenhando melhor os vários tipos de inteligências.

As múltiplas inteligências têm suas características oriundas de cada indivíduo em seu potencial biológico, sendo que os estudantes, por estarem em fase de aprendizagem, desempenham e compreendem os vários modos de ensino do sistema educacional, portanto, a informática surge como elemento fundamental para o desenvolvimento das habilidades específica de cada ser humano.

> [...] Não é essencial que um professor tenha notável Inteligência Lógico-matemática, por exemplo, para que possa solicitar aos seus alunos seja qual for a disciplina que esteja desenvolvendo, que construam gráficos, desenvolvam médias, pesquisem estatísticas, percebam a geometria de formas nos fatos que assimilam. (ANTUNES, 2001, p. 07).

O professor precisa estar atualizado, ter segurança e flexibilidade para garantir o sucesso do desenvolvimento para cada habilidade e competência a ser desenvolvida pelo educando, essas inteligências, assim como ficaram conhecidas no mundo através de um grande estudioso chamado Howard Gardner (1980), que relata sobre as inteligências que são:

a) Inteligência linguística: associadas a pessoas que escrevem, gostam de ler de falar e admiram outras pessoas que falam bem, sabem apreciar letras de músicas, são falantes e não ficam de boca fechada.

b) Inteligência lógico matemática: associada à pessoa que sabe lidar com números, desenvolver problemas, de seguir em encadeamentos lógicos de ideias como, por exemplo, o jogo de xadrez, que gosta de fazer cálculos, entendem com naturalidade de gráficos, controlam suas finanças pessoais, detestam o não cumprimento de horários por parte dos outros, tendo como modelos os advogados, os cientistas e todas as pessoas que de alguma forma, precisam ou usam ou têm uma grande capacidade de olhar de forma lógica para os problemas que tem pra resolver para as coisas que precisam criar.

c) Inteligência espacial: são habilidades desenvolvidas por pessoas que gostam muito da arte e ao olhar para o espaço, fazem transformações de acordo com o ambiente, adoram desenhar e apreciar desenhos.

d) Inteligência corporal cenestésica: presente em todos aqueles ou manifesta em todos aqueles que fazem do copo veículos pra manifestações do pensamento, da

criação da arte, são apaixonados por esportes, gostam de competições e tudo que envolva o cultivo do corpo e a graça do movimento.

e) Inteligência musical: é a inteligência que permite criar, identificar e diferenciar sons musicais ou não.

f) Inteligência interpessoal: habilidade em conhecer ver o humor do outro, captar o outro no seu interior, presente nos vendedores, nos comunicadores e na percepção na captação do outro em seu legítimo eu, que será reconhecido essa inteligência.

g) Inteligência intrapessoal**:** é uma inteligência ligada ao autoconhecimento ao autocontrole do seu eu reconhecendo seus limites.

Para Tajra (2012, p. 50 -51) "o uso do computador na escola faz com que o ser humano desenvolva suas habilidades diante de um processo pedagógico que, entrelaçado a tantas tecnologias", há de se descobrir com qual inteligência se identificará. No entanto, os professores devem estar atentos para os sinais que os alunos apresentaram. Já pensando no futuro desses estudantes, cabe à escola utilizar esses meios da informática para transformar o conhecimento em uma grande contribuição na formação dos mesmos, para aturarem no futuro promissor da era tecnológica das TICs na sociedade. É possível classificar a utilização do computador na educação de duas formas, considerando a proposta pedagógica da escola:

2.1 Novas abordagens sobre tecnologia educacional

No entanto, os profissionais da área e os interessados em tecnologia educacional estão particularmente conectados às práticas do design instrucional e aos estudos sobre performance, que incluem a seleção de mídias como parte das considerações sobre o ensino e aprendizagem. A definição da Association for Educational Communications and Technology (AECT), tradicional grupo ligado a academia norte-americana define a área como:

> [...] A tecnologia educacional é o estudo e prática ética da facilitação do aprendizado e a melhoria da performance através da criação, uso e organização de processos e recursos tecnológicos.

As mudanças provocadas pelo uso das tecnologias educacionais geram a necessidade de competências que até então não eram necessárias, mas que neste novo contexto deverão ser desenvolvidas pelos indivíduos. Neste contexto, a tecnologia educacional é o meio e não o fim do processo educativo e como tal deve ser inserida nas atividades de sala de aula como companheira e não apenas como uma forma de automatizar processos antes realizados, pois assim assumimos a produção de novos conhecimentos e não somente a reprodução.

A tecnologia educacional não é uma atividade recente se levarmos em conta a inserção de mídias na educação. Desde o começo do registro da palavra escrita, passando ao uso de novas mídias, vemos evidências de discussão sobre o impacto dessas mediações no processo de ensino e aprendizagem.

Atualmente tendemos a associar a tecnologia a artefatos eletrônicos como o computador ou o tablet. No entanto, o giz e da lousa, tido como artefatos antiquados (antigamente eram feitas de pedra - ardósia) bem como os livros impressos são tecnologias sofisticadas, largamente utilizadas ao redor do planeta. Um dos grandes desafios para os sistemas de ensino é a reflexão sobre o papel do desenvolvimento tecnológico e seus artefatos e sistemas (atualmente associados às TICs) no ambiente educacional, tais como o papel da internet, da televisão e do rádio que funcionam como meios educativos formais ou informais.

2.3. Os estudos das tecnologias educacionais

Nos estudos da tecnologia educacional, procura-se pensar em formas adequadas de utilizar os recursos tecnológicos na educação, ou seja, as funções maiores da escola serão enriquecidas com a grandeza das novas fontes de informações e ferramentas tecnológicas modernas, preocupando-se com as técnicas e sua adequação às necessidades e à realidade dos educados, da escola, do professor, da cultura em que a educação está inserida.

Contínuas transformações tecnológicas em todo o mundo, vem influenciando as relações sociais. Neste contexto, os espaços formais de ensino

(escola, universidade) e os espaços não formais têm mais uma vez buscado refletir sobre a influência da tecnologia no processo de ensino e aprendizagem.

Nestes termos, como resultado do avanço das pesquisas em torno do computador e da Internet no final do século XX trouxeram renovado interesse na inserção desses sistemas na educação. A tecnologia educacional deixa de serem encarados como "ferramentas" que tornam mais eficientes e eficazes os processos já sedimentados, passando a ser consideradas como elementos estruturantes de diferentes metodologias.

As múltiplas mídias (desde o livro até a Internet) permitem a utilização de diversas linguagens e novas formas de comunicação. É crescente o número de escolas e centros de educação que estão usando ferramentas on-line e colaborativas para aprendizado e busca de informações.

Todas as ferramentas podem ser utilizadas como instrumentos educacionais. Parte da função da tecnologia educacional é avaliar sua integração nas práticas educativas de modo a promover um momento de ensino-aprendizagem que seja coeso.

Os diretores das escolas estão em constante elevação de ensino e aprendizagem, desenvolvendo um trabalho que garanta um aprendizado significativo para os alunos, sendo de acordo com as normas da legislação escolar. A legislação do ensino apresenta respostas, diretrizes, normativas e limites da ação escolar, diante de situações práticas. No entanto, é nítido que os diretores tenham conhecimentos dos documentos e das leis direcionada as legislações escolares. Exemplos:

- ✓ A lei (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. No artigo 32 que trata das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC;
- ✓ A Lei nº 16.271/15 – que aprova o Plano Municipal de Educação;
- ✓ Decreto nº 34.160/94 – que institui Laboratórios de Informática nas Escolas Municipais;

- ✓ Art. 1º - Os Laboratórios de Informática Educativa nas Unidades Educacionais da Rede Municipal, instituído pelo Decreto nº 34.160/94, terão seu funcionamento orientado pela presente Portaria.
- ✓ Art. 2º - O trabalho desenvolvido nos Laboratórios de Informática Educativa, terá como diretrizes para a sua ação pedagógica:
- ✓ Art. 3º - São atribuições do Professor Orientador de Informática Educativa - POIE:
- ✓ II - Assegurar a organização necessária ao funcionamento do Laboratório de Informática Educativa, favorecendo:
- ✓ Art. 5º - O atendimento às classes no Laboratório de Informática Educativa dar-se-á dentro do horário regular de aulas dos educados, assegurando-se 1 (uma) hora-aula semanal para cada classe em funcionamento.
- ✓ Parágrafo único - As atividades realizadas no Laboratório de Informática Educativa deverão integrar o Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional e atender às diretrizes curriculares da Secretaria Municipal de Educação.
- ✓ Resolução SE 21, de 28-4-2014, no Artigo– Fica instituído, no âmbito da Secretaria da Educação, o Programa Novas Tecnologias - Novas Possibilidades, cujas ações, alinhadas às do Programa Educação, visam ao emprego sistemático, em salas de aula, das escolas da rede estadual de ensino, de novas tecnologias de informação e comunicação, a serviço do processo de ensino e aprendizagem, com a finalidade de melhorar o desempenho dos alunos e elevar-lhes o índice de desenvolvimento educacional.

2.4. As Tecnologias e suas contribuições na educação

Existe diversas possibilidades de utilizar as tecnologias, no meio educacional, pois é muito amplo o conhecimento que as tecnologias oferecem no mundo atual. Como afirma Sousa:

> [...] Que as teorias e práticas associadas à informática na educação vêm repercutindo em nível mundial, justamente porque as ferramentas e mídias

> digitais oferecem à didática, objetos, espaços e instrumentos capazes de renovar as situações de interação, expressão, criação, comunicação, informação, e colaboração, tornando-a muito diferente daquela tradicionalmente fundamentada na escrita e nos meios impressos. (2011, p. 22)

As tecnologias vêm, contribuindo de forma grandiosa na educação, favorecendo o educador para outros meios de ensinar, nesta perspectiva, os professores possam rever suas práticas pedagógicas no ensino, tendo acesso de novos conhecimentos e se apropriar nesse cenário que abre diversos leques para a aprendizagem, através das tecnologias, ou seja, com vídeos digitais na sala de aula e intercalar nas diversas disciplinas escolares, com a motivação e criatividade que desenvolva o aprendizado para os alunos. Como afirma Ribeiro:

> [...] Constata-se atualmente a importância e a necessidade de integração das tecnologias ao trabalho escolar, em especial as novas tecnologias da informação e comunicação, considerando que elas estão cada vez mais presentes no cotidiano, especialmente dos jovens, e que sua aplicação na educação, no trabalho e em outros contextos relevantes, é uma competência básica a ser propiciada pelos educadores no conjunto do currículo escolar e de suas disciplinas. (RIBEIRO, 2007, p. 09 pund, MARTINS, 2017, S\P).

e) Tecnologia Transformacional: Trata-se de verificar as bases do processo de racionalização e hierarquização de práticas, saberes e conhecimentos que permeia determinadas concepções de tecnologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo descrever a respeito da importância das novas tecnologias-TICs que integram no contexto global nas diversas modalidades de ensino dos educandos como desenvolvimento de competências que possibilitem os alunos enveredarem nas áreas tecnológicas. Ficou comprovado que existem várias concepções políticas e socioculturais em torno do ensino das Novas Tecnologias ao longo da história, as quais foram abordadas no contexto deste artigo proposto por essa pesquisa.

Conclui-se que a educação é direito de todos, estabelecida como prioridade nos acordos internacionais e legislações específicas e vem sendo alvo de intensas reflexões. As tecnologias educacionais auxiliar tanto os educadores como os

alunos aprimorando o ensino/aprendizagem, favorecendo ambas as partes. As ferramentas tecnológicas só têm a acrescentar no meio educativo.

Portanto, os educadores necessitam estar sempre renovando os conhecimentos cada vez mais sobre como fazer a mediação do ensino/aprendizagem na sala de aula, para usar os recursos tecnológicos de forma adequada. Compreendeu-se que na educação, as novas ferramentas tecnológicas, interagem no meio social e escolar, possibilitando novos desafios de aprendizagem, em especial para os alunos. Neste processo da inserção das tecnologias, a educação desempenha um papel fundamental, não só porque permite aos alunos adquirir as competências necessárias para funcionar nesta sociedade centrada no conhecimento tecnológico, mas porque fornece ferramentas para as instituições de ensino tanto publica como particular para melhorar a qualidade de vida dos educandos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Como Identificar em Você e Seus Alunos as Inteligências Múltiplas.** 5ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**; tradução de Carlos Irineu da Costa. – São Paulo: Ed. 34, 1999.

RIBEIRO, D. A. **Desenvolvimento Organizacional na Escola Básica do 1º Ciclo. O papel do Coordenador de Estabelecimento**. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade Portocalense Infante D. Henrique 2008.

SOUSA, Robson Pequeno.**Tecnologias digitais na educação**, Filomenada M. C da S. C. Moita, Ana Beatriz Gomes Carvalho (Organizadores). - Campina Grande: EDUEPB, 2011.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na Educação**: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. São Paulo: Érica, 2012.

UNESCO. Educação: um tesouro a descobrir. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.** Cortez Editora. Universidade da Madeira. 1984.

A RELAÇÃO ENTRE DISCIPLINA ESCOLAR E APRENDIZAGEM

Luiz Zeferino Neves[11]

RESUMO

O estudo tem o objetivo de demonstrar a influência do comportamento dos alunos no ensino e aprendizagem. O estudo realizado pautou por uma pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa. As características dos comportamentos disciplinares, a questão da disciplina nas diferentes atividades desenvolvidas em sala de aula e no processo de ensino-aprendizagem, são de certa forma indissociáveis, em qualquer nível de ensino, embora, ainda mais no Ensino Fundamental, que desempenha um papel transcendental pelo seu caráter formativo, e onde o professor desempenha um papel importante, visto que é ele quem deve manter o equilíbrio na sala de aula criando um ambiente de trabalho ordenado mas flexível, para que o ensino se desenvolva de forma satisfatória e promova a aprendizagem, terá que cumprir o seu papel de mediador e facilitador, dando aos alunos liberdade para se expressar, agir e expressar todo tipo de opinião, sem quebrar as barreiras de tolerância e respeito que devem existir em um espaço de convivência e com base nisso conduzem a formação de seus hábitos tais como assiduidade, pontualidade, independência, trabalho, colaboração, estudo entre outros. Os resultados da pesquisa destacam, em primeiro lugar, a complexidade dos problemas de comportamento e controle da disciplina em sala de aula e sua influência na aprendizagem no baixo desempenho.

Palavras-chave: Disciplina. Indisciplina, Valores, Ensino. Aprendizagem.

ABSTRACT

The study aims to demonstrate the influence of student behavior on teaching and learning. The study carried out was guided by a bibliographic, descriptive and qualitative research. The characteristics of disciplinary behaviors, the question of discipline in the different activities developed in the classroom and in the teaching-learning process, are inseparably inseparable, at any level of education, although, even more so in Elementary Education, which plays a role transcendental for its formative character, and where the teacher plays an important role, since it is he who must maintain balance in the classroom creating an orderly but flexible work environment, so that teaching develops satisfactorily and promotes learning , will have to fulfill its role of mediator and

[11] Graduação: Licenciatura Plena Em Letras/UNEMAT. Pós-graduação: Planejamento Educacional/ UNIVERSO. UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA. RIO DE JANEIRO-RJ. Mestrado: Ciências da Educação/ UNIVERSIDADE INTERNACIONAL TRÊS FRONTEIRAS – UNINTER Paraguai PY.

facilitator, giving students freedom to express themselves, act and express all kinds of opinions, without breaking the barriers of tolerance and respect that must exist in a space of coexistence and based on that lead to formation of their habits such as attendance, punctuality, independence, work, collaboration, study, among others. The research results highlight, first, the complexity of the problems of behavior and control of the discipline in the classroom and its influence on learning in low performance.

Keywords: Discipline. Indiscipline, Values, Teaching. Learning.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, olhando para o contexto social, a educação busca formar integralmente o aluno, com vistas ao alcance de desenvolver suas capacidades, valores e atitudes. Para tal, é necessária uma formação especializada e / ou atualizada que permita aos docentes promover o desenvolvimento de conhecimentos, competências, habilidades (capacidades) e atitudes (valores, comportamentos) nos alunos para que possam enfrentar os diferentes desafios colocados pela sociedade.

No atual Ensino Fundamental, o ator principal é o adolescente que está no centro do processo de aprendizagem, daí a importância de se tomar como ponto de partida a atenção às suas necessidades, interesses e inquietações, promovendo neles o seu desenvolvimento pessoal e social, que lhes permite ingressar no grupo e interagir com seus pares aceitando e valorizando suas diferentes formas de pensar, sentir e agir.

Nesse sentido, os alunos devem assumir atitudes de bons comportamentos que estimulem o seu crescimento pessoal, desenvolvendo a sua criatividade, permitindo-lhes pensar livremente num ambiente de solidariedade, equidade e respeito, especialmente na sala de aula no desenvolvimento das atividades.

No entanto, durante a prática pedagógica, dificuldades no desenvolvimento do processo de aprendizagem, é necessário identificar as causas que dificultaram o desempenho do aluno, desta forma, dar suporte científico à aplicação da ação proposta de melhoria as atitudes

comportamentais dos alunos e aumentar o seu aprendizado. O objetivo do estudo procura demonstrar a influência do comportamento dos alunos no ensino e aprendizagem.

2. PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.

O pressuposto de que o "ensino-aprendizagem" existe como um processo contínuo e necessário decorre do fato empírico de que as atividades de ensino são geralmente acompanhadas pela aprendizagem dos alunos.

O aprendizado pode ser feito pelo aluno; é produzido dentro da própria cabeça. O ensino, por outro lado, geralmente ocorre com pelo menos uma outra pessoa presente; não é algo que acontece dentro da cabeça de um único indivíduo. Aprender envolve a aquisição de algo; ensinar envolve dar algo. Belhot, Freitas, Vasconcellos (2006) afirma que ensinar é a promoção sistemática da aprendizagem por vários meios. Por sua vez, Freire (20017) sustenta que o ensino é uma atividade prática que visa reger as trocas educacionais a fim de orientar as influências que se exercem sobre as novas gerações em um sentido específico.

A situação de ensino e aprendizagem não pode ser satisfatoriamente descrita por uma díade (professor-aluno) ou por um triângulo (professor-aluno-conteúdo / conhecimento), mas envolve a interação de um aluno, um professor, conteúdo cultural e de problemas em um determinado contexto. Todos esses fatores devem estar presentes para que o ensino exista. Mas esses fatores sempre existem em uma determinada inter-relação e pelo período em que o aprendiz leva para resolver o problema; nesse ponto, a relação entre os fatores é definida. O aprendiz desenvolve seu potencial e enfrenta novos problemas.

Durante a aula, a indisciplina leva o aluno e seus colegas a se encontrarem em um ambiente de aula em que a ordem não prevalece, o que implica desorganizar a aula ou afetar o desempenho das atividades em sala de

aula o que representa uma condição desfavorável ao ensino. pela aprendizagem do professor e do aluno (FURTADO, 2008).

A ordem estabelecida nos equipamentos escolares com base na aprendizagem organizada coletivamente e nos regulamentos institucionais, implica o estabelecimento das regras que constituem a disciplina de convivência entre os alunos, professores e autoridades escolares. Essas relações representam um ambiente tanto dentro quanto fora das salas de aula e, por sua vez, são baseadas em comportamentos de obediência e respeito (GARCIA, 2007).

O comportamento dos alunos nas aulas não deve ser considerado um fenômeno isolado, que se deve e é determinado por um único fator, pelo contrário, é devido a vários fatores. O adolescente está sujeito a um conjunto de forças condicionantes mútuas, cada uma das quais atua como estímulo para sua própria resposta. Alguns desses estímulos vêm do professor, outros na forma de organização e administração da turma e da escola (AQUINO, 2008). Nesse sentido, o professor, o próprio aluno e os regulamentos da escola desempenham um papel fundamental na manifestação da disciplina discente.

A disciplina é um conceito oposto ao de indisciplina e violência, são multicausais, ou seja, não respondem a uma única causa, mas a múltiplas causas. A indisciplina e a violência, em seus diferentes tipos, têm gravidades distintas e influenciam negativamente no processo ensino-aprendizagem. Portanto, um ambiente com essas características não seria propício para ser um processo eficiente, apesar da existência de outras condições como a existência de um aluno, um professor, um problema e um conteúdo para que o problema seja resolvido. O meio ambiente adquire um papel de extrema importância no processo de ensino-aprendizagem.

Para que os alunos adquiram a aprendizagem esperada, intervém uma série de fatores que devem ser tidos em consideração. A disciplina em sala de aula é uma delas, tendo os seguintes referentes um papel preponderante para

suas conquistas: não cumprimento de tarefas, desordem na aula, falta de respeito entre os colegas e com o professor, o que em muitas ocasiões os permite, indicando sua permissividade e falta de habilidade para equilibrar tal situação na sala de aula ou na escola.

É verdade que o ser humano se forma a partir da família, nesse sentido os pais desempenham um papel importante no desenvolvimento emocional, social e cognitivo dos filhos. O mesmo acontece na escola, quando as crianças têm que frequentar; os professores se unem ao trabalho dos pais e com seus ensinamentos exercem uma influência essencial na formação integral dos alunos (ARAÚJO, 2012).

Porém, quando se trata de disciplina ou comportamento adequado dentro e fora da sala de aula e / ou da escola, os professores, em mais de uma ocasião, negligenciaram esse treinamento. Os professores presumem que os pais estão cumprindo o referido treinamento comportamental enquanto os pais transferem essa responsabilidade para os professores, causando um problema na conduta adequada dos comportamentos dos alunos, que é visualizado na disciplina distorcida observável em sala de aula.

2.1. Metodologias ao combate da indisciplina

Os desafios impostos aos educadores de reinventar seus espaços educativos, significam também, dizer que o professor deve possuir uma visão clara, ampla e consciente do seu local de trabalho, rompendo com a visão cristalizada e monótona de acreditar que apenas ele é o detentor do conhecimento, discutir com os alunos da importância deste espaço, na constituição de sua individualidade e da sociedade que eles fazem parte. Ao reinventar a si próprio, este educador deve ter a capacidade de se adaptar de forma criativa a realidade do lugar, para que possa selecionar, criar e propor situações de desafio, concretas ao dia a dia do aluno, tornando as aulas atraentes e inovadoras. O conteúdo proposto de forma abstrata desestimula, pois o aluno não percebe a aplicabilidade em seu cotidiano, enquanto ser social, dificultando

sua aprendizagem, dando espaço para a desmotivação, como consequência surge atos de indisciplina. Nesta relação que se estabelece entre a busca por conhecimentos e forma de ensinar, incluindo novos métodos, para que se torne a aprendizagem mais atrativa e mais concreta, o educador deve buscar por uma postura renovada, de maior diálogo, não só entre professor e aluno, mas com o próprio conhecimento.

O professor ao desenvolver sua metodologia, compete a ele buscar inicialmente com seu aluno, motivá-lo através de atividades que despertem a curiosidade e o interesse pelo novo conhecimento apresentado, correlacionado o mesmo aos seus conhecimentos prévios e a realidade em que estão inseridas, as atividades desenvolvidas durante o processo, deve possibilitar uma constante reconstrução, onde professor e aluno estejam diretamente relacionados, cabendo ao primeiro medir pedagogicamente o conhecimento, para que outro possa agir sobre o conteúdo, dessa maneira haverá uma mudança na forma de ensinar.

Conforme Oliveira (2005) e Freire (1996) explicam sobre a resistência do professor em respeitar a "leitura de mundo" com que o educando chega à escola, uma cultura instituída pela classe, que se configura um entrave ao conhecimento. A autora salienta ainda, que o sucesso da aprendizagem consiste em novas metodologias de ensino, que lhes permitirá conduzir os educandos, propondo atividades instigantes, provocadoras e, que sejam viáveis, para imbuir uma situação de sucesso.

> [...] Não se trata de inventar algo novo, um novo lugar. Trata-se da necessidade de realizarmos um movimento rumo ao nosso próprio lugar e, como somos professores significa fazermos uma escola organizada coletivamente pelos seus próprios protagonistas (KIMURA, 2010, p. 30).

A autora explica que o educador, ao trabalhar com os alunos, seus procedimentos didáticos, devem ser preparados de acordo com o conteúdo, sem fugir da linha de raciocínio, unindo o ensino e a pesquisa trabalhando a realidade. Para o autor, ensinar deve ir além de uma metodologia adotada

apenas pelo professor, ensinar envolve professores e alunos, um trabalho realizado em conjunto através do planejamento, observação constante do meio em que vivem, estudos estes que tem como finalidade a construção de ideias críticas, conceitos, compreensão e interpretação dos mesmos, tudo isso de forma cada vez mais profunda e organizada. Na relação aluno/professor, não está presente apenas o caráter acadêmico e de transmissão de conhecimentos, mas algo muito mais profundo, que envolve as características psíquicas de ambas as partes.

> [...] Quando falo de diversidade, refiro-me as diferentes culturas com as quais nos defrontamos no âmbito escolar. Sabemos que mesmo em escolas públicas da periferia, que atendem crianças que pertencem a uma mesma comunidade e têm um mesmo nível social, não existe a homogeneidade já que todas as pessoas são providas de sentimentos, ambições, crenças e valores, e são imbuídas de costumes e práticas que adquirem no seu ambiente familiar e social (modos de agir, linguagem, gestos, atitudes, hábitos de higiene, etc.) que, desde cedo, vão formando sua personalidade (OLIVEIRA, 2005, p. 53).

A autora discorre acerca dessa heterogeneidade dos alunos presente no ambiente escolar, é de suma importância que o professor ofereça espaços para as diferentes culturas, onde os alunos possam contextualizar os seus saberes e ao mesmo tempo a realidade que o cerca. E à complexidade de seu contexto e as várias questões que estão relacionadas à indisciplina são de natureza do trabalho docente e primeiramente deve refletir sobre as dificuldades apresentadas em salas de aulas em relação alunos e a própria prática, buscando compreender e identificar as possíveis falhas e dificuldades no e sobre o processo de ensino aprendizagem.

No cotidiano escolar, encontramos professores que demonstra ter preferência para trabalhar com recursos que desenvolvam nos alunos a capacidade de construir e interpretar assuntos relacionados que vai de encontro com suas necessidades. Quando utilizado este tipo de recurso didático, relacionando a realidade com o conteúdo ministrado, permite ao aluno a fazer uma ponte entre o conteúdo com suas necessidades diárias, contribuindo assim, para sua formação, pois na prática somos surpreendidos com

determinado filmes, por exemplo, que são apenas para cumprir horários, sem uma ligação importante com a realidade educativa.

Portanto, o professor que não leva a sério sua prática educativa, que não procura aperfeiçoar seu método de trabalho e não se esforça para estar à altura de sua prática e de sua tarefa, não tem força moral para conduzir as suas atividades. O professor, portanto, na escolha do método para trabalhar, deve propor desde uma simples estratégia, como elemento intelectual capaz de realizar materialmente o nexo teoria-prática, desenvolvendo sua atividade educativa como um ser histórico social que oportuniza para que seus alunos possam realmente construir seu aprendizado, que haja interação entre aluno e professor e, que este ensino esteja ligado à ciência, ao conteúdo, e a sua dimensão pedagógica para contribuir na construção de uma educação renovada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito se fala sobre disciplina, mas mais é o que é você deve saber sobre isso. Compreendeu-se neste estudo que a disciplina desempenha um papel preponderante na melhoria da relação professor-aluno e vice-versa.

É importante que os professores promovam uma disciplina consciente, isto é, aquele em que o aluno é o centro do processo, está sempre ciente de que é responsável pelo sucesso da sua própria aprendizagem e é capaz de gerar iniciativas que visem organizar, direcionar e repensar permanentemente o processo de aprendizagem; um processo de aprendizagem que estimula atitudes de autocontrole no aluno.

O professor deve valorizar as diferentes teorias sobre a disciplina, pois fornecem ferramentas para criar um clima agradável que torne o trabalho nas instituições de ensino satisfatório, da mesma forma, deve buscar estratégias para que a disciplina contribua para o funcionamento da escola.

O aluno não precisa de controles externos para aprender, mas ele está ciente de que deve desenvolver habilidades para a aprendizagem autônoma, independente e requer apenas orientações gerais para desenvolver seu próprio processo.

Em cada um dos aspectos mencionados, a conceituação da disciplina não deve ser vista como um problema, mas sim como forma de desenvolver novas estratégias de aprendizagem, em onde tanto o aluno quanto o educador se tratam com respeito e se envolvem no processo de aprendizagem. A aprendizagem assim concebida é um encontro interessante, portanto a disciplina para aprender não é um problema, mas mais uma possibilidade. para alcançar uma aprendizagem desafiadora e significativa, que abre janelas para o interessante mundo do conhecimento.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio G. (orgs.) **Indisciplina na Escola: alternativas teóricas e práticas**. In: LAJONQUIÉRE, Leandro de. A criança, "sua" (in)disciplina e a psicanálise. In: TAILLE, Yves de La. A indisciplina e o sentimento de vergonha. São Paulo: Sumus, 2008.

BELHOT, R. V.; FREITAS, A. A.; VASCONCELLOS D. D. **Requisitos profissionais do estudante de engenharia de produção:** uma visão através dos estilos de aprendizagem. Revista Gestão da Produção e Sistemas, v. 1, n. 2, p. 125-135, 2006.

FREIRE, I. (In) disciplina e contextos escolares: duas escolas vistas por dentro. In: **Colóquio da Secção Portuguesa da AFIRSE/AIPELF**. 11, 2001, Lisboa. **Atas**. Lisboa: Estrela e Ferreira. 2001.

FURTADO, N. R. **Limites:** entre o prazer de dizer sim e o dever de dizer não. Porto Alegre: Editora Artmed, 2008.

GARCIA, J. **Notas sobre indisciplina e formação de professores**. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2007.

KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico**: questões e propostas. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, M. I. de. **Indisciplina escolar**: representação social de professores que atuam no ensino fundamental na cidade de Cáceres – MT. 2002. 175 f. Tese

(Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, M. I. **Indisciplina Escolar:** determinantes, consequências e ações. Brasília: Líber Livros Editora, 2005.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: análise dos avanços no processo avaliativo

Silvana Alves Trindade Oliveira[12]
Elizangela Aparecida Lima Menezes[13]
Ana Maria da Silva Reis[14]
Iraci Nogueira da Rocha Campos[15]

RESUMO

Este artigo trouxe como objetivo compreender a respeito dos avanços ocorridos no sistema de avaliação de acordo com as políticas educacionais em nosso país. A avaliação consiste em um julgamento sobre uma realidade concreta ou sobre uma prática relacionada ao ensino e aprendizagem. Não há como separar avaliação de ensino, não há como pensar avaliação de alunos sem que se tenha claro o papel da educação na vida das pessoas. Dessa forma, o estudo realizado apontou que a avaliação em sala de aula deve ser bem planejada, portanto a mesma deve ser contínua para que sejam eficazes em seu resultado. Compreendeu também que em relação às políticas educacionais nessas últimas décadas o sistema de ensino, de maneira geral tem avançado em passos lentos no que diz respeito aos seus processos avaliativos político-institucional, que também está influenciado pela heterogeneidade regional.

Palavras-Chave: Avaliação. Avanços. Políticas Educacionais.

ABSTRACT

This article aims to understand the progress made in the evaluation system according to the educational policies in our country. Assessment consists of a judgment on a concrete reality or on a practice related to teaching and learning. There is no way to separate teaching assessment, there is no way to think of student evaluation without the clear role of education in people's lives. Thus, the study carried out pointed out that the evaluation in the room should be well planned, so it must be continuous so that they are effective in its result. He also understood that in relation to educational policies in recent decades the education system has generally advanced in slow steps regarding its political-institutional evaluation processes, which is also influenced by regional heterogeneity.

Keywords: Evaluation. Advances. Educational Policies.

1. INTRODUÇÃO

[12]Graduação em Pedagogia. Pós-graduação em Supervisão e Psicopedagogia Clínica e Institucional.
[13]Graduação em Pedagogia. Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica institucional e Interpretação e Tradução.
[14]Graduação em Pedagogia. Pós-graduação Coordenação pedagógica.
[15]Graduação em Pedagogia. Pós em: psicopedagogia clínica e institucional. Alfabetização e Letramento. Educação infantil, Séries iniciais com ênfase em Psicologia Educacional Tradução e Interpretação em libras. Supervisão, Orientação e Gestão Escolar com Ênfase em Psicologia Educacional. Metodologia do Ensino Superior. Serviço Social: Educação Gestão Saúde e Políticas Públicas, Perícia Criminal e Ciências Forenses.

No Brasil avaliação da aprendizagem tornou-se destaque, uma abordagem privilegiada, sendo um tema abordado em vários fóruns, como em contextos acadêmicos, publicações em livros, artigos, revistas especializadas e sistemáticas da área da educação. De fato, essas diferentes publicações têm revelado aspectos marcantes sobre a qualidade da educação nesta sociedade globalizada.

A finalidade de compreender o processo avaliativo encaminha a uma profunda reflexão sobre a ação assim como os objetivos proposto. As escolas devem analisar seus instrumentos avaliativos para ver se contemplam as metas que são propostas no currículo. Existem estudiosos que perceberam a necessidade de mais aprofundamento sobre o quesito avaliar, as pesquisas desenvolvidas neste campo incorporam teorias de autores, tanto tradicional quanto construtivista e entre outras, os quais permitem buscar referências teóricas e adequá-las ao contexto escolar.

Compreende-se que a avaliação se constitui numa ferramenta poderosa na promoção da aprendizagem, o foco centra-se no desenvolvimento da capacidade de uso por parte do professor, das evidências da avaliação como componente fundamental do ensino e da promoção da aprendizagem dos alunos e, naturalmente dos seus resultados escolares. Estudiosos afirmam que o sucesso na aprendizagem ocorre quando os alunos conseguem gerir a sua própria aprendizagem, quando conhecem, compreendem e perseguem objetivos, quando conhecem e compreendem os critérios que permitirão interpretar o seu sucesso e quando estão motivados e possuem as capacidades para atingir esse sucesso. Estas são, na essência, os aspectos determinantes para que o aprendizado seja significativo.

Portanto, o estudo em questão procura compreender a respeito dos avanços ocorridos no sistema de avaliação de acordo com as políticas educacionais em nosso país, tendo em vista os dados e informações das políticas instituídas nesses últimos anos em diferentes governos, procura retratar a realidade do setor educacional.

2. POLÍTICAS E REFORMAS EDUCATIVAS

A hierarquização da avaliação é um campo que está sendo modificado ao longo do tempo de acordo com os resultados que estão sendo alcançados, está havendo comparações entre avaliação com exames, lembrando que avaliar é um processo contínuo e individual.

O exame se faz individualmente, mas com foco no resultado e não na construção do conhecimento ao longo do processo. O mesmo é composto por documentos escritos que captam, classificam e quantificam os resultados obtidos e o indivíduo é comparado a outro.

A avaliação ocorre de forma investigativa com coleta de dados, registros das informações obtidas do indivíduo, reflexão do material reunido, e a exposição desse material que foram obtidos ao longo da avaliação. Esses procedimentos são necessários para que o diagnóstico e por fim, o seu desenvolvimento possa ser eficaz. É digno de consideração que aquilo que aprendemos origina sempre de cada etapa do nosso desenvolvimento. Para Fernandes[16](2010);

> A avaliação é um elemento de nossos fazeres e ações, pois sem ela não tomamos decisões acerca das questões que compõem nosso cotidiano. Quando a avalição é realizada de maneira despretensiosa, por exemplo, corremos o risco de fazermos julgamento acerca daquilo que está em análise e tomarmos decisões nem sempre adequada... Podendo comprometer nossas futuras ações acerca daquilo que foi o foco de avaliação. (p. 11).

Entre os séculos XIX e XX a educação brasileira passou por várias transformações e mudanças e isso ocorreu por questões políticas e econômica, no Governo do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, retomando ao Estado o mínimo com ideologia LIBERAL, onde o Estado teria suas funções nas áreas afins reduzidas no que se refere a sua influência no mercado. O então Ministro da Administração Bresser Pereira do Ministério de administração Federal e Reforma do Estado (MARE), delimitou as responsabilidades destacando alguns objetivos da reforma, a saber,

[16] Claudia Fernandes Mestre em educação e Doutora em educação pela PUC-Rio. Professora adjunta da UNIRIO. Dimensões da avaliação concepções e finalidades da avaliação em educação- Salto para o Futuro.

recuperando a governança e aumentando a governabilidade, justificando ao excessivo crescimento principalmente o de receita e de despesas demonstrando a ineficácia do Estado, destacando este cenário político o Brasil teve orientação de organismos transnacionais financeiros e cooperativos como a UNESCO e o Banco Mundial, com a reforma Educacional.

O progresso e trabalho no capitalismo se tornou respeitável com a derrota do feudalismo e simultaneamente à ideia do liberalismo da burguesia demonstrando dificuldades do antigo pensamento o qual foi construído pelos mais favorecidos com teorias que assim os legitimava. Nesta perspectiva, nascia então o novo com pilares da ideologia liberal, com uma sociedade mais democrática. Essa reforma tinha como objetivo descentralizar os poderes e cargos educacionais do âmbito Federal para as esferas locais de poderes, tornando as instituições do sistema educacional mais flexível, por meio de mecanismo avaliativo de resultados, que tem diminuído a sua função do Estado como executor e aumentado a ideia que o mesmo é o regulador a avaliador influenciando diretamente na elaboração de políticas educacionais de avaliação brasileira. Essa distribuição segundo a Lei 9.394/96 LDB ficou determinada que no artigo:

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:

I - As instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantida pelo Poder Público municipal;

II - As instituições de educação infantil criada e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos municipais de educação.

Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

I - As instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;

II - As instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;

III - As instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - Os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende:

I - As instituições de ensino mantidas pela União;

II - As instituições de educação superior, criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - Os órgãos federais de educação.

É percebido pela LDB que a divisão do sistema de ensino ficou bem especificado e que cada parte que compreende a mesma deve ser respeitada e manter o sistema funcionando com os devidos critérios preestabelecidos pelo sistema. A educação não está problematizada no País – está submersa, ou quase imóvel frente às modificações sociais, ao passo que a economia e a política são problematizadas. Um dos truques da educação não problematizada consiste na Escola Nova no Brasil: ela não mexe no conteúdo (transformações sociais via educação) e sim nos métodos e técnicas. Ou melhor, os conteúdos existem, mas frequentemente embutidos do exterior para o Brasil, lubrificados pelos métodos e técnicas, destinados, sobretudo, à industrialização e à modernização.

Por isso, o Estado não tem projeto político, precisamente por ser um país dependente, condicionado pelos centros hegemônicos no plano político e econômico, enquanto, no plano cultural e pedagógico, a intelligentsia se contenta com os modelos europeus e norte-americanos como uma das formas de alienação. "Mas, paradoxalmente, a Escola Nova e a Escola Tradicional, com vidas opostas, confluem em alienação, isto é, a separação entre duas instâncias". (MENDES, 1987, p. 1).

Percebemos as diferenças entre os principais protagonistas da Escola Nova. Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo eram educadores, se preocupavam com o rumo que educação estava tomando, reformado do

manifesto dos pioneiros da educação, nesta época já havia questionamento sobre a educação, um foi o inquérito promovido pelo o Estado de São Paulo (1926) e publicado em educação encruzilhada 2, contendo problemas que existem até aos dias de hoje, mas com ângulos diferentes e realidade nova. O que nos leva a crer que essas figuras foram de suma importância para o crescimento educacional e sua objetividade, percebe-se que a partir da escola algumas coisas passaram a serem melhores definidas, levando em conta que há muito a se fazer para que a mudança seja repleta, mas a educação já melhorou e também todos tem o direito a ela.

Segundo Mendes (1987):

> O sistema educacional brasileiro pretende uniformizar, a ordem é homogeneizar o saber, imposta pelas classes dominantes. A estratégia perversa desse saber consiste em dissolver o conteúdo, não só o saber através das matérias escolares, mas também os grupos, as instituições, a diferença entre as classes e os movimentos sociais. Simplificar, uniformizar é perder a substância e a diferença, como se fosse um só estômago, ignorando os estômagos diferentes, pois cada um tem o seu. Estômago fascista, ditadura do saber. (MENDES, 1987 p. 9).

Com culturas diferentes como poderia haver uniformização do ensino, pois cada lugar tem o seu modo, a sua realidade, percebe-se aí a supremacia das classes dominantes, a classe pobre, era para receber e mais nada, Mendes deixa bem claro em citar Estômago diferente, levava ao raciocínio de sermos diferentes por isso não tem como uniformizar a educação e sim fazer um esqueleto ao qual podemos adaptar segundo cada realidade.

Para Mendes (1987), em termos pedagógicos e filosóficos, o conteúdo significa a substância do objeto significante pelo sujeito; e o método, neste caso, significa o conteúdo estruturado e coerente. Aliás, tento definir esse problema com sugestões aproximativas, por exemplo: o conteúdo é o concreto atravessado pela abstração que o elucida, elaborado pela consciência intencional e histórica; ou o conteúdo é a totalidade concreta de dados na Natureza, os quais o homem estrutura na História e na Cultura através do sujeito e do objeto, as coisas apropriadas pelo valor e pela linguagem (o signo – significado/significante) e os símbolos.

2.1. O que avançou nas políticas educacionais no governo FHC

No governo de Fernando Henrique Cardoso, houve a tramitação da nova legislação da LDB (lei n. 9.394/96), e isso ocorreu no ano de 1996. Financiamentos nacionais que implementou o FUNDEF, discussão dos parâmetros curriculares que foi deliberada em abril de 1998. Nesta época também ocorreu a aprimoração da avaliação nacional, Financiamento da educação: implantação do FUNDEF e o financiamento de estados e municípios em função do número de alunos matriculados no ensino fundamental considerou a educação infantil de 0 a 6 anos como a primeira etapa da educação básica. Formação de professores o que determinou 60% vinculados pelo FUNDEF fosse para pagamento dos professores.

> Formação inicial e continuada de professores: estabelecimento do nível superior como formação mínima para a docência na educação básica, realizado em cursos de licenciatura ou de graduação. Aliado a isto, houve a determinação do FUNDEF de que 60% dos recursos vinculados ao fundo fossem utilizados no pagamento dos salários dos professores em efetivo exercício, permitindo que parte desses recursos pudesse ser utilizada na formação de professores (CRESO FRANCO, FÁTIMA ALVES & ALICIA BONAMINO, 2007, p. 998).

Nesta nova etapa da educação também teve um olhar para fluxo escolar observando o elevado índice de reprovação, para os autores Franco, Fátima e Alicia, a análise global do conjunto de medidas de política educacional para a educação básica, no governo FHC, demandaria tratamento muito mais extenso, mas, aqui, limitamo-nos a considerar os pontos anteriores, em função do já mencionado critério de concentrarmo-nos em aspectos da política educacional que demarcam as inter-relações entre as diferentes gerações de política. Em seu sentido mais geral, a política neste período foi caracterizada por três aspectos:

a) Revalorização da racionalidade técnica, desta vez concentrada no financiamento, atividade-meio com a qual se almejava equacionar os problemas de acesso e de qualidade do sistema educacional.

b) Ênfase no ensino fundamental.

c) Valorização da política educacional baseada em evidências, o que se expressou por meio da ênfase em avaliação, o que não deixa de ser uma forma

de acionar mecanismos de racionalidade técnica em outros domínios da política educacional.

2.2. O Que Avançou nas políticas educacionais no governo Lula

Luiz Inácio Lula da Silva teve oito anos de mandato como presidente do Brasil iniciando em 01/01/2003 se reelegendo para o segundo mandato em 2006. Recebeu o governo com um bilhão a menos para investir em educação, restrição estabelecida pelo fundo monetário, teve como Ministro da Educação Fernando Haddad.

O então presidente com três frentes de trabalhos no fórum mundial, um para estudar e alçar condições de infraestrutura, outro para levantar as necessidades no momento crítico vivido pelo país a ocupação e criação de vagas para cursos e universidade, a erradicação do analfabetismo e o Fome Zero, e um terceiro grupo para apresentar proposta que reformularia as universidades. Durante a campanha o presidente anunciou que iria resolver o problema da educação de crianças jovens e adultos que estavam fora da escola. Para efetivar essa política, o governo Lula enviou ao Congresso Nacional a Proposta da emenda à Constituição (PEC) Nº 415/05, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

O FUNDEB é fundo que ficou e lugar do FUNDEF que foi criado pelo ex-presidente FHC, o FUNDEB é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito do estado, formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, vinculados à educação por força do disposto no Art. 212 da Constituição Federal. Para o então ex-ministro da educação [17]Haddad, uma boa maneira de julgar a atuação de um governante numa área específica é avaliar as mudanças constitucionais avalizadas por sua base de sustentação, sem a qual é impossível aprovar uma emenda constitucional, com ou sem o apoio da oposição. O governo Lula aprovou, com o apoio da oposição, duas emendas constitucionais

[17] Fernando Haddad. Ministro da Educação do Brasil (2009) http://www.contee.org.br/noticias/artigos/art408.asp.

(nº 53 e nº 59) que alteraram significativamente oito dispositivos da maior relevância para a educação.

1) Obrigatoriedade do ensino dos quatro aos 17 anos. Nesse particular, nossa Constituição está entre as mais avançadas do mundo. Em editorial, esta *Folha* defendeu a seguinte tese: "Falta uma medida ousada, como estender a obrigatoriedade para todo o ensino básico, até a terceira série do nível médio". Cinco meses depois, a emenda constitucional promulgada vai além, ao garantir a universalização da pré-escola, sem o que a obrigatoriedade do ensino médio se tornaria pouco factível.

2) Fim da DRU da educação. A Desvinculação de Receitas da União retirava do orçamento do MEC, desde 1995, cerca de R$ 10 bilhões ao ano. Depois da tentativa frustrada de enterrá-la por ocasião da prorrogação da CPMF, em 2007, o Congresso finalmente pôs fim à DRU, valendo-se dos últimos três orçamentos de responsabilidade do governo Lula.

3) Investimento público em educação como proporção do PIB. O atual Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010) previra a "elevação, na década, por meio de esforço conjunto da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, do percentual de gastos públicos em relação ao PIB, aplicados em educação, para atingir o mínimo de 7%". O dispositivo foi vetado, em 2001, com o seguinte argumento: "Estabelecer, nos termos propostos, uma vinculação entre despesas públicas e PIB, a vigorar durante exercícios subsequentes, contraria o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal". A saída para o próximo PNE foi aprovar norma de hierarquia superior. Com a emenda constitucional nº 59, torna-se obrigatório o "estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do PIB".

4) Piso salarial nacional do magistério. O Pacto pela Educação, firmado em 1994 no Palácio do Planalto, previa a fixação de um piso salarial para todos os professores do país. Renegado, o compromisso, enfim, tornou-se realidade. Em 1º de janeiro de 2010, o piso deverá ser totalmente integralizado e observado por todos os Estados e municípios.

5) Fundeb. O Fundo da Educação Básica, que substituiu o Fundef, multiplicou

por dez a complementação da União que visa equalizar o investimento por aluno no país, além de incluir as matrículas da educação infantil, do ensino médio e da educação de jovens e adultos, desconsideradas pelo fundo anterior, restrito ao ensino fundamental regular.

6) Repartição e abrangência do salário-educação. Os recursos do salário-educação, mais do que duplicados, antes destinados apenas ao ensino fundamental, podem, agora, financiar toda a educação básica, da creche ao ensino médio, e sua partição passou a ser feita entre Estados e municípios pela matrícula, diretamente aos entes federados.

7) Ensino fundamental de nove anos. As crianças das camadas pobres iniciam agora o ciclo de alfabetização na mesma idade que os filhos da classe média, aos seis nos, garantindo-se o direito de aprender a ler e escrever a todos.

8) Extensão dos programas complementares de livro didático, alimentação, transporte e saúde escolar, antes restritos ao ensino fundamental, para toda a educação básica, da creche ao ensino médio. Pode soar inacreditável, mas, até 2005, os alunos do ensino médio público não faziam jus a nada disso.

No governo Lula, foram capacitados setenta e cinco mil docentes, através de formação continuada, houve oferta de 17 mil vagas em universidades a distância para suprir a necessidade de docentes, o Prouni também foi de grande importância para a classe pobre, pois muitos adquiriam o direito de entrar em uma universidade particular com notas do ENEM.

2.3. O que avançou nas políticas educacionais no governo Dilma

A então presidente deposta recentemente Dilma Vana Rousseff, foi Ministra de Minas e Energia e Casa Civil do Ex-presidente Lula, e posteriormente o qual foi eleita presidente do Brasil no ano de 2011 a 2014 e sendo reeleita em 2015 sendo pedido seu Impeachment em 2016. Com economia em queda, o desemprego que começou a subir, o tripé formado por FHC e Lula, foi substituído por intervenções mais acentuadas, desoneração de tachas de juros para empresas, as principais a ser contempladas foram às automotivas e créditos subsidiando as empresas e não demorou para que os

efeitos colaterais dessa ajuda viesse afetar as contas públicas, levando o Brasil a uma catástrofe financeira, o qual é sentida até os dias atuais, a nossa economia vem oscilando, e recursos fundamentais foram sendo cortados, e um dos principais que são da educação e saúde são o que mais os brasileiros sentiram na pele sobre esses cortes.

O Brasil foi o país que menos cresceu em economia na América Latina, sendo que 2010 o nosso PIB chega a 7,5% alcançando o maior índice depois da ditadura militar. Em sua campanha a Presidenta prometeu seis mil creches e pré-escolas para aumentar as vagas da educação infantil, mas conseguiu fazer só 7% dessa promessa, construção de dez mil quadras poliesportiva em escolas públicas, mas 5,3% dessas quadras foram construídas, em 2007 eram investidas 5,1% segundo o MEC e instalação de banda larga das escolas pública, mas essa promessa está longe de ser cumprida, pois a escolas não possuem computadores, as que possuem na maioria são muitos velhos, sem manutenção, e falta de mão de obra adequada para esta área de conhecimento.

A erradicação do analfabetismo está entre 8,5% para o IBGE o que se esperava é uma tacha de 100% o que se percebeu que a então presidente focou na educação superior e escolas técnicas, pois houve um elevado número de acesso ao Fies, Prouni, Pronatec, uma educação profissional, mas o analfabetismo continuou.

Sabemos que alguns projetos da então Ex-presidente Dilma não foram concluídos pela corrupção que se estabeleceu na política brasileira levando o Brasil a caos sem precedentes, o qual estamos sentido os efeitos colaterais, por inúmeros investigações e políticos que perderam seus mandatos por desvios de verbas públicas, o que se percebe é que de todos os mandatos o mais crítico foi o então Ex-presidente, entretanto está sendo continuado pelo seu vice Michel Temer.

O atual Presidente Michel Temer fez vários cortes na Educação, mas ainda é cedo para falar alguma coisa sobre a sua atuação com o nosso país, pois nessa maré de investigação e todos os partidos envolvidos, creiamos que não

será nada fácil a restabelecimento de verbas para qualquer área afins que tenha necessidade de investimento nesse momento.

A Avaliação deve ser um processo dialógico com reflexão no ensino, onde a mesma deve ser flexibilizada buscando contribuir com a aprendizagem e conhecimento dos seus discentes, pois a sala de aula deve ser reflexiva e organizada de modo que os objetivos referentes a aprendizagem sejam alcançados. Pois, com essa visão será percebido que provas e exames serão mera formalização, a aprendizagem ocorreu de forma planejada, pois neste ambiente ocorreu a ensinagem suscitando a cooperação entre professores e alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo trouxe conhecimentos a respeito da avaliação e sua evolução nesses últimos anos. O objetivo do estudo foi compreender a respeito dos avanços ocorridos no sistema de avaliação de acordo com as políticas educacionais em nosso país.

Ao refletir sobre as concepções avaliativas, foi importante compreender o processo instituído no sistema educacional de ensino, percorrendo os caminhos e trajetos nos quais houve rupturas e lacunas em relação a avaliação nos governos nessas últimas décadas. Compreendeu neste estudo, que o processo de avaliação deve ser reflexivo averiguando os objetivos propostos, diagnosticando os estágios da aprendizagem, caminhando de lado a lado com a ensinagem.

Observando todo o percurso, percebeu também que sistema avaliativo é uma ferramenta que deverá ser mais bem trabalhada, objetivando o trabalho do professor em relação ao seu aluno, com característica e interventiva, proporcionando ao aluno uma diferenciação relacionada a cada indivíduo. Nesta perspectiva, as políticas de avaliação educacional, considerando o contexto apresentado, também contribuem atualmente para traçar parâmetros que terminam por direcionar as próprias políticas educacionais; contribuindo

também para criar espaços de conformação das instituições educacionais e dos sujeitos que nelas atuam, a processos de conformação aos seus direcionamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRESO Franco, Fátima Alves & Alicia Bonamino. **Qualidade do Ensino Fundamental: Políticas, Suas Possibilidades, Seus Limites.** Disponível em http://www.cedes.unicamp.br

HADDAD, Fernando Ministro da Educação do Brasil/(2009)/http://www.contee.org.br/noticias/artigos/art408.asp.

MENDES, Durmeval Trigueiro**. Anotações sobre o pensamento educacional no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 68, n. 160, p. 493-506. Ano 1987 Disponível em: <http://www.durmevaltrigueiro.pro.br >. Acessado em 25/01/2014.

Revista Eletrônica: ano XX Boletim 18 – Novembro 2010. ISSN 1982 – 0283 cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/.../15495318-Avaliacao.pdf.

A HISTORIOGRAFIA DA MOEDA

Sonia Macária da Silva[18]

Rosemary Cristina da Silva Santos[19]
Mônica Stuy[20]
Fábio Aparecido Ramos[21]

RESUMO

A importância desta pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa, consiste em apresentar a Historiografia da moeda na contextura educativa do ambiente escolar, uma proposta desenvolvida conjuntamente com os educandos do oitavo ano do Ensino Fundamental, em que tratou de trabalhar a historicidade alicerçada através de fontes históricas, pesquisas virtuais, entrevistas e debates formulando em várias aulas sobre o tema. Como resultado do estudo espera que os educandos adquiram conhecimentos científicos sobre o assunto, assim como para o currículo escolar.

Palavras-chave: História. Conhecimento. Pesquisa. Ensino. Aprendizagem.

ABSTRACT

The importance of this bibliographic, descriptive and qualitative research, consists of presenting the Historiography of the coin in the educational context of the school environment, a proposal developed jointly with the students of the eighth grade of elementary school, in which it tried to work on historicity based on historical sources , virtual surveys, interviews and debates formulating various classes and debates on the topic. As a result of the study, students are expected to acquire scientific knowledge on the subject, as well as for the school curriculum.

Keywords: History. Knowledge. Search. Teaching. Learning

---

[18] Graduação: Pedagogia - Associação Várzea-Grandense de Ensino e Cultura- Faculdades Integradas de Várzea Grande- FIAVEC.

[19] Graduação: Licenciatura em Letras - Centro Universitário de Várzea Grande – Graduação em Pedagogia - (UNIVAG) – Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia - Pós-graduação**:** Educação em Educação Infantil e Letramento pela Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia Educação em Educação Infantil e Letramento.

[20]Graduação: Licenciatura em Letras, Habilitação em Português / Espanhol pelo Centro Universitário de Várzea Grande –(UNIVAG) – e Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto de Educação "Bom Jesus" de Cuiabá – Faculdade Afirmativo. Pós-graduação em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Espanhola pela Universidade Candido Mendes.

[21]Graduação: em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso –Pós-graduação: Educação Infantil com foco na Educação Especial pela Faculdade Poliensino – EP.

1. INTRODUÇÃO

A relevância do nosso tema se fundamenta no óbvio, a moeda foi continua sendo indispensável para a sobrevivência de todos os povos, desde antiguidade até os nossos dias. Precisamos dela para quase tudo, com exceção do ar que respiramos e dos nossos sentimentos tudo é pago. Todas as nações, povos instituíram meios de viver em coletividade, organizaram seus sistemas financeiros, seus sistemas políticos e instituíram maneiras de se extrair do seu meio ambiente seus produtos alimentícios e outros mais como: alumínio, ferro. Estanho cobre e pedras preciosas e semipreciosas, pactuaram formas de se ajudarem vendendo as riquezas que produzem e como pagamento utilizam suas moedas e papeis moedas.

Todavia como sabemos isso nem sempre foi dessa maneira. Isso porque conforme a passagem do tempo a moeda passou por várias e várias transformações. Há muito tempo, as comercializações eram feitas por meio do escambo, ou seja, pela troca de mercadoria, em um linguajar mais coloquial através do "rolo" desse modo, com a decadência do sistema Feudalista no século XIV e o nascimento do sistema Mercantilista, o dinheiro passou a fazer parte da vida, e nas sociedades contemporâneas é impossível viver sem a moeda houve em um grande acúmulo de riquezas.

Dessa forma debater o tema: a Historiografia da moeda tem como objetivo sobrelevar uma interrogação no mínimo estimulante: o homem não obstante sejam os únicos seres pensantes, racionais, porém desenvolveram meios de sobreviverem tão iguais e ao mesmo tempo diferentes e cercados de conflitos? Em nossa análise estudaremos algumas probabilidades de respostas, podemos analisar também nas formas de relacionamento do ser humano com a moeda. Por que os valores das moedas das diferentes nações não são iguais? Por que a moeda americana vale mais que a moeda brasileira? Como uma solução aparentemente tão simples como comprar e pagar virou um sistema tão complexos que causa diversas guerras?

Em nossa Nação, a moeda teve seu surgimento no Brasil Colônia, ela foi trazida pelos portugueses na época eram os nossos donos, igualmente, as moedas de prata, ouro, bronze eram somadas o seu valor em réis. Com o passar dos tempos à moeda brasileira passou por várias transformações e começou pelo Cruzado, São Vicente, Tostão, Vintém, Cruzeiro, e por aí vai, assim em 1994 passou a ser Real, a nossa atualíssima moeda pátria. Na atualidade cada país tem o seu tipo de moeda/ e papel moeda.

Aqui é o real, Na Europa o euro, na Espanha o peso, nos Estados Unidos o dólar, e por aí vai. Além dessas duas formas de pagamento ainda há o cheque e o cartão de crédito, e mais recentemente a moeda 100% virtual o Bitcoin, que visam praticidade e facilidade para todos, já parou para pensar se o escambo de mercadoria ainda estivesse vigente? O que seria das nações na era globalizada?

Nesta proposta com o tema: A Historiografia da moeda na contextura educativa do ambiente escolar, a proposta será desenvolvida conjuntamente com os educandos do oitavo ano e temos a pretensão de por meio de pesquisas em arcabouços históricos, pesquisas virtuais, entrevistas e debates formular várias aulas coerentes, que traz em seu cerne o debate sobre essa proposição de imprescindível significância para os educandos, bem como para o currículo escolar, todos os conteúdos desenvolvidos no ambiente escolar e extraescolar por meio de visitas a museus e instituições públicas/ financeiras, também daremos importância às vivencias pessoais dos alunos para que eles tenham especial interesse, sabendo que são valorizados como coautores nesse projeto de pesquisa.

1.1. JUSTIFICATIVA

Na atual fase que vivemos o uso da moeda é experienciado desde cedo pelos educandos. Incentivados, sobretudo pelos diversos tipos de mídia, ao dispêndio de gêneros alimentícios prontos e a consumo de bens materiais instigam nos educandos um interesse permanente de contato com a moeda no seu convívio diário. Analisando essa realidade, nos perguntamos: será que os alunos sabem que o valor da moeda vai muito além do pecuniário? Ela conhece o seu valor histórico? O quanto aqueles que vieram antes de nós trabalharam para construir esse sistema.

A justificativa da proposta pauta-se no objetivo de pesquisar como a humanidade construiu historicamente seu sistema financeiro sabemos que a moeda não foi criada instantaneamente de um salto, e sim gradativamente, confundindo com a história da própria humanidade. A criação da moeda reflete a evolução do homo sapiens em diferentes momentos de sua jornada cada nação foi se amoldando a sua existencial realidade.

Nossa ênfase principal será na evolução histórica de como se deu a criação da moeda, primeiro em nível de mundo e depois em nível de Brasil. Essa historiografia da moeda será a oportunidade que vai constituir o desencadear da aprendizagem. Fundamentado na importância de se conhecer a historiografia da moeda e com isso o sistema monetário humano, queremos que os educandos tomem posse de alguns conceitos da história. A moeda está inserida no nosso cotidiano, mas longe do ambiente escolar no que diz respeito à matéria de história queremos fazer um resgate histórico desse tema.

Para tal, será enfocado o valor didático pedagógico e educacional da historiografia da moeda. Considerando os conflitos inseparáveis dessa preposição. Este projeto tem a missão de contribuir para a disseminação e reflexão da importância e bom uso da moeda por meio da disciplina de História, uma vez que são relevantes os trabalhos produzidos por essa matéria que é uma parte importante do currículo do educando, cuja missão é formar

cidadão críticos e bem formados que saibam posicionar diante dos conflitos da vida.

> [...] Há dois tipos de ideias: ideia inerte e ideias com poder gravitacionais. As ideias inertes, como o próprio nome está dizendo, são destituídas de poder, estão onde está e isso é tudo. As ideias com poder gravitacional são aquelas que têm o poder de chamar outras, elas nunca estão sozinhas elas produzem uma explosão na cabeça do educando. É isso que queremos nesse projeto de pesquisa gerar muitas ideias gravitacionais que por sua vez desencadeie o aprendizado (ALVES. 2008, p. 118).

Referendamos ainda a importância nosso projeto de pesquisa para isso fazemos constar o grande educador brasileiro Rubem Alves em um de seus livros cujo título é: "Ostra feliz não faz pérolas" nos mostra que lecionar é instigar o pensamento no educando com o fim de gerar o aprendizado. Trás essa verdade:

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Subscrevemos o autor Gadotti (2001, p. 71) quando nos orientam que a questionamentos de acontecimentos procedentes do viver diário viabiliza a praxe do ensino oportunizando aos educandos a experienciar á resolução de questões relevantes para eles. Dessa forma, cremos que por se identificarem com o esse tema que faz parte de seus viveres diários se sentirão a confortável e se motivarão a deslindar a propositura**.**

Os Parâmetros curriculares nacionais de história, do terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental do MEC/1988. Traz em seu bojo os objetivos fundamentais do ensino em história:

> [...] Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito; conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais.

Compreender a historiografia da moeda faz parte da formação do aluno para ser um cidadão cosmopolita. Segundo Manoel de Sacadura Rocha (2008 p.05), a vida em sociedade depende de uma estrutura lógico/formal que cumpra de forma especializada o ordenamento do Estado.

> [...] São estratégias necessárias para a sobrevivência material da coletividade. Nesse contexto está inserida a invenção humana da moeda. Ela contribuiu para a afirmação e individualização das identidades dos povos (ROCHA 2008, p. 105).

O complexo financeiro, até alavancar ao status da atualidade, percorreu várias etapas. Podemos englobar nesse sistema, na atualidade, o dinheiro, este é composto: pela moeda e papel moeda, cartões de crédito, tesouros, cheques, e o recentíssimo Biticoin. Todavia, antigamente não era dessa forma, porquanto as carências do homem não necessitavam de todos esses meios de aquisições/ vendagens, pois naquele período em que a humanidade vivia em grupos restritos, "retirando das florestas as provisões de que careciam, as informações eram escassas, demoravam em chegar aos diversos grupos que compunham as sociedades (BLAINEY, 2008, p. 95).

> [...], entretanto, com o decorrer do tempo, e com a criação do artesanato, cultura e agricultura, as comercializações, tornou-se necessárias a partir das carências que surgiram dos indivíduos. O escambo é a denominação usada para nominar as trocas comerciais feitas de modo que os produtos satisfizessem uma carência iminente, o foco eram sempre os produtos essenciais para a sobrevivência da comunidade, citamos a título de exemplo: sementes de cereais como: arroz e milho, ferramentas, utensílios, animais de carga (BLAINEY, 1997, p. 95).

Blainey nos ensina que apesar não possuírem nenhum valor estabelecido, eram trocados produtos por produtos.

> [...] Os escambos eram feitos com muita dificuldade, por, não haver um volume certo de produtos a ser trocado, exigindo assim: serem negociados e discutido entre os indivíduos, e dessa forma, chegar uma quantidade satisfatória para ambas às partes. Diante de tal fato, a carência de se inventar um arquétipo uno para as comercializações, era inevitável (BLAINEY, 1997, p. 97).

O autor mostra esta urgência de um sistema regular. Ele expõe como exemplo a Grécia antiga, que teve como unidade exordial de troca os bovinos:

> [...] Pensando nisso foram criando a algumas unidades ou padrões constantes, que foram permitindo a estipulação de valoração dos produtos e também trouxe solução outras questões jurídicas relevantes (BLAINEY, 1997, p. 98).

Depreende-se da exposição feita por Blainey (1997, p .97), que cada povo fez opção por algum elemento comercial que melhor os favorecessem. Por conseguinte, foram na Nação Chinesa que inauguralmente apareceram protótipos do que atualmente denominamos moeda. Os Chineses qualitavam os produtos do ponto de vista do indispensável para sobrevivência e ascensão. Entretanto, apesar do progresso em se criar um sistema permanente, os escambos ainda eram tidos como injustos por parte da dos comerciantes que se sentiam prejudicados, por não considerarem o preço justo.

> [...] A moeda de escambo, surgiu quando os povos dominaram as técnicas de fundições, variando assim o tamanho das peças fundidas, surgiram então às pequenas peças, que podiam ser carregadas em pequenos saquitéis, essas peças foram batizadas como lingotes, de um peso igual e registrado com a marca oficial de uma autoridade pública, a única autorizada a certificar o peso e o quilate, usamos essas medidas para o ouro, a preta e as pedras preciosas e semipreciosas até hoje. Essa "tecnologia" foi rapidamente assimilada por todas as nações. Depreendemos então que a moeda foi criada da carência do ser humano, em ter um sistema econômico confiável". (BLAINEY, 1997 p. 97),

A instituição escolar tem como missão propiciar sempre uma evolução no conhecimento dos seus educandos. SCHMIDT (2001, p. 91 e 92) subscreve:

> [...] A educação na matéria de história simboliza uma forma global instituição da instrução, em que seu objeto primordial é a sapiência teórica e seu propósito é a formação do cognitivo teórico da pessoa humana na dinâmica de assenhorar-se do pensamento. Dessa forma, o catedrático, ao metodizar as práticas que tem por escopo o instruir, dá um novo significado ao ato de educar, e é esse encadeamento que identifica a dinâmica como elemento de educação entre mestre e aluno.

Pautamos no que nos orienta Vygotsky (2008, p. 47). Nenhuma pessoa concebe-se isoladamente, é preciso o convívio de pessoas para haver troca de saberes, troca de conhecimento, a desenvoltura cognitiva dos discentes se fundamenta nesse convívio.

Nessa lida árdua de selecionar autores para compor o referencial teórico do nosso projeto de pesquisa quero fazer constar o grande educador brasileiro Rubem Alves em um de seus livros cujo título é: "Ostras felizes não

fazem pérolas" nos mostra que o pensar e instigar o pensamento no educando com o fim de gerar o aprendizado trás essa verdade:

> [...] há dois tipos de ideias: ideia inertes e ideias com poder gravitacionais. As ideias inertes, como o próprio nome está dizendo, são destituídas de poder, estão onde está e isso é tudo. As ideias com poder gravitacional são aquelas que têm o poder de chamar outras, elas nunca estão sozinhas elas produzem uma explosão na cabeça do educando ((ALVES, 2008, p. 118).

É isso que queremos nesse projeto de pesquisa gerar muitas ideias gravitacionais que por sua vez desencadeie o aprendizado. Alves (2008, p. 135), a cabeça do educando é um arquivo de mapas.

> [...] Tenho estado a pensar que o aprendizado é extremamente minucioso os professores são desenhadores de mapas a nossa cabeça é um arquivo de mapas, para ir para o quarto para a sala da sua casa, ele consulta o mapa da sua casa que ele desenhou na sua cabeça. Dessa forma ocorre com o conteúdo aprendido, o cérebro guarda para sempre e quando a pessoa precisa desse conhecimento em qualquer fase da sua vida ele vai e consulta aquele mapa que construiu juntamente com seu professor". (ALVES, 2008, p. 135).

O projeto a historiografia da moeda tem esse propósito, de construir junto com os educandos um aprendizado para vida toda com significado, HISTÓRIA e emoções.

2.2. Série trabalhada

Este projeto será desenvolvido com alunos da Educação Básica do oitavo ano do ensino fundamental e traz como desafios para turma refletir sobre A *HISTORIOGRAFIA DA MOEDA* colaborando na construção de uma proposta que pode ser aplicada e vivenciada por outros professores, acerca da experiência adquirida, que sirva também para pensar em atitudes concretas no processo educacional em relação a este tema basilar do cotidiano dos educandos.

2.3 Objetivos

- ✓ Fazer uma apresentação teórica da história do homem e sua fundamental relação com a moeda, com a possibilidade de sua identificação e entendimento de um tema tão ligado a sua vivencia popular, promovendo reflexões sobre o surgimento e evolução da moeda;
- ✓ Construir juntamente com os educandos por meio de debates uma reflexão acerca dos trabalhos que nossos antepassados tiveram para criar esse artefato imensamente importante em toda a história da humanidade até nos nossos dias.
- ✓ Demonstrar que cada povo cunhou em suas moedas a identidade da sua cultura como construção da pessoa humana em distintas épocas, e distintos espaços interligando-as com o enredo local, construir redações, desenhos e cartazes sobre a temática. Expor os trabalhos desenvolvidos para a comunidade escolar colaborando na edificação de uma propositura que pode ser usada em outras disciplinas, que fazem parte do processo de ensinar.

2.4 Problematização

Trazemos com o tema a Historiografia da moeda as seguintes indagações que consiste na nossa problematização: o homem não obstante sejam os únicos seres pensantes, racionais, porém desenvolveram meios de sobreviverem tão iguais e ao mesmo tempo diferentes e cercados de conflitos? Em nossa análise estudaremos algumas probabilidades de respostas, podemos analisar também nas formas de relacionamento do ser humano com a moeda. Por que os valores das moedas das diferentes nações não são iguais? Por que a moeda americana vale mais que a moeda brasileira? Como uma solução aparentemente tão simples como comprar e pagar virou um sistema tão complexos que causa diversas guerras?

A criação desse instrumento denominado moeda tornou-se possível enumerar, orçar, saldar, endividar e economizar, foi a grande responsável, por representar o índice de segurança nas ordenações da sociedade. Todavia essa

tecnologia soluciona algumas questões de ordem social, em contrapartida criou outras questões igualmente difíceis ou pior de se resolver. Gerando assim suas próprias incongruências.

Estabeleceu uma atmosfera social uniforme e lógica: o mercado, entretanto criou também dentro dessa atmosfera discrepâncias, ou seja, um sistema financeiro desigual e excludente. Estipula os bens, a posse, de maneira indesviável, da pobreza. Transformou-se em insígnia de poderio.

Determina os limítrofes dos espaços pecuniários, assim descerrar os mercadores mundiais, refutada pelos regimes comunistas, idolatrada pelos regimes capitalistas a moeda é está presente em nossa realidade rotineiramente, é atribuída a ela imprescindível progresso dos países.

2.5 Processos de desenvolvimento

Este projeto com o tema: A HISTORIOGRAFIA DA MOEDA será desenvolvido com os educandos do oitavo ano nas aulas de História, aprofundar o conhecimento sobre essa temática. Durante o desenvolvimento deste projeto, com o apoio de diversos autores, que escreveram a respeito do assunto. Nosso enfoque nesse projeto de pesquisa com os educandos do oitavo ano do Ensino Fundamental será por meio de ministrações expositivas e dialogada, com o escopo de formar um panorama histórico, uma linha lógica, onde todas as peças se encaixam para formar um excelente aprendizado.

Daremos seguimento à pesquisa, arvorando informações encontradas, nos livros, revistas, sites, filmes, visita a museus e depoimentos de moradores da região onde os educandos residem sobre o tema em proposto com perguntas sobre a moeda brasileira, apresentações no final do projeto com o arcabouço das produções feita pelos educandos sobre o tema da pesquisa.

Esta propositura será trabalhada por meio de aulas com os conteúdos distribuídos da seguinte maneira:

- ✓ Ministração um: conversa livre, compartilhamento de noções e ponto de vistas sobre o tema;
- ✓ Ministração dois: Direcionamentos para workshop e separar os educandos em grupo para proceder a suas pesquisas;
- ✓ Ministração três: assistir ao filme A origem do dinheiro, e apresentação das pesquisas desenvolvidas pelos educandos.
- ✓ Ministração quatro: elaborar um questionário em conjunto com os educandos, para serem aplicados na região onde eles residem;
- ✓ Ministração cinco: as amostras produzidas pelos educandos no workshop serão expostas para a comunidade escolar/extraescolar
- ✓ Ministração seis: em sala de aula os alunos farão uma produção textual baseado no que aprenderam nas aulas anteriores e terão também o apoio de revistas e jornais.
- ✓ Ministração sete: passeio a dois museus. Os museus são instituições que estão a serviço da sociedade e abertas a disposição de todas as pessoas. Ir a esse lugar é uma atividade além de educacional, instrutiva é eclética porque pessoas de todas as idades podem participar. Nessas casas estão preservados o progresso do ser humano ao longo dos séculos suas idiossincrasias, estudos e amostras. Os museus têm como propósito a educação, a pesquisa e o laser. A visita vai solidificar tudo aquilo que estudamos no decorrer das seis aulas anteriores é o fechamento do nosso projeto de pesquisa.

2. TEMPO PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO

CRONOGRAMA DO PROJETO DE ENSINO DE A HISTORIOGRAFIA DA MOEDA	
Tema:	**A HISTORIOGRAFIA DA MOEDA**
Turma:	**Oitavo ano do Ensino Fundamental**
09/05/2019	Ponderação acerca do assunto escolhido e prosseguimento para investigação
23/05/2019	Separa os educandos em grupo falar acerca das sondagens feitas por meio da investigação e fazer orientações para apresentação do workshop dando ênfase ao tema da pesquisa
26/05/2019	Exposição dos trabalhos dos educandos.
30/05/2019	Entrevista com os moradores da região sobre o tema para produção de textual onde cada grupo irá construir a seu entendimento a respeito de tudo que ouviu.
31/052019	Exposição da produção textual para a comunidade escolar/extraescolar.
01/06/2019	Descobrindo a história da moeda. Elaborar cartazes, imagens e desenho sobre esse artefato: Civilizações e cultura cunhada na moeda, Paradoxos desse artefato.
03/06/2019	Visita aos museus: museu da instrução e museu de pedras.

3.1 RECURSOS NECESSÁRIOS

Ao desenvolvermos essas aulas necessitaremos de um arsenal de materiais que irão nos dar o suporte que precisamos: a instituição escolar, caderneta para anotações, aparelho de DVD, lápis de cor, tesoura, papel pardo, papel cartão, folha com pauta, cola, tinta de várias cores, ônibus para visita ao museu.

4. AVALIAÇÃO

Para fazer a avaliação dos educandos, ainda na fase inicial do projeto, definimos qual o resultado que desejávamos alcançar de cada educando, bem sabemos que o avaliar é ininterrupto, coerente, lógico, racional e interligado. Dessa forma temos bastante clareza do que queremos que os educandos saibam ao final.

Quaremos que os discentes tenham nesse estudo um encadeamento de aprendizagem, cumprindo nosso papel em acompanhá-los com eficiência eficácia e efetividade, ou seja, fazer com esmero todas as etapas do projeto, otimizando todos os recursos alocados e por último que cada educando saia dessas sete aulas levando efetivamente para o resto de suas vidas o que foi aprendido.

Essa avaliação será feita observando o envolvimento de cada educando no projeto em cada fase, também analisando as produções dos grupos, nas leituras, na elaboração e aplicação dos questionários, no desempenho da produção textual e artística de cada grupo.

Dessa forma, avaliaremos se os educandos souberam resinificar o tema a historiografia da moeda, colocando na sua autobiografia o que significou para eles enquanto pessoa humana a criação da moeda, como ela interfere na sua rotina e como podemos usá-la de maneira ética e consciente.

REFERÊNCIAS

BLAINEY, Geoffrei. **Uma breve história do mundo.** São Paulo; Fundamento 2008. BLAINEY, Geoffrei. **Uma breve história do século XX.** São Paulo; Fundamento 2008. DAYTON, Howard. **O seu dinheiro.** São Paulo; Bless editora 1996.

COLL, C., et al. **Os conteúdos na reforma: ensino e aprendizagem de conhecimentos, procedimentos e atitudes**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 2000

ROCHA, Manoel de Sacadura, **Antropologia jurídica para uma filosofia antropológica.** Rio De Janeiro; Elsevier 2008.

Parâmetros curriculares nacionais: história /Secretaria de Educação Fundamental. . Brasília: MEC /SEF, 1998. .

SCHMIDT. M. A. **A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula.** In: BITTENCOURT, C. (Org.). **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2001. **(Repensando o ensino)**

RUBEM, Alves. **Ostra feliz não faz pérola.** São Paulo Planeta do Brasil 2008.

VYGOTSKY, Lev. Smenovich. **A Formação Social da Mente**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS QUE A INDISCIPLINA PODE TRAZER

Luiz Zeferino Neves[22]

RESUMO

Este trabalho é fruto de uma revisão bibliográfica, descritiva e qualitativa, tem por objetivo discorre acerca das causas e consequências que a indisciplina pode apresentar em relação ao ensino e aprendizagem. Em que busca esclarecer as concepções que se têm sobre a disciplina escolar, visto que ela deve ser considerada como algo mais do que manter os alunos interessados em desenvolver atividades em sala de aula sem perturbações. A indisciplina escolar é um problema comum a todos os professores, pois está relacionada à aprendizagem dos alunos. Os resultados da pesquisa mostram, por um lado, a complexidade do problema em termos de manejo e controle da disciplina em sala de aula; e sua influência no baixo aprendizado das diferentes áreas. E por outro lado que, através de um bom trabalho de prática de bons comportamentos e foco na aprendizagem, com todos os sujeitos imersos na investigação, bons resultados são alcançados.

Palavras-chave: Disciplina, Disciplina Escolar, Causas. Consequências.

ABSTRACT

This work is the result of a bibliographic, descriptive and qualitative review, aims to discuss the causes and consequences that indiscipline can present in relation to teaching and learning. In which it seeks to clarify the conceptions about school discipline, since it should be considered as something more than keeping students interested in developing activities in the classroom without disturbances. School indiscipline is a problem common to all teachers, as it is related to student learning. The research results show, on the one hand, the complexity of the problem in terms of handling and controlling the discipline in the classroom; and its influence on low learning in different areas. On the other hand, through good work of practicing good behaviors and a focus on learning, with all subjects immersed in the investigation, good results are achieved.

Keywords: Discipline, School Discipline, Causes. Consequences.

[22] Graduação: Licenciatura Plena Em Letras/UNEMAT. Pós-graduação: Planejamento Educacional/ UNIVERSO. UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA. RIO DE JANEIRO-RJ. Mestrado: Ciências da Educação/ UNIVERSIDADE INTERNACIONAL TRÊS FRONTEIRAS – UNINTER Paraguai PY.

1. INTRODUÇÃO

Os atos de indisciplina são considerados todas as ações, palavras, atitudes, gestos e reações que infringem as normas disciplinadas em uma escola. Não há dúvida de que os atos positivos de indisciplina, especialmente quando são intencionais e frequentes, são prejudiciais à moral de uma escola e se opõem diretamente aos fins educativos que constituem a própria razão de ser desses estabelecimentos. Eles devem, portanto, ser combatidos e eliminados. Mas, esses atos de indisciplina são quase sempre consequências inevitáveis de condições e fatores desfavoráveis que estão agindo sobre o comportamento dos alunos, ameaçando desintegrar sua personalidade e atrapalhar a vida escolar.

A disciplina na instituição de ensino é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem. Isso é expresso por um sistema normativo em que o aluno é regido por normas e regras em relação ao professor e aos colegas. Leis determinadas por códigos de conduta por meio de regulamento escolar, a fim de facilitar a convivência em um ambiente que incentive um clima de aprendizagem.

Desta forma, a indisciplina é levada à violação de regras pactuadas, falta de disciplina. As causas e consequências da indisciplina do aluno não são encontradas apenas na escola, ela ocorre em casa e na própria sociedade. Em outras palavras, afeta basicamente o ambiente escolar. O objetivo discorre acerca das causas e consequências que a indisciplina pode apresentar em relação ao ensino e aprendizagem.

2. CAUSAS DE INDISCIPLINA

Segundo Belhot, Freitas e Vasconcellos (2006), existem três fontes principais de causas: família, sociedade e escola. Na família, as principais causas são:

> [...] Baixa autoestima: porque as crianças em seus primeiros anos não desenvolveram a sensação de que podem confiar em si mesmas.

> Desatenção: quando os filhos não recebem atenção suficiente em casa, são ignorados pelos pais.
> Falta de afeto: para as crianças o afeto é mais importante do que aprender.
> Controle excessivo: quando a criança não tem liberdade em casa (BELHOT, R. V.; FREITAS, A. A.; VASCONCELLOS, 2006, p. 76).

Na sociedade, as principais causas são: os grupos aos quais a criança pertence, que podem ter valores pouco relacionados à disciplina. Fatores externos, como drogas, televisão etc., que contribuem para aumentar os riscos e comportamentos antissociais. A violência generalizada que é percebida e aceita na sociedade torna o comportamento agressivo quase a norma.

Na escola, os principais fatores que contribuem para a indisciplina são: o desenvolvimento limitado de habilidades para pensar e resolver problemas, não sabendo como lidar com diferentes situações, muitas vezes a reação é evitá-los ou abordá-los de forma inadequada.

O uso de metodologias pouco atrativas para as crianças. A competição por notas, pois incentiva as crianças que não tiram notas altas a buscarem formas de compensar o sentimento de frustração e fracasso que advém dessa situação.

Segundo Furtado (2008), as causas e razões para indisciplina:

1. Déficit de atenção da criança, adolescente ou outro problema congênito.

2. Exigir atenção de criança ou adolescente aluno.

3. Problemas em casa que afetam a criança ou adolescente

4. Abuso sexual físico verbal contra você em casa por parentes desconhecidos, vizinhos, amigas, também na escola, faculdade, universidade ou universidade.

5. Complexos como timidez, hipocrisia, acreditar-se superior ou inferior a outros alunos ou outros.

6. Falta de atenção imediata dos tutores ou professores aos problemas e questões apresentadas ao aluno.

7. Mudança para problemas físicos, uma vez que são alvo de discriminação entre outros.

De acordo com Garcia (2007), as causas extracurriculares podem ser:

- ✓ A sociedade violenta, as crianças e os jovens veem continuamente como os problemas dos adultos se resolvem com a violência, eles próprios são vítimas da violência e dos maus-tratos, o que os torna insensíveis a ela e a aceitam como algo natural;
- ✓ A mídia difunde a cultura da morte, a maioria dos filmes e programas infantis apresentam muitos atos de violência, os heróis não respeitam a autoridade e se comportam de maneira irresponsável. As mensagens que transmitem geralmente têm a ver com sexo, violência e morte;
- ✓ A "Geração I", a perda de valores e a desintegração familiar têm feito com que crianças e jovens se encontrem continuamente sozinhos ou com um dos pais, afetando seriamente o seu desenvolvimento emocional. A falta de confiança em seus pais para a satisfação de suas necessidades básicas resulta em que a primeira coisa é satisfazer minhas necessidades e primeiro sou eu;
- ✓ Ambiente familiar inseguro: as famílias numerosas quase desapareceram, deram origem a unidades nucleares e as suas configurações vão desde famílias unicamente com o pai ou mãe ou avós responsáveis pelos filhos, outras onde ambos os pais trabalham fora de casa. À medida que os autoconceitos se desenvolvem primeiro e de forma mais sólida em casa, os pais muitas vezes não têm a maturidade necessária para formá-la nos filhos;
- ✓ Personalidade e caráter difíceis, hoje o temperamento das crianças tornou-se mais contrastante, alguns são mais fáceis, outros muito difíceis de controlar, e geralmente permanecem assim por anos. O temperamento de crianças e alunos é decisivo para a disciplina.

Para Kimura (2010), as causas dentro da sala de aula:

- ✓ Tédio, muitos alunos ficam entediados na aula porque não há nada que os motive a trabalhar com entusiasmo. Outros aprenderam a fingir interesse,

sentem-se no direito, parecem estar atentos, embora com a mente longe da escola.

- ✓ A falta de força, muitos alunos se sentem frustrados por não terem voz ou voto já que o professor indica o que fazer, aonde ir, quantas horas por dia, o que aprender, que disciplinas irá cursar e como irá ser avaliados. Os alunos manifestam sua discordância por não terem sido levados em consideração no desenho das atividades escolares e se sentirem parte importante delas.
- ✓ Os limites não são claros, na maioria das escolas as normas e regulamentos escolares são elaborados sem a participação dos alunos e também não são claros sobre o que é permitido, em caso de transgredi-los, a sanção a que têm direito, temem e a ignorância provoca agressão.

Os ataques à sua dignidade, muitos alunos estão convencidos de que nunca terão sucesso na escola, porque seja em casa ou na escola eles foram levados a se sentir assim, com ataques diretos à sua pessoa sem esclareça qual é o seu comportamento. Eles tendem a desistir facilmente e consideram que ser visto como problemático.

Segundo Aquino (2008), muitos são os fatores associados ao comportamento violento dos alunos. O autor, insiste que a característica predominante entre os agressores é a maior força física. Em outros estudos, as características individuais dos agressores tendem a ser destacadas: ser do sexo masculino, mais jovem, impulsividade e hiperatividade e consumo de drogas e álcool. Por outro lado, a influência dos pares e da escolaridade e da interação com os pais, bem como o nível socioeconômico e a vivência em um setor urbano, também parecem estar associados (OMS, 2002).

Segundo o trabalho da Unesco "Indisciplina e violência escolar: gêneses e alternativas" Não há uma causa única que explique por que esses atos de violência ocorrem. Portanto, indisciplina, atos de violência ou conflitos de convivência, razões familiares, aprendizagem, elementos culturais e pessoais sempre convergem.

2.1. A causa da indisciplina na sala de Aula

A indisciplina na sala de aula envolve os aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos e educacionais. De acordo com Benette e Costa (2008). Enfatiza-se que o trabalho coletivo é o principal instrumento de viabilização dessas ações. O diálogo, o estudo e a cooperação são os instrumentos que mediarão o caminho na busca por uma disciplina que considere o respeito como condição principal nas relações existentes na escola.

Segundo Aquino Apud Benette e Costa (2008). "A indisciplina" ["...] se relaciona com o conjunto de valores e expectativa que variam ao longo da história, entre as diferentes culturas e numa mesma sociedade". Devido à disputa permanente pelo capitalismo com o objetivo de adquirir riquezas e bem de consumo perante a sociedade e a cultura do ser humano as nossas escolas vivem em um ponto alto de crise.

Conforme os autores Banaletti e Damento (2015) Apud Justo (2010) enfatizam que:

> [...] Quando olhamos para o cenário mais geral do funcionamento da sociedade contemporânea e focamos o perfil das instituições existentes ou daquelas novas que estão nascendo, verificamos que a escolas, na verdade, está no epicentro de uma crise institucional provocada por uma mudança profunda na lógica do capitalismo atual e da cultura que o acompanha [...]. Aquele capitalismo que antes precisava de produção fabril, da acumulação e concentração tanto das riquezas materiais como da própria mão de obra, confinando e concentrando as pessoas, no cenário atual estaria com outras necessidades, tais como a intensificação do ciclo de produção e de consumo, a expansão da circulação do capital exigindo o alargamento de fronteiras geográficas e psicossociais, o aumento da velocidade e a movimentação cada vez maior de mercadorias, de capital, de subjetividades de mão de obras e assim por diante. Tais necessidades da economia capitalista atual estariam produzindo outra lógica de organização e funcionamento da sociedade: não se trataria mais de confinar o sujeito em espaços fechados, mas de colocá-lo em espaços abertos. (BANALETTI e DAMENTO, 2015, Apud JUSTO, 2010, p. 29).

Ainda segundo Justo (2010), no passado, as instituições escolares tinham como missão básica reunir e confinar os indivíduos em espaços

geográficos e psicossociais para serem submetidos àquilo que o capitalismo exigia deles. Foucault (2002) enfatiza ainda, que tais instituições possuíam, no auge da modernidade, a função de "Disciplinar os corpos", modelar o corpo e a mente para as demandas do capitalismo que então se erguia.

> [...] as mudanças na economia sob mudanças o novo paradigma produtivo, baseado nas novas tecnologias e no capitalismo financeiro que segue a lógica da subordinação da sociedade às leis do mercado, visando o lucro à eficiência, à produtividade e à competitividade têm trazido consequências funestas às políticas sociais dos países e gera maior empobrecimento da população (LIBÂNEO Apud BENETTE e COSTA, 2008, p. 43).

Para Nunes Apud Benette e Costa (2008), a família constitui o berço do processo de ensino e aprendizagem de todo ser humano e nele o aprendiz está sujeito a ser influenciado decisivamente de forma positiva e negativa. A escola é frequentada por aqueles que tiveram uma boa formação na família, como também por pessoas que tiveram experiências negativas, gerando assim uma grande diversidade de alunos na sala de aula.

Entretanto, a escola não está organizada para trabalhar com esse universo de alunos que vem de família com diversidade de responsabilidade a cumprir, no caso de ter outros afazeres importantes: a grande maioria dos pais passa o dia todo trabalhando para sustentar a casa e quando chega pelo cansaço do trabalho invés de dialogar com os seus filhos sobre os seus estudos prefere assistir a televisão deixando de lado uma conversa saudável para manter um bom relacionamento familiar.

> [...] Um dos aspectos mais interessantes reside na alteração da natureza dominante das expressões de indisciplina na escola. Os anos 90 estão afirmando, ampliando e refinando o que poderíamos denominar de "bagunça engajada". Isso ocorre, por exemplo, quando os alunos de uma turma de ensino médio, mesmo formada por grupos divergentes entre si, são capazes de se organizar e estabelecem atitudes indisciplinadas coletivas, que vão desde a prática de um mesmo tipo de tratamento evasivo durante as aulas de determinado professor, passando por estratégias para intimidar uma professora a ponto de forçar que esta abandone a escola, até processos complexos de contestação da orientação pedagógica dos professores e da escola. Não se pode afirmar livre de um julgamento moral parcial, que este tipo de expressão seja em si mesmo "errado" e, neste sentido, represente indisciplina. Em cada caso é sempre necessário questionar qual o grau

> de participação da própria escola na geração de indisciplina, e não apenas assumir a posição simplista e autoritária que sugere, sem a devida fundamentação, que o problema sempre reside ou se origina na atitude dos estudantes (GARCIA, 1999, p. 67).

Conforme este autor, a ausência das bases democráticas como se articulam as relações entre professores e alunos podem desencadear a indisciplina em sala de aula, tornando-se uma situação difícil para contornar esse obstáculo que será defrontado no cotidiano escolar e poderá atrapalhar o processo de ensino e aprendizagem dos educandos. Portanto, é preciso o bom senso, tanto do professor e como também do aluno para que haja um ambiente propício em todos os aspectos educacionais. Para uma possível reconciliação é necessário haver diálogo, boa atitude, conscientização, harmonia de ambas as partes a começar pelo respeito mútuo um pelo outro e um compromisso muito sério nesse sentido.

Amado (2001, p. 42, apud OLIVEIRA, 2004, p. 45) ressalta sete categorias da indisciplina:

> Fatores de ordem social e política: interesses, valores e vivências de classe divergentes e opostas, racismo, xenofobia, desemprego, pobreza.
> Fatores de ordem familiar: valores familiares diferentes dos valores da escola, disfuncionamento do agregado familiar, demissão da função socializadora.
> Fatores institucionais formais: espaços, horários, currículo e ethos desajustados aos interesses e ritmos dos alunos.
> Fatores institucionais informais: interação e lideranças no interior do grupo-turma que criam um clima de conflitos e de oposição às exigências da escola e de certos professores.
> Fatores pedagógicos: métodos e competências de ensino, regras e inconsistência na sua aplicação, estilos de relação desadequados.
> Fatores pessoais do professor: valores, crenças, estilo de autoridade, expectativas negativas relativamente aos alunos.
> Fatores pessoais do aluno: interesse, adaptação, desenvolvimento cognitivo e moral, hábitos de trabalho, história de vida e carreira acadêmica, autoconceito, idade, sexo, problemas patogênicos. (AMADO, 2001, p. 42).

Esta autora fala sobre esses fatores para poder dar novos sentidos que podem acarretar a indisciplina na sala de aula. Como por exemplo, ela cita "comportamentos inadequados" ao "bom andamento das aulas", mas tornam-se indicativo de outros fatores, não tão evidentes capazes de interferir no

processo ensino-aprendizagem. A autora manifesta também, diante deste assunto, a importância da "gestão dos comportamentos" destacando que o ato da indisciplina pode ser transformado numa alternativa de disciplina na perspectiva da construção do conhecimento (OLIVEIRA, 2009, p. 09). Além dos aspectos pontuados por Garcia (1999), Oliveira (2005), acrescenta outro aspecto importante a ser considerado no conjunto de causas da indisciplina que é a superlotação da escola.

> [...] Em fala proferida pelo Professor Doutor António Bolívar foi ressaltado a preocupação do Ministro da Educação da França em relação à violência nas escolas francesas. Na tentativa de buscar solução para a situação de indisciplina em suas escolas, o referido ministro pronunciou que para resolver este problema as escolas francesas deveriam atender entre 500 a 600 alunos sendo, no máximo 25 estudantes por sala. O que também deveria ser uma meta para o Brasil (OLIVEIRA, 2009, p. 9).

Para esta autora, uma escola com sala de aula superlotada de alunos é completamente impossível o professor desenvolver um bom trabalho pedagógico, ele não conseguirá controlar e dominar a sala pode até virar um desacerto total entre os colegas de estudo e o educador regente da sala de aula causando bagunça, desordem, descontrole emocional por não haver condição necessária no atendimento e na qualidade de aplicar um processo de ensino e aprendizagem que poderá satisfazer a turma gerando com todas essas complicações a chamada "Indisciplina na Sala de Aula". Até mesmo porque toda escola precisa ter limite de lotação de alunos na sala para que haja conforto e bom desenrolar dos estudos dos discentes e o mestre com certeza terá toda oportunidade de mostrar a sua força, coragem e melhor desempenho para exercer o seu papel perante a classe de aula em todos os aspectos do ensino e aprendizado dos educandos com maior sucesso e compromisso de garantir o bem-estar do ser humano.

Como podemos observar o excesso de aluno na sala de aula está entre as causas de indisciplina, o que pode inviabilizar o processo de ensino e aprendizagem dos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação às causas e consequências que acarretam indisciplina levantado neste estudo, compreendeu-se que, ao discorrer sobre o fator aluno deve ser repensado urgentemente, pois a responsabilidade deve ser discutida em conjunto pais e os professores incentivando a tomada de consciência do aluno nessa direção. A respeito do fator limites, não se pode sustentar, nem na teoria nem na prática, que as crianças padeçam de falta generalizada de regra e de limite, embora esta ideia esteja muito disseminada no meio escolar. Ao contrário, a inquietação e a curiosidade dos alunos, que antes eram simplesmente reprimidas, apagadas do cotidiano escolar, podem hoje ser encaradas como excelentes ingredientes para o trabalho de sala de aula. Só depende das metodologias adequadas. Em relação as causas, compreende-se que em parte compete ao educador motivar os alunos à aprendizagem. A forma de apresentar o conteúdo, entretanto, pode agir em sentido contrário. Os alunos precisam ser provocados, para que sintam a necessidade de aprender, e não os professores "despejarem" sobre suas cabeças noções que, aparentemente, não lhes dizem respeito. Porém, deve ser analisado outras situações externas que causam esse desinteresse, por isso a importância do trabalho da família no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio G. (orgs.) **Indisciplina na Escola: alternativas teóricas e práticas**. In: LAJONQUIÉRE, Leandro de. A criança, "sua" (in)disciplina e a psicanálise. In: TAILLE, Yves de La. A indisciplina e o sentimento de vergonha. São Paulo: Sumus, 2008.

BELHOT, R. V.; FREITAS, A. A.; VASCONCELLOS D. D. **Requisitos profissionais do estudante de engenharia de produção:** uma visão através dos estilos de aprendizagem. Revista Gestão da Produção e Sistemas, v. 1, n. 2, p. 125-135, 2006.

FREIRE, I. (In) disciplina e contextos escolares: duas escolas vistas por dentro. In: **Colóquio da Secção Portuguesa da AFIRSE/AIPELF**. 11, 2001, Lisboa. **Atas**. Lisboa: Estrela e Ferreira. 2001.

FURTADO, N. R. **Limites:** entre o prazer de dizer sim e o dever de dizer não. Porto Alegre: Editora Artmed, 2008.

GARCIA, J. **Notas sobre indisciplina e formação de professores**. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2007.

KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico**: questões e propostas. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, M. I. de. **Indisciplina escolar**: representação social de professores que atuam no ensino fundamental na cidade de Cáceres – MT. 2002. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, M. I. **Indisciplina Escolar:** determinantes, consequências e ações. Brasília: Líber Livros Editora, 2005.